



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura

# **Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão Proposta de Reabilitação Sustentável**

**Maria Manuela Albuquerque Lopes**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitetura**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora Ana Maria Tavares Martins  
Co-orientador: Prof. Doutor Michael Mathias

**Covilhã, Junho de 2012**



# Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Ana Maria Tavares Martins, minha orientadora, pela competência científica e acompanhamento do trabalho, pela disponibilidade e generosidade reveladas ao longo do trabalho, assim como as correções e sugestões feitas durante a orientação. Pelas suas palavras de encorajamento. Pela valiosa ajuda no apoio bibliográfico que contribuiu para a realização desta dissertação.

Ao Professor Doutor Michael Mathias, meu co-orientador, pela imprescindível ajuda na escolha e orientação do tema do trabalho, pela competência científica e apoio bibliográfico.

À arquiteta Mariana Pinto da Rocha Jorge Ferreira pela amabilidade e disponibilidade.

Aos meus pais, Miquelina e Inácio, obrigado pela oportunidade da realização de um sonho, sempre me apoiaram e acreditaram em mim.

Aos meus irmãos, Teresa, Paulo e Cristina, pela compreensão, força e paciência com que me acompanharam. Aos meus cunhados e cunhada. Aos meus sobrinhos Mariana, Miguel, Lucas, Guilherme e afilhada Inês.

Ao meu namorado António, pelo carinho, compreensão e ajuda.

Aos meus amigos, pela convivência, apoio e amizade.

A todos que direta e indiretamente tornaram possível a execução deste trabalho.

Por fim gostaria de agradecer a Deus, pois sem Ele nada disto seria possível.



# Resumo

Santa Maria de Maceira Dão, poderá este mosteiro Cisterciense em ruína, isolado, atualmente pouco valorizado e esquecido, tornar-se novamente num local de reflexão, introspeção para os dias de hoje?

Os mosteiros cistercienses foram erguidos em vales, locais onde o solo é fértil, com acesso à água, e isolados da agitação da vida urbana tal como se encontra patente na Regra de São Bento.

Para os Cistercienses a depuração associada à simplicidade constitui o novo critério estético traduzindo-se pelo rigor das linhas, pureza das formas, luminosidade e o claro-escuro.

A arquitetura e arte cisterciense eram o mais simples e depurada possível, pois os monges não se podiam distrair para poderem contemplar, de corpo e alma, a prática da devoção e meditação Religiosa.

O Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão irá ser alvo de uma proposta de reabilitação com base nos ideais da ordem de Cister à qual pertenceu. Será estudado um local de reencontro entre o Ser e a Natureza, um espaço dedicado à reflexão, à meditação, ao culto do corpo e da alma que será materializado através desta proposta de reabilitação.

O Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão será parte de uma reabilitação que se propõe ser um exemplo de sustentabilidade tendo por base os princípios de autarcia experimentados pela Ordem de Cister. Este será dotado de novos espaços que se adaptam a novas situações e usos, mas sem perder os valores do passado como ponte para o futuro.

## Palavras-chave

Arquitetura Cisterciense, Reabilitação, Simplicidade, Sustentabilidade, Meditação.



# Abstract

Santa Maria de Maceira Dão, could this Cistercian monastery in ruins, isolated, less valorized and forgotten, become again a place of reflection, introspection at the present days?

The Cistercian monasteries were built in valleys where the soil was fertile, with access to water, and isolated from the bustle of city life as it was reflected in the Rule of St. Benedict.

For the Cistercians clearness associated with simplicity is the new aesthetic of creation translating the accuracy of the lines, purity of form, luminosity, and shade.

The Cistercian art and architecture were as simple and austere as possible, because the monks should not be distracted in order to be able to contemplate, with body and soul, the practice of meditation and religious devotion.

The Monastery of Santa Maria de Maceira Dão will be the subject of a proposal of rehabilitation based on the ideals of the Cistercian Order of which was part. It will be considered as a place of get-together between the Being and the Nature, a space for reflection, meditation, worship of the body and soul that will be materialized by the proposed rehabilitation.

The Monastery of Santa Maria de Maceira Dão will be a part of a rehabilitation which is proposed to be an example of self-reliance based on the principles of self-sufficiency experienced by the Cistercian Order. This will be endowed with new spaces that adapt to new situations and uses, but without losing the values of the past as a bridge to the future.

## Keywords

Cistercian Architecture, Rehabilitation, Simplicity, Sustainability, Meditation.





# Índice

## PARTE I: Temática cisterciense e fundamentos teóricos de arquitetura monástica

Introdução.....	1
Secção 1- A Ordem e os Mosteiros de Cister.....	3
Subcapítulo 1.1. - A Ordem de Cister.....	3
Subcapítulo 1.3. - Casos de Mosteiros de Cister na Europa.....	8
Secção 2- A Arquitetura de Cister.....	11
Subcapítulo 2.1. - Arquitetura de Cister.....	11
Secção 3- A Ordem de Cister e Portugal.....	25
Subcapítulo 3.1. - A Ordem de Cister em Portugal.....	25
Subcapítulo 3.2. - A importância de Cister na Região das Beiras.....	34
Secção 4- O Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão.....	37
Subcapítulo 4.1. - Contexto Histórico.....	37
Subcapítulo 4.2. - Implantação Geográfica.....	40
Subcapítulo 4.3. - Evolução arquitetónica.....	49
Subcapítulo 4.4. - Análise Construtiva.....	52
Secção 5- Reabilitação de Mosteiros Cistercienses na atualidade.....	57
Subcapítulo 5.1. - Mosteiros Cistercienses: que usos?.....	57
Subcapítulo 5.2. - Casos de Reabilitações no Património Monástico.....	60
Subcapítulo 5.3. - Alteração de usos nos espaços do Património Religioso.....	73

## PARTE II- Proposta de Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão - Projeto

Secção 6- Turismo, Artesanato e Qualidade de vida.....	77
Subcapítulo 6.1. - Programa.....	77
Subcapítulo 6.2. - Esboço de uma ideia.....	79
Secção 7- Implantação e disposição Espacial.....	83
Subcapítulo 7.1. - Implantação.....	83
Subcapítulo 7.2. - Espacialidade (Espaço antigos/Espaços novos).....	85
Subcapítulo 7.3. - Materiais e técnicas.....	89
7.3.1. - Paredes.....	89
7.3.2. - Pavimentos.....	89
7.3.3. - Cobertura.....	89
7.3.4. - Vãos.....	89
7.3.5. - Revestimentos.....	89
7.3.6. - Escadas e elevadores:.....	90
7.3.7. - Novos Volumes Arquitetónicos.....	90
7.3.8. - Ações com vista à sustentabilidade:.....	90

Subcapítulo 7.4. - Valorização e Reabilitação.....	91
Recomendações e conclusões.....	93
ANEXOS .....	101
I - Tabelas sintetizadoras da principal informação sobre os Mosteiros Cistercienses Portugueses.....	103
II - Informação detalhada dos Mosteiros Cistercienses Portugueses.....	107
III - Peças desenhadas a apresentar complementares à parte escrita: .....	119
IV - Peças desenhadas a apresentar - Proposta: .....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	147

## Lista de Figuras

	Pág.
<b>Figura 1</b> - Planta-Tipo Cisterciense; retirada do livro “Monasteries of Western Europe” de Wolfgang Braunfels, p. 79	14
<b>Figura 2</b> - Vista aérea da abadia de Fontenay; retirada do livro “Jardins de Monastères” p. 109	15
<b>Figura 3</b> - Vista da Nave Principal e Fachada Principal da Abadia de Fontenay; retirada de “Actas Cister, Vol. II” p. 653	18
<b>Figura 4</b> - Diferentes Plantas de Igrejas Cistercienses; retirado de “Actas Cister, Vol. I” p.326	19
<b>Figura 5</b> - Dormitório abadia de Fontenay; retirada de “Actas Cister, Vol. II” p. 20	20
<b>Figura 6</b> - Vista do Claustro Mosteiro de Sénanque; retirada de “Jardins de Monastères” p. 175	21
<b>Figura 7</b> - Vista do Claustro do Mosteiro de Fontenay; retirado de “Jardins de Monastères” p.108	21
<b>Figura 8</b> - Lavabo do Claustro de Thoronet; retirado de “Jardins de Monastères” p.178	22
<b>Figura 9</b> - Vista do Claustro de Silvacane séc. XII; retirado de “Jardins de Monastères” p. 178	22
<b>Figuras 10 a 42</b> - Imagens de Mosteiros Cistercienses Portugueses; retirado de “Uma Perspectiva da Ordem de Cister: O Legado Português”, de Ana Tavares Martins; pp.88 a 153	28 -31
<b>Figura 43 a 51</b> - Imagens das plantas dos mosteiros cistercienses na Região das Beiras; retirado de “Os Mosteiros Cistercienses das Beiras” de Ana Maria Tavares Martins, pp. 47 a 79	33 -34
<b>Figura 52</b> - Carta militar nº 189 MANGUALDE - série M788	38
<b>Figura 53, 54, 55</b> - Ribeira de Frades; Imagens da autora	39 -40
<b>Figura 56</b> - Vista aérea, Implantação do Mosteiro de Santa Maria Maceira Dão IgeoE	41
<b>Figura 57 a 86</b> - Imagens da envolvente e do interior do Mosteiro de Santa Maria Maceira Dão; Imagens da autora	42 -53
<b>Figura 87</b> - Ala Sul Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; Arquivo do Arquiteto J. P. Falcão de Campos	58
<b>Figura 88</b> - Zona de entrada do Mosteiro de Novy Dvur; retirada de “Minimum” Obra do Arquiteto Jonh Pawson, p. 113	

	58
<b>Figura 89</b> - Escadaria interior Mosteiro de Santa Maria do Bouro; retirada de “Santa Maria do Bouro-Construir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro” Obra de Eduardo Souto de Moura, p. 44	58
<b>Figura 90</b> - Interior de uma habitação, Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira; retirada de Arquivo de “Convento das Bernardas Residence”	58
<b>Figura 91</b> - Interior do Mosteiro de São Martinho de Tibães; retirado de Arquivo Mosteiro_de Tibães	58
<b>Figura - 92 a 95</b> - Imagens do interior da Ala Sul do Mosteiro de Santa Maria de Alcobça, evidenciando o projeto de reabilitação dos arquitetos Falcão Campos e Gonçalo Byrne. Arquivo do Arquiteto Falcão Campos	60
<b>Figura 96 a 101</b> - Imagens do Mosteiro de Santa Maria do Bouro; retirado de “Santa Maria do Bouro-Construir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro” Obra de Eduardo Souto de Moura, pp.21, 22, 65, 67, 72	62 -63
<b>Figuras 102 a 106</b> - Imagens do Mosteiro de Novy Dvur; retiradas de “Minimum” Obra de John Pawson, pp. 89 a 105	64
<b>Figuras 107 a 110</b> - Imagens do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira antes da reabilitação; Arquivo “Convento das Bernardas Residence”	65
<b>Figura 111 a 117</b> - Imagens da Reabilitação do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira; Arquivo “Convento das Bernardas Residence”	64 -65
<b>Figuras 118 a 137</b> - Imagens do Mosteiro de São Martinho de Tibães; Arquivo de Mosteiro_de Tibães	67 -69
<b>Figura 138</b> - Sala de exposições temporárias - Museu da Marioneta - Antiga Igreja do Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré Mocambo; retirada de “Uma Perspectiva da Ordem de Cister: O Legado Português”, de Ana Tavares Martins, p. 145	70
<b>Figuras 139 e 140</b> - Imagens da Planta de um apartamento T3; retirado do Arquivo “Convento das Bernardas Residence”	71
<b>Figuras 141 a 143</b> - Imagens do interior de uma antiga Igreja dominicana. Transformada numa livraria; Arquivo de Merx + Girod	72
<b>Figuras 144 a 146</b> - Imagens de uma antiga Igreja convertida num apartamento; Arquivo de Zecc Architecten	72
<b>Figuras 147</b> - Esboço da Implantação do Mosteiro e edifícios de apoio; Esboço da Autora	75
<b>Figuras 148 a 151</b> - Esboço dos Alçados. Esboços da Autora	76 -77
<b>Figura 152</b> - Implantação do Mosteiro e Edifícios novos. Desenho 2D da Autora	78
<b>Figura 153</b> - Esquema. Caracterização Fotográfica da Envolvente ao Mosteiro. Esquema realizado pela Autora	79

Figuras <b>154 a 157</b> - Plantas esquemáticas dos antigos e novos espaços do Mosteiro. Feito pela Autora	80-83
Figura <b>158</b> - Planta da Proposta, Piso 1. Circuito Museológico. Desenho da Autora....	87
Figura <b>159</b> - Implantação de Hortas e Jardins. Desenho da Autora	88
Figura <b>160</b> - Planta Piso 0. Esquema dos diferentes Acessos ao Mosteiro. Desenho da Autora	89
Figuras <b>161 a 164</b> - Plantas da Proposta. Desenhos da Autora.	90 -92
Figura <b>165</b> - Imagem da Cobertura da Circulação de acesso aos espaços do Mosteiro.	92



## PARTE I: Temática cisterciense e fundamentos teóricos de arquitetura monástica

### Capítulo 1

#### Introdução

Em resposta ao tema de tese, propõe-se o estudo de caso de um monumento de interesse e valor histórico: o Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, situado no concelho de Mangualde, distrito de Viseu.

O objetivo do trabalho consiste na reabilitação do edifício histórico. Deste modo, temos que ir ao encontro das raízes históricas, arquitetónicas e espirituais do mosteiro. Será realizada uma pesquisa histórica/arqueológica, para uma melhor compreensão do edifício, o porquê da sua existência, a evolução, aspetos arquitetónicos assim como a vivência e o quotidiano da época.

O mosteiro pertence à Ordem de Cister sendo visto como uma cidade ideal, dotado de todos os elementos necessários à subsistência como refere a Regra de S. Bento.

Os mosteiros cistercienses encontravam-se isolados da agitação da vida urbana, eram implantados em vales, onde a terra é fértil, junto a linhas de água, tirando partido dos elaborados trabalhos de hidráulica cisterciense para se abastecerem.

Os monges buscavam Deus através da devoção, meditação religiosa e despojamento total. Deste modo, podemos definir sumariamente as características e práticas da Ordem de Cister: Simplicidade arquitetónica e despojamento decorativo, prática do “ora et labora”.

Tirando partido das características e práticas da Ordem de Cister, pretende-se fazer uma reabilitação do edifício onde os ideais, crenças e práticas Cistercienses renasçam e se fundam com as necessidades dos dias de hoje. Serão novos espaços que se adaptam a novas situações, a novos usos, atualizando-se ao incluir e integrar, na sua história, os valores do passado como ponte para o futuro.

Com a reabilitação pretende-se recriar um local de reencontro entre o Ser e a Natureza, um espaço dedicado à introspeção, à meditação, ao culto do corpo, da mente e da alma. Será um espaço que irá promover atividades de lazer e cultura permanentemente em contacto com a natureza criando uma simbiose segundo os princípios de autarcia cisterciense e permitindo a

sustentabilidade futura do mosteiro. Tem-se a natureza, a paisagem, a presença da água e a terra fértil, onde predomina a vitivinicultura, uma das principais ações será a exploração desta atividade com o objetivo de usar o produto vinícola para fins terapêuticos e turísticos. Deste modo, outra atividade que leva à recuperação, valorização e identidade do mosteiro será o turismo agrícola. Os turistas participarão na colheita do produto agrícola até à conceção do mesmo. Esta será mais uma atividade que vai contribuir para a dinamização da cultura e riqueza do concelho.

O mosteiro englobará no seu projeto de reabilitação locais de repouso (salas de estar, quartos), sala de leitura/investigação, bar, restaurante, salas adaptadas para ações terapêuticas, locais para meditação e outras atividades relacionadas com o culto do corpo, da mente e da alma.

Presentemente o edifício pertence a um particular e está classificado como Monumento Nacional (Decreto nº. 5/2002, DR 42 de 19 de Fevereiro de 2002). Atualmente quando se visitam estes locais temos um sentimento de perda pois algo que representa as nossas raízes, os nossos antepassados, está a ser esquecido. Pretende-se com a realização deste trabalho incentivar futuras reabilitações, reutilizações, renovações, reconstruções, reconversões de outros edifícios de tão relevante história para o nosso país e para nós mesmos. Em suma: adaptar os espaços a novas situações sem perder os valores do passado.



## Secção 1- A Ordem e os Mosteiros de Cister

### Subsecção 1.1. - A Ordem de Cister

Cister é uma ordem Religiosa cujas origens remontam a 1098 com a fundação da abadia de Cister na Borgonha<sup>1</sup> por uma comunidade de monges beneditinos adeptos da pureza inicial do evangelho e da literalidade da Regra de S. Bento, escrita no Século VI. A ordem de Cister surge como um renascimento da Regra de São Bento. O monaquismo beneditino difundiu-se por toda a Europa durante os séculos VI e VII constituindo pólos dinamizadores e interferindo profundamente no sistema sócio-cultural do mundo medieval. Foi a Regra de São Bento que inspirou a maioria das regras monásticas a partir do século VII. No decorrer dos séculos X e XI, a crise instalara-se na Ordem Beneditina, dava mostras de envelhecimento e de incapacidade de se adaptar às novas estruturas sociais e económicas. O espírito austero e humilde da Regra estava a dar lugar à ostentação, ao luxo, ao ócio e vida descuidada.

Os monges de Cister aspiravam a um estilo de vida mais simples, em oposição à vivência monástica da Ordem de Cluny, a qual contestavam pela sua exuberância e opulência. Ambicionavam uma vida em recolhimento e austeridade e rapidamente se expandiram, marcando profundamente a Igreja e a Europa do século XII, tendo contribuído para o seu desenvolvimento económico e cultural, bem como para a unidade do mundo cristão.

Inicialmente a Ordem Religiosa Cisterciense contrapunha os seus ideais de vida, baseados na simplicidade monástica, interioridade e austeridade procuradas na solidão e no recolhimento, contra os ideais, da mesma época, surge como fruto de uma época marcada por uma vontade profunda em reformar as instituições eclesíásticas, evadindo-se da tutela dos grandes senhores leigos, que fundavam mosteiros e de quem a Igreja dependia. Numa Europa que se abria cada vez mais ao mundo do dinheiro e da economia de mercado.

A nova observância logo se demarcou pela austeridade e simplicidade. Os ofícios religiosos foram depurados de tudo o que o monaquismo beneditino tinha acrescentado ao longo dos tempos. Tratava-se, em suma, de um movimento de renovação espiritual enquadrado na reforma da Igreja, iniciada pelo Papa Gregório VII, e expresso na conjugação do Eremitismo e Cenobitismo, ou seja, no afastamento do mundo, concretizando-se, no entanto, sob forma de

---

<sup>1</sup> Deve-se a S. Roberto a fundação desta abadia, o chamado “*Monasterium Novum*”. Foi neste contexto que, num certo dia de 1098, Roberto, juntamente com vinte e um monges abandona o mosteiro de Molesme e funda o *Novum Monasterium* (o novo mosteiro) em Cîteaux (Cister) a 5 léguas de Dijon. Dirigiram-se a um lugar isolado, um vale estreito e solitário cheio de pântanos e juncais, entre os bosques que separavam a Borgonha e o Bresse: Cister. Não era intenção de Roberto fundar uma nova ordem. Buscava o cumprimento da Regra de São Bento em toda a sua pureza, a severa observância do seu princípio fundamental: *ora et labora*. Só a solidão e o desprezo do mundo, a oração e o trabalho manual no campo poderiam proporcionar uma maior aproximação de Deus.

vida comunitária ascética, passada em recolhimento e longe dos centros urbanos. Cuidavam da vida espiritual e temporal do mosteiro e eram servidos por um prior e outros oficiais monásticos.

Os monges de Cister praticavam à letra a Regra de S. Bento que apelava ao trabalho manual como forma de sustento, mas também como forma de combater o ócio, inimigo da produção, e apelava à oração que preenchia a maior parte do tempo dos monges.

Conservaram o princípio da comunidade de bens, todavia qualquer doação que lhes fosse feita estava sujeita a determinadas condições. Assim, para as suas fundações apenas aceitavam terras doadas pelos reis e evitavam receber quaisquer dádivas dos nobres, nada aceitando exceto o que estivesse de acordo na Regra de S. Bento. Viviam apenas do seu trabalho e desta forma garantiam a sua liberdade evadindo-se ao poder dos grandes senhores fundadores de mosteiros e podiam tomar as decisões que entendiam ser melhor e mais corretas para a consolidação da reforma espiritual que se propunha concretizar.

Logo que a família começou a crescer tornou-se necessário estabelecer uma lei regulamentadora, para não deixar as novas fundações se afastarem da observância primitiva da Regra de S. Bento, que devia ser seguida no todo e à letra, e ao mesmo tempo marcar a diferença relativamente a Cluny.

Roberto de Molesme definiu as bases da vida cisterciense que se caracterizou pela pobreza e pelas privações, tanto na vida material como na vida comunitária, pela reabilitação do trabalho manual, pela busca da solidão, pela supressão de riquezas nos ofícios e, enfim, pela autonomia de cada mosteiro. Os cistercienses devem refugiar-se na solidão e no silêncio tal como os eremitas e desligar-se totalmente do mundo, por isso instalaram-se nos “desertos”, vales pantanosos ou clareiras no interior de florestas, afastadas de zonas povoadas e recusaram qualquer tipo de ministério paroquial.<sup>2</sup>

Desde então, o sucesso do novo projeto rapidamente se confirmou com a fundação de quatro importantes abadias-filhas da casa-mãe Cister: La Freté, Pontigny, Claraval e Morimond. Estas quatro abadias, casas-filiação da ordem, irradiaram novas abadias-filhas, ligadas entre si pelos princípios da *Carta Caritatis*.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> MURRAY, Bruno; Enigmas do Ocidente, As Ordens Monásticas e Religiosas; Publicações Europa-América, Lda; 1986; p. 43

<sup>3</sup> Documento elaborado por Estevão Harding entre 1114 e 1119, que juntamente com a Regra de S. Bento constitui os princípios gerais pelos quais toda a ordem se viria a reger. A carta de caridade, aprovada em 1119 pelo papa Calisto II, é um estatuto jurídico que engloba numa única família todas as comunidades cistercienses, com reconhecimento da paternidade de Cister. Estabelece-se que os costumes, livros, canto, sejam absolutamente iguais em todos os mosteiros; que todos os abades se reúnam anualmente em Cister, em Capitulo Geral; que todas as casas da Ordem se fundem sob a invocação da Mãe de Jesus.

A regra da Ordem de Cister caracterizava-se sobretudo por uma extrema simplicidade tanto na liturgia como no desenho dos seus mosteiros, concebidos segundo uma enorme humildade e austeridade. Recusando a ornamentação excessiva, exaltavam a pureza das formas despojadas do supérfluo que servia somente para deleite do olhar, desviando da essência da Oração.

Mas a expansão desta comunidade estaria votada ao insucesso se não tivesse novos aderentes. Entretanto é a Bernardo de La Fontaine, S. Bernardo de Claraval, que se deve a verdadeira criação, ou melhor, consolidação da Ordem Religiosa Cisterciense.<sup>4</sup> Ingressa no mosteiro de Cister em 1112, com cerca de trinta pessoas, iniciavam uma nova época da história cisterciense traduzida na proliferação de mosteiros por toda a Europa, através do sistema de fundações e afiliações.<sup>5</sup>

São Bernardo deu um impulso decisivo à nova fundação, surge efetivamente uma conceção original da vida religiosa, fundada, como todos os movimentos espirituais desse tempo, na vontade do regresso às origens. Como refere o *Exordium Cistercii* no se capítulo II:

*“Foi então que Deus, para quem é fácil das pequenas coisas fazer coisas grandes e do pouco tirar o muito, inflamou o coração de um grupo de homens e, contra tudo o que seria de esperar, os levou a imitá-los, por tal forma que de uma só vez foram trinta os que, de entre clérigos e leigos, homens nobres e poderosos, aos olhos do mundo, se dispuseram a viver em comum no claustro dos noviços para fazerem a sua provação”.*<sup>6</sup>

O abade de Claraval exerceu influência: pelos seus escritos, que renovaram a espiritualidade ocidental; pela pregação, dando, nomeadamente o impulso necessário à segunda cruzada, expedição destinada a socorrer as populações cristãs do próximo oriente; pelos milagres; S. Bernardo marcou profundamente a arte do seu tempo; na arquitetura monástica, que se

---

<sup>4</sup> Referimo-nos a S. Bernardo (1090-1153), fundou em 1115 a abadia de Claraval. Aquando da sua morte em 1153 a Europa contava cerca de 350 mosteiros. O movimento de fundações e afiliações continuou em expansão até ao século XIII, altura em que se contabilizavam cerca de 640 comunidades religiosas espalhadas pelas diversas partes da Europa.

<sup>5</sup> A proliferação de mosteiros está relacionada com a falta de recursos suficientes para o número de monges concentrados em Cister. Os monges migraram para outros domínios distantes cedidos à abadia, nos quais fundaram novos mosteiros como La Ferté (1113), Pontigny (1114), Morimond e Clairvaux (1115), com o estatuto de "Abadias-mãe". A expansão dos cistercienses processou-se através de fundações de raiz e de afiliações. Ocorreu também "por substituição, sempre que um grupo de cistercienses tomou o lugar de outra comunidade que desapareceu, (...). Ocorreu ainda, através da integração de uma anterior comunidade que permanecia sob a nova obediência. A expansão da Ordem fez-se igualmente sob a forma de tutela de um mosteiro sobre outro e este caso era frequente verificar-se quando se tratava de mosteiros femininos cuja assistência ficava entregue à vigilância do abade do mosteiro mais próximo".

NASCIMENTO. Aires A. - Cister, Documentos Primitivos, Lisboa, Ed. Colibri, 1999.

COCHERIL, Maur - Notes sur l'Architecture et le Décor dans Les Abbayes Cisterciennes du Portugal, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1972, p. 33

<sup>6</sup> Citação retirada de: MARTINS, Ana Maria Tavares F.; Uma Perspetiva da Ordem de Cister: o Legado Português; Tipografia Beira Alta; Viseu, 2007; p. 5

queria despojada de toda a ornamentação supérflua mas também a arte do livro nomeadamente a iluminura. Nos seus escritos deixou bem demarcada a independência do novo projeto face à abadia-mãe dos beneditinos, Cluny insurgindo-se contra a exuberância dos hábitos cluniacenses nomeadamente o uso excessivo de decoração arquitetónica, ou a desmedida altura das naves das igrejas.<sup>7</sup>

Mas para a expansão de Cister foi muito importante a resposta que a espiritualidade da Ordem dava à sociedade da época.<sup>8</sup> Os monges de Cister correspondiam aos ideais de uma sociedade de Ordens a qual transpuseram para o interior dos mosteiros sob a forma de categorias monásticas. Foram eles que deram origem aos *conversos*, irmãos de origem social modesta, ocupavam-se essencialmente dos trabalhos no campo, os *monges do coro*, de descendência e linhagens senhoriais, entregavam-se à clausura e à obrigação do “*Ofício Divino*”<sup>9</sup>

Contribuiu para a rápida expansão da Ordem de Cister o apoio do Clero Secular, dos papas e príncipes, cujas funções, obrigações e privilégios não se viram ameaçadas pelos ideais cistercienses. Com o passar dos tempos, Cister foi aumentando o seu património que, habilmente gerido permitiu outros investimentos e melhoramento ou reconstrução das instalações existentes bem como a edificação de igrejas, proliferando conseqüentemente o número de casas religiosas.

Do ponto de vista económico, os monges cistercienses contribuíram para o desenvolvimento da Europa através da organização de vastos domínios agrícolas e introdução de novas técnicas agrícolas, convivendo gradualmente com o mundo secular. O aumento da produtividade garantiu o seu próprio sustento e independência face aos grandes senhores laicos e os excedentes ainda integravam o circuito comercial urbano alimentando os seus mercados.

Cister foi, em suma, uma Ordem que pela sua ação e observância se orientou inicialmente para o divino desprezando as comodidades do mundo e da vida terrena mas que, posteriormente, contribuiu para o “materializar” dessa mesma vida, tornando-se economicamente uma Ordem religiosa poderosa e com grande prestígio social, desprezando os valores espirituais iniciais, para no final cair no relaxamento de si própria.

A implantação e multiplicação da Ordem por toda a Europa deveu-se à unidade alicerçada em princípio organizativos expressos na *Carta de Caridade*. Cada mosteiro era autónomo, no entanto todos estavam integrados numa estrutura hierarquizada e articulada, assente numa

---

<sup>7</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho, “Irradiação de espiritualidade e cultura”, in *Cister no Vale do Douro*, Porto, Edições Afrontamento, 1999, pp. 21-31.

<sup>8</sup> NASCIMENTO, Aires A. - Cister, *Documentos Primitivos*, Lisboa, Ed. Colibri, 1999; op. Cit. pp. 11-12.

<sup>9</sup> VAUCHEZ, André - *Lage d'or des Grandes Abbayes*, "L'Histoire", n°217,1998. pp. 24-30.

teia de relações de dependências até à Abadia-mãe<sup>10</sup> (veremos mais detalhadamente no capítulo 2 deste trabalho). O Abade da Abadia-mãe tinha o direito de visitar anualmente os mosteiros afiliados à sua Abadia, e era da sua responsabilidade averiguar o cumprimento da Regra e zelar pelo bom funcionamento dos mosteiros. Estava sujeito à correção que lhe podia ser feita pelo Capítulo Geral que reunia anualmente e no qual se tomavam todas as importantes decisões relativas à Ordem nele participando todos os Abades e outros responsáveis dos vários mosteiros afiliados. Foi pois este tipo de organização funcional que tornou possível a sobrevivência e unidade da Ordem ao longo dos tempos e por toda a Europa.

### Subcapítulo 1.2. - Espiritualidade cisterciense

O encontro até Deus era realizado através da devoção, meditação religiosa e despojamento total. Fraternidade, pobreza, simplicidade, austeridade e prática do “*ora et labora*” são as palavras-chave da espiritualidade cisterciense, em que o sustento deveria surgir do trabalho das suas mãos, do cultivo das terras e da criação dos animais.<sup>11</sup> É nessa base que os monges cistercienses participam da nova mentalidade religiosa que procura reduzir a distância entre o ideal e a realidade vivida. Só assim conseguirão atingir a humildade perfeita e escutar a voz de Deus. Mas para que esta experiência espiritual fosse possível era necessária a *fuga mundi*,<sup>12</sup> ou seja, a fuga às paixões terrenas que se traduz na busca da união com Deus na contemplação.

O objetivo da ordem de Cister consistia em seguir à letra a regra de São Bento como também o seu espírito. Com efeito, os cistercienses estavam convencidos de que a observância das suas prescrições fundamentais podia conduzir, partindo da vida terrena, à perfeição da caridade. Como refere Georges Duby: «*O evangelho contém duas exortações primordiais. De caridade: o reino de Deus está prometido àqueles que partilham os seus bens com os pobres. De renúncia: só é aceite quem escolheu viver como um pobre. Os actos dos apóstolos acrescentam que é bom trabalhar com as próprias mãos.*»<sup>13</sup>

Depois da expansão do movimento cisterciense o principal objetivo é viver a vocação religiosa. Acontecia assim quando cada Abade, com os seus 12 monges, se fixava num determinado lugar para fundar mais um mosteiro cisterciense. Em cada mosteiro, para além do Abade e dos outros monges do coro também havia os conversos, como já foi referido no capítulo anterior, os **monges do coro** derivam do mundo dos senhores, do clero e da

---

<sup>10</sup> Existiam cinco Abadias-mães: Abadia de Cister (1098); La Ferté (1113); Pontigny (1114); Morimond e Clairvaux(1115).

<sup>11</sup> NASCIMENTO, Aires A.; op. cit. p.59

<sup>12</sup> MARTINS, Ana Maria Tavares F; Uma Perspetiva da Ordem de Cister - O legado português; Tipografia Beira Alta; Viseu, 2007; op. Cit. p. 37

<sup>13</sup> DUBY, Georges; São Bernardo e a Arte Cisterciense; col. Sinais; Edições ASA; Fevereiro 1997; p. 39

cavalaria, com a sua educação já completa. Estão aptos a participar na celebração litúrgica e a meditar sobre os textos sagrados. A única mudança para eles será a de trabalhar um pouco como os pobres, usando as suas mãos. Os **conversos** como já se referiu, vêm do mundo dos trabalhadores, sobretudo do campo. O mesmo amor une estes irmãos mas também há uma barreira estanque: não se passa de um grupo para o outro e cada um vive em zonas separadas. <sup>14</sup> Os monges cistercienses contemplavam Deus através da oração, do trabalho, silêncio, pela renúncia ao mundo e obediência ao abade.<sup>15</sup> Seguiam a norma segundo um princípio de centralização, desde os primeiros mosteiros que se fundaram até às suas filiações, todos eram um só, reunidos numa só Ordem, reunidos numa só espiritualidade. Como refere Dom Maur Cocheril:

*“As abadias estavam reunidas num só corpo homogéneo, numa só ordem garantindo o exercício de uma unidade efetiva comum.”<sup>16</sup>*

### Subsecção 1.3. - Casos de Mosteiros de Cister na Europa

No início do século XII, no período entre 1119 e 1129, na altura do abaciado de Alberico e Estevão Harding na abadia de Cister que também coincide com a chegada de Bernardo à nova ordem, foi o período da construção das quatro primeiras filhas de Cister: La Ferté, Pontigny, Claraval e Morimond. Foi um período de grande ascensão da Ordem, a Casa-mãe, Cister, assim como as primeiras filhas de Claraval, correspondem às quatro cassas principais, cada mosteiro podia dar origem a novas fundações, que estariam sempre ligadas entre elas. Como refere o “Exordum Cistercii” no capítulo II:

“Dado que aquela jovem planta começava a estender os seus ramos, desde o início providenciou o venerando padre Estêvão, com vigilante sagacidade, a que se redigisse um documento, obra de admirável discernimento, que constituísse um aparelho de podar, ou seja que permitisse eliminar os rebentos cismáticos que, caso se desenvolvessem, poderiam sufocar o fruto da paz comunitária.”<sup>17</sup>

O grau de parentesco que as construções do período de pureza e rígida observância da regra apresentam, traduz seguramente a forte centralização que os primeiros mosteiros exerceram sobre si próprios em relação aos mosteiros que criavam. Na prática, resultou da aplicação do princípio de filiação, enunciado na Carta de Caridade, sempre que a abadia-filha, tradicionalmente, repetia na sua edificação o modelo da abadia-mãe.

---

<sup>14</sup> DUBY, Georges; São Bernardo e a Arte Cisterciense; col. Sinais; Edições ASA; Fevereiro 1997; op. cit. p.91

<sup>15</sup> Idem; p. 78

<sup>16</sup> COCHERIL, Maur; Notes sur l'Architecture et le Décor dans Les Abbayes Cisterciennes du Portugal, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1972; op. cit. p. 17

<sup>17</sup> NASCIMENTO, Aires A. op. cit. p. 52

A expansão cisterciense foi efetuada através de quatro modos distintos: da Fundação, quando um grupo de monges se instala e começa de raiz uma casa cisterciense, num local livre de qualquer outra presença monástica; Filiação, quando existe uma comunidade religiosa que é integrada na Ordem de Cister e permanece na nova observância; Substituição quando um grupo de monges ocupa o lugar de outra comunidade que desaparecera anteriormente; Tutela, quando a assistência é entregue ao abade do mosteiro mais próximo (acontecia nos mosteiros femininos).<sup>18</sup>

Apresenta-se a cronologia das fundações e afiliações das abadias de Cister na Europa, durante a vida de São Bernardo, proposta por Gérard Leroux<sup>19</sup>: Abadia de La Ferté, 1113; Abadia de Pontigny, 1114; Abadias de Claraval e Morimond, 1115; Abadia de Trois-Fontaines (primeira filha de Claraval), 1118; Abadia de Foigny, 1121; Abadia de Igny, 1127; Abadia de Rigny e incorporação do mosteiro beneditino de Savigny juntamente com 29 mosteiros na filiação de Claraval, 1128; Abadia de Ourscamp, 1129; Abadias de Cherliru, em França, de Bonmont na Suíça e de Eberbach na Alemanha, 1131; Abadias de Longpont e Vaucelles em França e de Rielvaux em Inglaterra, 1132; Abadia de Billon em França, 1133; de Himmerod na Alemanha e de Vauclair em França; 1134; Abadias de La Grâce-Dieu, Hautecombe e Buzay em França; em Claraval, a afluência de candidatos à vida monástica obriga S. Bernardo a construir um novo mosteiro (Claraval II), 1135; Abadias de Balerne, Aulpa, Noirlac e Auberive em França e de Chiaravalle della Colomba em Itália, 1136; Afiliação do mosteiro de Les Dunes, na Bélgica e fundação da Abadia de La Bénisson-Dieu em França, 1138; Abadia de L'Arrivour em França, 1139; Em Portugal, incorporação do mosteiro beneditino de S. João de Tarouca na filiação de Claraval. Fundação das abadias de Whitland, no País de Gales, de Melón em Espanha de Farfa, Casamari e Tre Fontane em Itália e afiliação de Clairmarais em França, 1140; Abadia de Osera em Espanha, 1141; Abadias de Hautcrêts em França, de Sobrado em Espanha e de Mellifont na Irlanda, 1142; Abadias de Boxley, em Inglaterra; de Valparaíso, La Espina e Meira em Espanha e de Belleperche em França, 1143; abadias de Grandselve e de Beaulieu, em França, 1144; Abadias de La Prée, em França, de Nydala e de Alvasta, na Suécia, 1145; Abadias de Val-Richer, em França, e de Villers, na Bélgica, 1146; Abadia de Aulne, na Bélgica, 1147; Abadia de Cambron, na Bélgica, 1148; de Fontmorigny, Aubepierre, Longuay e Boulancourt, em França e de Loos na Bélgica, 1149; Abadia de Esrom, em França, 1151; Abadia de Clairmont em França, 1153.

Segundo Dom Maur Cocheril no século XIII foram fundadas 169 abadias mas e seguido o número de filiações começa a diminuir: dezoito no século XIV, vinte no século XV, quatro no século XVII. A partir do século XIV a Ordem de Cisterciense começa a esbater-se face às

---

<sup>18</sup> Idem; pp. 13-14

<sup>19</sup> LEROUX, Gérard; São Bernardo, 1090-1990: catálogo bibliográfico e iconográfico, Lisboa Biblioteca Nacional, 1991, pp. 24 a 29

Ordens Mendicantes como os Franciscanos e os Dominicanos. Claraval e Morimond foram as abadias que se encontraram na origem desta expansão, única na história da Igreja.<sup>20</sup>

Com o passar do tempo o ideal legado por S. Bernardo sofre profundas transformações chegando mesmo a aproximar-se das tendências dos cluniacenses. A partir do século XIII começa a surgir uma forte tendência de reação contrária ao espírito inicial que originou a Ordem de Cister.

As filiações de Claraval estendem-se pelas Ilhas Britânica, Países Escandinavos, Países Baixos, Itália, França, Portugal, Galiza, Reino de Leão, Catalunha, Reino de Valência, enquanto as filiações de Morimond abrangem sobretudo a Europa Central. Será desta Abadia que irão depender as Ordens Militares Cistercienses da Península Ibérica. São Bernardo morre a 20 de Agosto de 1153 e nesse ano a comunidade de Claraval contava perto de 700 monges e o número de mosteiros dependentes da abadia elevava-se a 167 (68 dos quais diretamente fundados ou afiliados por S. Bernardo). Sendo que no final do século XII a Ordem contava com 525 abadias e no momento de maior expansão, tinha aproximadamente 750 mosteiros masculinos e 900 femininos no território europeu.<sup>21</sup>

A Ordem de Cister é encarada como um dos mais significativos movimentos espirituais do Ocidente. Esta ordem impulsionou grandes reformas no Monaquismo Ocidental e ultrapassou o âmbito religioso, gerando consequências vitais na cultura e sociedade europeias desde a Idade Média até à contemporânea.

---

<sup>20</sup> COCHERIL, Dom Maur; Introduction in BRONSEVAL, Frère Claude de ; "Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Édeme de saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)"; (ed. Dom Maur Cocheril); PUF; Paris; 1970; p.26

<sup>21</sup> Segundo COCHERIL, Maur; *op. cit.*; p.29



## Capítulo 2

### Secção 2- A Arquitetura de Cister

#### Subsecção 2.1. - Arquitetura de Cister

*“O mosteiro, plural nos seus edifícios, é com razão uniforme nos seus objetivos. Lá o homem vive para Deus e o mosteiro comunica com o mundo através da porta principal da igreja e da portaria. Há como que uma coordenação subsidiária no conjunto monástico que se articula à volta da igreja e do claustro que lhe está contíguo. É ali, e a partir dali, que se estrutura a vida dos monges e se organiza todo o espaço envolvente do seu trabalho quotidiano”.*<sup>22</sup>

A arquitetura cisterciense obedece a rigorosos critérios desde a implantação, construção até à decoração. Tudo tem que estar em harmonia para que no final, a “cidade” construída pelo homem seja governada por Deus. Sendo que o mosteiro é a casa de Deus na terra. Uma casa situada num espaço físico, construído com matéria mas erguido com a luz do espírito. Para tal ser possível, é necessária a fuga *mundi* ou *contemptus mundi* para buscar uma união do espírito com Deus e o espaço propício é o mosteiro onde se vive em comunidade, tal como é referido nos Actos dos Apóstolos:

“Todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum” (Act 2; 45).<sup>23</sup> Tudo se resume à busca da perfeição, através do desejo de contemplação em união do espírito com Deus.

*“A arte cisterciense começa pela beneficiação, pelo ordenamento dos rios, dos solos, dos aterros. Começa a edificação da clareira.”*<sup>24</sup>

O momento da implantação do mosteiro era um processo muito importante para os cistercienses. O local teria que ser dotado de um contexto geográfico pleno de misticismo e simbolismo. A escolha do sítio para a edificação da nova casa obedecia a critérios muito específicos, segundo a Regra de S. Bento, a preferência pelos vales e a sua morfologia apresenta-se como símbolo e terra fértil que é fecunda pelas graças espirituais. O espaço monástico é edificado consoante as necessidades do espírito e do corpo. Quer na sua vertente

---

<sup>22</sup> DIAS, Geraldo Coelho; Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória, História, espaços e quotidiano dos monges, in “O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos”; edições Afrontamentos; Porto; 1997; p. 24

<sup>23</sup> MARTINS, Ana Maria Tavares F.; Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias* - vol. 1; Dpto de Ciências e Técnicas do Património e Dpto de História; Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 2006; p.86

<sup>24</sup> DUBY, Georges; São Bernardo e a Arte Cisterciense; col. Sinais; Edições ASA; Fevereiro 1997; op. cit.; p. 128

física como na vertente ideal este é o lugar construído pelos homens e ordenado segundo a vontade de Deus. <sup>25</sup>

Como estava prescrito na regra, os locais de implantação do espaço monástico, devem estar inseridos na natureza, ser o mais isolado possível, longe das zonas povoadas, próximo de linhas de água ou com capacidade hídrica suficiente para os trabalhos manuais e espirituais do dia-a-dia no espaço monástico. Veremos mais algumas imposições da regra de São Bernardo, o capítulo IX dos Capitula refere que:

*“Nenhum mosteiro poderá ser erigido em cidade, burgo ou aldeia. / Não se pode enviar um novo abade para fazer uma nova fundação sem pelo menos doze monges, sem que entre os livros haja um saltério, um himnário, um colectário, um antifonário, um gradual, uma Regra, um missal, nem antes de naquele local terem sido levantados os edifícios do oratório, do refeitório, da casa para hóspedes e para o porteiro; isto para que imediatamente possam servir a Deus e levar uma vida regular. / Fora dos muros do mosteiro não se construa qualquer edifício destinado a habitação, que não seja o dos animais.”* <sup>26</sup>

Para um melhor aproveitamento da morfologia do terreno foram necessárias profundas transformações no território para o tornar mais fértil e habitável. Ordenaram a paisagem circundante de modo a garantir a produção agrícola e a sua subsistência, resultando assim uma integração arquitetónica e paisagística consideráveis.

Para a implantação da “casa-ideal” os cistercienses entram em florestas densas, onde apenas viviam os animais selvagens. Lugares inacessíveis. Como refere Georges Duby: *“Lá chegados, os homens de Deus perceberam que esse lugar, por ser desdenhado pelas pessoas do século e inacessível, era o mais propício para o estilo de vida religiosa que, então tinham concebido nos seus espíritos”*. <sup>27</sup>

Era fundamental ter em atenção as condições geográficas e as características do solo, de modo a satisfazer as necessidades vitais da comunidade. O progressivo conhecimento do terreno levou-os, muitas vezes, a trocar o primeiro local de estabelecimento por outro nas proximidades, com melhores condições agrícolas e um mais eficaz aproveitamento hidráulico das linhas de água. Como aconteceu com a primeira implantação de Cister, situada em *La*

---

<sup>25</sup> MARTINS, Ana Maria Tavares F.; Uma Perspetiva da Ordem de Cister: o Legado Português; Tipografia Beira Alta; Viseu, 2007; p. 87

<sup>26</sup> NASCIMENTO, Aires A.; op. cit. p. 57

<sup>27</sup> DUBY, Georges; op. cit.; p. 82

*Forgeotte*, a sul de Dijon, a água era um bem escasso. Logo procuraram outro local onde o fluxo de água era mais abundante.<sup>28</sup>

As primeiras edificações dos mosteiros cistercienses eram em madeira, mais tarde, utilizou-se a pedra. Por isso também a procura por locais abundantes de madeira e pedra para a construção do edifício monástico. A partir de 1119 com o reconhecimento da Ordem de Cister pelo Papa Calixto II foi necessário preceder às devidas adaptações para acolher comunidades mais numerosas por isso assiste-se a uma diversificação e conseqüente transformação na arquitetura cisterciense. Era fundamental ter em atenção as condições geográficas e as características do solo, de modo a satisfazer as necessidades vitais da comunidade. O progressivo conhecimento do terreno levou-os, muitas vezes, a trocar o primeiro local de estabelecimento por outro nas proximidades, com melhores condições agrícolas e um mais eficaz aproveitamento hidráulico das linhas de água. Como aconteceu com a primeira implantação de Cister, situada em *La Forgeotte*, a sul de Dijon, a água era um bem escasso. Logo procuraram outro local onde o fluxo de água era mais abundante.<sup>29</sup>

Georges Duby descreve como decorriam os acontecimentos da edificação do espaço monástico:

*«Uns cortam árvores, outros aparelham a pedra, outros constroem muros, outros, ainda, desviam um braço de rio para criar quedas de água. Elas farão andar máquinas dos pisoeiros, dos curtidores de peles, dos ferreiros e de outros artífices; depois, tendo limpo o lugar, regressarão ao rio de onde tinham sido desviadas devolvendo-lhe o que lhe tinha sido tirado.»<sup>30</sup>*

Após ser escolhido o local de implantação, depois do ordenamento do território, passamos à edificação física do mosteiro. A partir de 1150 fala-se de um plano base para a disposição arquitetónica do espaço monástico, chamada a planta-tipo cisterciense que traduz as ideias de S. Bernardo: planta de cruz latina, profundo sentido de ortogonalidade e alinhamentos baseados num módulo quadrangular. Tendo como base a Igreja, Ala dos Monges, Ala do Refeitório, Ala dos Conversos, Claustros. Planimetricamente, a planta-tipo cisterciense é distinta das anteriores plantas monásticas. Em traços gerais podemos afirmar que todas as abadias cistercienses eram construídas segundo o mesmo plano, resultante de um programa bem definido, embora não se encontre dois mosteiros iguais. (figura 1)

---

<sup>28</sup> MARTINS, Ana Maria Tavares F; Uma Perspetiva da Ordem de Cister: o Legado Português; Tipografia Beira Alta; Viseu, 2007, op. cit.; p. 49

<sup>29</sup> MARTINS, Ana Maria Tavares F; op. cit.; p. 49

<sup>30</sup> DUBY, Georges; op. cit.; p. 133

<sup>30</sup> MARTINS, Ana Maria Tavares F.; Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias* - vol. 1; Dpto de Ciências e Técnicas do Património e Dpto de História; Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 2006; p.93

Os mosteiros primitivos de Fontenay ou Claraval II eram as referências máximas desse modelo ideal. O início da construção da igreja de Fontenay data de 1139 e foi consagrada em 1147, ainda no período em que S. Bernardo era vivo e que este terá utilizado na reedificação de Claraval II, entre 1135 e 1145. A fidelidade em planta era muito próxima entre abadias mas em alçado muitos princípios de arquitetura cisterciense eram mais dificilmente aplicados.

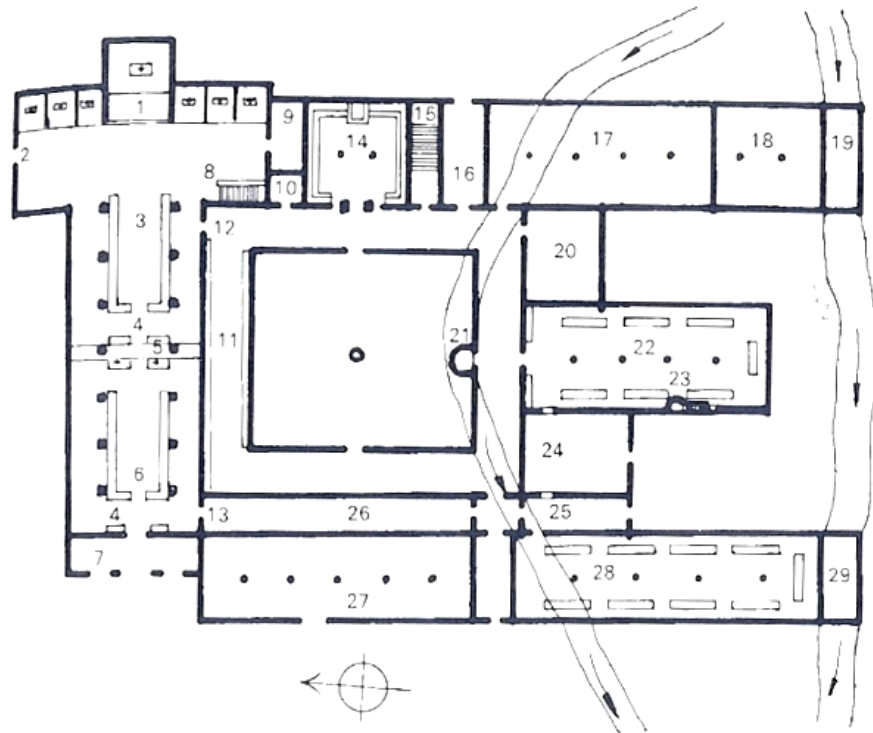


Figura 1. Planta-Tipo de um mosteiro cisterciense segundo W. Braunfels.

- |   |  |
|---|--|
| 21. Santuário                                     | 9. Sala dos monges                             |
| 22. Porta dos mortos                              | 10. Sala dos noviços                           |
| 23. Coro dos monges                               | 11. Latrina em utilização no andar superior    |
| 24. Banco dos enfermos                            | 12. <i>Calefactorium</i>                       |
| 25. Jubeu   | 13. Lavabo                                     |
| 26. Coro dos conversos                            | 14. Refeitório                                 |
| 27. Nártex  | 15. Púlpito para leitura durante as refeições  |
| 28. Escada da Igreja para o dormitório            | 16. Cozinha                                    |
| 1. Sacristia                                      | 17. Parlatório dos conversos                   |
| 2. <i>Armarium</i> onde eram guardados os livros  | 18. Celeiro ou armazém                         |
| 3. Bancos para a leitura e para o <i>mandatum</i> | 19. Refeitório dos conversos                   |
| 4. Porta dos monges                               | 20. Latrina do dormitório dos irmãos conversos |
| 5. Porta dos Conversos                            |  |
| 6. Sala do Capítulo                               |  |
| 7. Escadas do claustro para o dormitório          |  |
| 8. Parlatório                                     |  |

O mosteiro seguia uma estrutura básica do quadrado, onde o Claustro, a nível formal, era o epicentro do espaço monástico, três dos seus lados correspondem às funções essenciais: *spiritus* a norte onde se insere o corpo da igreja, *anima* a este, onde se insere a sacristia, sala do capítulo, salas de trabalho intelectual, *corpus* a sul, com cozinha, calefactório, refeitório, latrinas e o quarto lado do claustro, a oeste, é aberto aos Conversos, tendo o celeiro, dormitório, refeitório, latrinas.<sup>31</sup> (fig. 2)



Figura 2. Vista aérea da abadia de Fontenay.

O mosteiro abrigava duas comunidades distintas, a dos monges e a dos conversos. O plano arquitetónico tinha que permitir a realização das tarefas destas duas comunidades sem que elas se incomodassem, interferissem ou até se encontrassem. Esta distinção fundamental entre a parte reservada aos monges e a parte reservada aos conversos estava bem marcada na igreja onde cada uma das comunidades, no coro, se encontra separada da outra por um tabique divisório. Aos monges estava destinada a parte oriental da igreja, relativamente ao coro e as capelas, assim como a ala *anima* e *corpus*. Encontramos também esta distinção nos refeitórios, que não eram comuns a monges e conversos e estavam ligados apenas, pela cozinha que servia a ambos. Aos conversos estava destinado a parte ocidental da Igreja, o seu refeitório, o dormitório num piso superior, celeiro e a ruela que permitia uma ligação à Igreja sem que estes passassem pelos domínios do Claustro e outras dependências relativas aos monges do coro. Como resultado havia dois corpos arquitetónicos perpendiculares à Igreja, um destinado aos monges do coro outro aos conversos, dois corpos localizados num mesmo conjunto arquitetónico mas com função, propósitos diferentes sem que os seus usos interfiram na vida dos dois grupos distintos que habitam o mesmo edifício.

---

<sup>31</sup> MARTINS, Ana Maria Tavares F.; Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias* - vol. 1; Dpto de Ciências e Técnicas do Património e Dpto de História; Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 2006; op. cit.; p.93

Esta é a variação mais significativa que se observa na transposição do plano ideal entre mosteiros. A disposição era escolhida de modo que a igreja se encontrasse sempre situada no ponto mais elevado do terreno e a cozinha e os refeitórios se localizassem na parte mais baixa, junto a um curso de água, permitindo tirar proveito da água proveniente da parte mais elevada do terreno, que a partir de sistemas hidráulicos, era recolhida e canalizada (recorrendo a condutas em pedra, cerâmica ou madeiras) para a Igreja, Claustro e cozinha.

A adaptação dos cistercienses aos cursos de água era exemplar, procurando normalmente a travessia dos edifícios por linhas de água com alguma força de corrente tendo em vista o respetivo aproveitamento no apoio às atividades da cozinha, à manutenção da higiene conventual e também o aproveitamento da força da água. O plano arquitetónico cisterciense sofreu alterações e adaptações consoante as necessidades e consoante as demandas da realidade do contexto em que se inseriam. No início das construções dos mosteiros cistercienses os refeitórios eram paralelos ao claustro, mais tarde, esse corpo sofre uma rotação de 45° e torna-se perpendicular ao espaço do Claustro, desta forma, obteve-se um aumento do refeitório e cada vez que seja necessário, pode-se aumentar sem interferir com os outros corpos do conjunto monacal.

O elemento de maior destaque do plano cisterciense é a **Igreja**, que devia ficar sempre no ponto mais elevado e orientada para nascente. A Igreja é o alfa e o ómega de toda a fundação. Situava-se do lado norte com o claustro imediatamente a sul. Era de uma tipologia simples sem decoração.

*“Também nós, se quisermos permanecer no ministério do Senhor e estar sempre prontos a servi-Lo, devemos erguer tendas na solidão... Que os ornamentos da igreja nos bastem e não tenham nada de supérfluo; que sejam adequados e não preciosos. Não devem ser feitos de ouro ou prata, exceto no caso de um ou mais cálices, se forem necessários. Não deve existir seda com exceção da das estolas e manípulos. Que haja imagens esculpidas: apenas uma cruz de madeira sobre o altar. Não é interdito um quadro com a imagem do Senhor, mas não deve existir nenhuma pintura mais sobre o altar. Dois sinos são suficientes para o mosteiro.”*

ABÉLARD, Cartas a Heloísa, VIII<sup>32</sup>

A Igreja foi destinada somente para servir os monges do mosteiro. É fechada para si mesma, apenas comunica com o dormitório e o Claustro. Em direção ao poente localiza-se a fachada, nela não se vislumbra qualquer abertura, apenas umas frestas para a entrada de luz.<sup>33</sup> Durante muito tempo a população e os peregrinos não tiveram acesso à igreja, excetuando o caso de hóspedes importantes que passavam pelo mosteiro. Poder-se-lhes ia destinar um lugar

---

<sup>32</sup> DUBY, Georges; op. Cit.; p. 166

<sup>33</sup> Idem; p. 153

num dos braços do transepto, entrando eles nesse caso pela porta do transepto do lado oposto do templo cisterciense.<sup>34</sup>

O acesso à Igreja era diferenciado consoante os grupos. Os monges acediam pela parte oriental do templo, pela escada das matinas ou pela porta dos monges conforme a altura do dia. Os conversos entravam pela parte ocidental, pela porta dos conversos que ligava às suas dependências. As naves laterais da Igreja eram usadas como corredores de circulação. Na nave central estavam distribuídos os recintos dos coros dos monges, conversos e doentes. A única coisa em comum aos monges e aos conversos dentro da Igreja é a porta dos mortos. Após a morte, os irmãos do mosteiro eram levados para o cemitério através da porta dos mortos, essa porta não tinha outra finalidade.<sup>35</sup> Estas regras de circulação e permanência para diferentes grupos dentro do templo cisterciense influenciaram na disposição arquitetónica, mas de um modo geral os cistercienses seguiram a mesma estrutura funcional das abadias dos seus antecessores beneditinos.

A nível arquitetónico propõem uma composição de enorme clareza espacial e simplicidade. A Igreja estava orientada segundo o eixo nascente/poente, com a cabeceira para nascente. Sempre que possível era situada na zona mais elevada do terreno. A planta é de cruz latina, este plano é propício a ritos discretos de procissão, simbolicamente representa os quatro pontos cardeais que intersectam entre si, é manifestamente a transição do corpo do homem nas dimensões do cosmos, como refere George Duby: *“a igreja congrega, encerra, concentra para o núcleo o cruzamento do transepto”*.<sup>36</sup>

Sendo que o braço maior da dialética formal da igreja divide-se em três espaços, no sentido longitudinal paralelamente ao eixo de simetria Este/ Oeste correspondendo às naves central e colaterais. Esta divisão prolonga-se para o espaço do transepto caracterizando a interpenetração espacial entre aquele espaço e as naves. A nave central é a mais elevada e as naves laterais mais baixas. De um modo geral o corpo das naves era precedido de um vestíbulo. O transepto, era formado por uma só nave. A parte diretamente relacionada, com as naves que intercetam o transepto, deve ter, aproximadamente, uma largura igual à da nave central da igreja, formando no cruzamento com esta, um espaço quadrangular - o cruzeiro.<sup>37</sup> Na zona posterior do transepto situa-se a cabeceira, sendo este o terceiro corpo da estrutura da Igreja ficam assim delineados os três corpos que constituem as Igrejas Cistercienses: corpo das naves, do transepto e da cabeceira. Existem três tipos de organização formal de cabeceiras das Igrejas cistercienses: cabeceiras retangulares,

---

<sup>34</sup> BRAUNFELS, Wolfgang; *Monasteries of Western Europe - The Architecture of the Orders*; Thames and Hudson; London 1993; p. 75

<sup>35</sup> BRAUNFELS, Wolfgang; *Monasteries of Western Europe - The Architecture of the Orders*; Thames and Hudson; London 1993; op. cit.; p. 76

<sup>36</sup> DUBY, Georges; op. cit.; p. 154

<sup>37</sup> AA.VV.; *Actas do Colóquio Internacional - Cister: Espaços, Territórios, Paisagens / Mosteiro de Alcobaça*, Junho 1998; vol. I; Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitetónico; Lisboa; 2000; p. 316

semicirculares simples (sem deambulatório e capelas radiantes) e semicirculares com deambulatório e capelas radiantes.<sup>38</sup>

As naves laterais e a central estavam divididas em tramos. Eram formados por pilares quadrados que são colocados no cruzamento das linhas que definem os tramos transversais da Igreja com as linhas perpendiculares que dividem as três naves. As pilastras surgem sempre do cruzamento das linhas paralelas que definem os tramos da igreja com o limite interior das paredes exteriores.<sup>39</sup> As linhas direitas dominam o plano dos muros das naves laterais e central, da galeria ao transepto, já na abside e nos absidiolos é a linha curva que se torna dominante assim como nos elementos de cobertura.<sup>40</sup> A nave central era coberta por uma abóbada de berço, assim como nas naves laterais, mas no sentido transversal à da nave central de modo a suportarem a abóbada principal. Com o tempo, o tipo dessas coberturas vai naturalmente evoluindo da abóbada de berço à de ogivas. (figura 3)

A Igreja de Fontenay ainda conserva a traça inicial (fig. 3), terá sido o “modelo tipo” mais difundido pela ordem porque todas as filiações de Claraval construídas durante a vida de S. Bernardo a terão adotado, como aconteceu com as abadias de Silvacane, Fossanova, Bonmont, Poblet, entre outras construídas posteriormente.

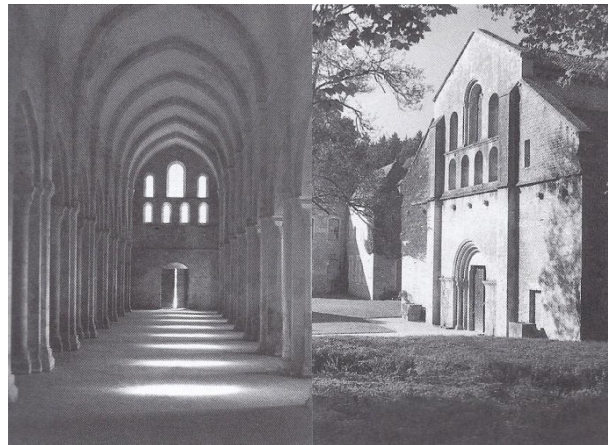


Figura 3. Vista interior da Nave Principal da Abadia de Fontenay e Fachada Principal da Abadia de Fontenay

A Igreja era iluminada através de janelas de arco apontado, situadas nas paredes das naves laterais, nas paredes absidiais e na fachada. O ornamento que se poderia encontrar na Igreja cisterciense estava presente nos capitéis, mísulas ou vitrais, era inspirado pela lógica e pela simplicidade. A abside central, elevado um ou dois degraus, de cabeceira quadrada muito simples e pouco profunda era ideal para a prática da liturgia cisterciense muito simplificada.

---

<sup>38</sup> AA.VV.; Actas do Colóquio Internacional - Cister: Espaços, Territórios, Paisagens / Mosteiro de Alcobaça, Junho 1998; vol. I; Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico; Lisboa; 2000; op. cit.; p. 316

<sup>39</sup> Idem; p. 317

<sup>40</sup> DUBY, Georges; op. cit.; p. 154



As capelas abriam para o transepto. O seu número variava de um dois ou três de cada lado e estão adossadas na parede nascente. No braço do transepto contíguo aos espaços do claustro, uma pequena porta dá acesso à sacristia. Próximo dela está a escada das matinas, normalmente em madeira, que liga o dormitório dos monges diretamente à igreja. Do lado oposto a este, uma outra porta, dos mortos, conduz ao cemitério, como já foi referido acima.

Na parte alta da nave central, filas de cadeiras adossadas aos pilares conformam o coro dos monges, fechado por tabiques de madeira, por vezes em pedra. Este encerramento é somente suplantado por uma pequena tribuna onde podiam ler ou cantar os excertos dos livros sagrados no ofício da noite. A fachada da Igreja era uma parede de alvenaria lisa onde somente sobressaíam os poucos vãos existentes e os contrafortes, que são elementos estruturais com a clara correspondência com as pilastras do interior, relacionados com o prolongamento da intersecção dos tramos com as paredes exteriores da igreja.<sup>41</sup> Normalmente a fachada era precedida por um alpendre fechado e murado, esse espaço era chamado de Nártex. A fachada estava dividida em três partes sendo as partes laterais mais baixas que a central, deixava transparecer a espacialidade interior do templo. Na parte superior poderia existir uma rosácea para iluminar a nave e o pórtico, geralmente pouco trabalhado.

Devido às proporções arquitetónicas, o edifício compreendia uma configuração compacta e maciça, mas para isso também contribuíam os telhados baixos e as paredes espessas amparadas por robustos contrafortes.

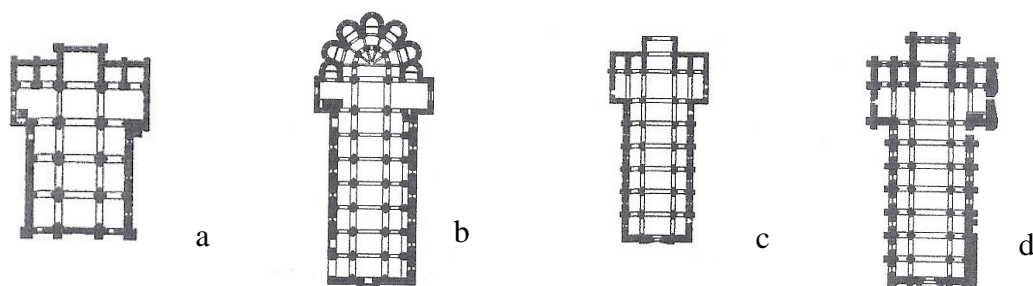


Figura 4 Diferentes plantas de Igrejas cistercienses. a) Igreja Mosteiro de Silvacane; b) Igreja Mosteiro Poblet; c) Igreja Mosteiro Bonmont; d) Igreja Mosteiro Fossanova.

Em suma podemos verificar que o quadrado é a chave de todas as estruturas da construção cisterciense.

<sup>41</sup> AA.VV.; Actas do Colóquio Internacional; op. cit.; p. 317

Contíguo ao braço do transepto, na face oriental, encontrava-se a **Ala dos Monges**. Esta ala subdivide-se em piso térreo e piso superior. Na organização espacial do piso térreo, encontra-se a Sacristia que normalmente liga diretamente com a Igreja, a sala do Capítulo, a escada de acesso ao dormitório, o *auditorium* ou parlatório (serve também de passagem para se ir ao jardim e à enfermaria, para os campos e terrenos no interior da cerca monástica, salvaguardando a clausura), e a sala de trabalho dos monges. O piso superior era ocupado na totalidade pelo dormitório (fig. 6), ficava virado para Este, para ter sol logo de manhã e a maior parte do dia.

A sala do Capítulo situa-se por baixo do dormitório, é de planta retangular, geralmente estava dividida em duas naves com seis tramos cobertos por abóbadas de cruzaria quadripartidas, que suportavam o peso do dormitório, o peso era descarregado nas paredes e nas colunas. É o local do conselho, onde os monges se reúnem à volta do abade, como os apóstolos rodeando Jesus. A cadeira do abade estava adossada à parede oriental no enfiamento da entrada. Os monges ocupavam os lugares numa bancada de pedra em torno da sala. Ao centro encontrava-se o púlpito de leitura. Nesta sala, todos os dias, depois do ofício das primas, alguém lê o martirólogo e um capítulo da Regra. É um espaço de reunião, onde todos ouvem o comentário do abade, as instruções morais e as ordens a realizar nesse dia. Esta sala tem uma janela ligada ao exterior, onde os conversos são admitidos a ouvir, mas só aos domingos e nos dias festivos.<sup>42</sup> Este vão, geralmente, era mais trabalhado que os restantes do mosteiro, normalmente em arco quebrado com arquivoltas. No angulo sueste do claustro, ainda no que respeita à ala dos monges no piso térreo, antes da porta de acesso à igreja localiza-se o *armarium* que consistia num estreito vestíbulo onde os monges dispunham os seus livros antes de entrarem para a Igreja ou de saírem para os terrenos adjacentes.



Figura 5. Dormitório, abadia de Fontenay

Os edifícios das demais dependências monásticas, para além da Igreja, eram erigidos do lado sul, designada **Ala Sul**, por ser o que apanha mais horas de sol, e sendo as diferentes dependências articuladas em volta do Claustro, de acordo com as deslocações normais dos

---

<sup>42</sup> DUBY, Georges; op. cit.; p. 141

monges e com as necessidades de luz e calor. Deste modo a Igreja situa-se na face norte do Claustro quadrangular e a sul, comunicando com o Claustro encontra-se o *calefactório*, o refeitório e a cozinha. O *calefactório* era um pequeno compartimento munido de uma chaminé, era a única sala aquecida do mosteiro, onde os monges iam engraxar o calçado, onde o barbeiro rapava a cabeça dos religiosos e quatro vezes por ano os monges eram submetidos a uma sangria. Nos períodos mais frios do ano era neste espaço que os copistas trabalhavam e onde os monges poderiam permanecer algum tempo para se aquecerem. O *calefactório* só é acessível a partir do Claustro.

O refeitório e a cozinha estavam sempre próximos de uma linha de água e articulavam-se diretamente com o claustro. A cozinha separava o refeitório dos monges do refeitório dos conversos. Como foi referido, o refeitório é colocado perpendicular ao Claustro, nesta disposição obtém-se mais luz natural, mais facilidade para ampliar o espaço conforme o número de irmãos no mosteiro. As mesas do refeitório eram dispostas ao longo das paredes e os monges ocupavam os lugares sem ficarem cara a cara. Ao fundo existia afixada à parede lateral um púlpito para as leituras. Contíguo ao refeitório dos monges encontrava-se a cozinha, estes dois espaços comunicavam entre si através de uma abertura para passar os pratos, a cozinha também servia o refeitório dos irmãos conversos.<sup>43</sup>

O quarto lado, a ocidente do conjunto monástico, era fechado pela **Ala dos Conversos**, paralelo ao edifício dos monges, no seguimento da fachada da Igreja, geralmente um pouco mais saliente. No piso térreo encontrava-se a arrecadação e adega, encostado à parede da Igreja, uma passagem para o exterior do mosteiro, o parlatório ou portaria e o refeitório dos conversos. É também aqui que se localiza o celeiro que por se encontrar voltado face a Oeste, recebe apenas a incidência do sol do entardecer. Por vezes estes espaços comunicavam diretamente para um corredor de circulação independente, paralelo à galeria ocidental do claustro, a rua dos conversos, garantindo desse modo uma maior independência entre as duas comunidades. O segundo piso desta Ala dos Conversos era ocupado pelo Dormitório dos mesmos.

---

<sup>43</sup> BRAUNFELS, Wolfgang; op. cit.; p. 76



Figura 6. Vista do Claustro Mosteiro de Sénanque

Figura 7. Vista Claustro do Mosteiro de Fontenay

No coração do edifício situa-se o **Claustro** (fig. 6), era o espaço central da abadia em torno do qual todos os edifícios se organizavam. Surge como ponto de equilíbrio entre o isolamento e a abertura, entre *claustrum et heremus*, entre a vida cenobítica e a vida solitária.<sup>44</sup> Era um espaço de oração e de silêncio (fig. 7). De planta quadrada, era composto por quatro galerias que faziam a comunicação dos edifícios regulares.

A norte, ao longo da parede da Igreja situava-se a galeria das “completas”, um espaço de reuniões semelhante às do Capítulo, também designada Claustro de Leitura. Estava munida de bancos a todo o comprimento. Era o lugar onde os monges se entregavam à leitura nos tempos livres do dia, porque no período inicial dos mosteiros, não era frequente encontrar biblioteca nem sala de leitura. À tardinha, após o ofício das tarefas, era neste espaço que toda a comunidade se reunia para fazer uma leitura espiritual. (figura 9)

A galeria da ala dos monges designada por galeria do Capítulo, comunica com a Igreja pela porta dos monges, junto da qual se encontra o *Armarium* anexo à sacristia onde se guardavam os livros e objetos mais preciosos à disposição dos monges.

Do lado da Ala Sul situa-se a galeria do Refeitório, encontrava-se um pequeno pavilhão localizado em frente da porta do refeitório, saliente para o Claustro, que abriga uma fonte, o lavabo, cuja água era trazida por uma conduta. Os monges iam ali lavar as mãos durante o dia de trabalho e antes das refeições. (figura 8)

A última galeria, a ocidente, paralela à Ala dos Conversos, era um simples corredor de circulação. Não comunicava com nenhum compartimento. Este espaço exemplifica a divisão de classes dentro no mosteiro, os conversos têm entrada para a Igreja, mas não para o claustro.<sup>45</sup> Muitas vezes esta galeria era duplicada por uma outra coberta ou a céu aberto,

<sup>44</sup> DUBY, Georges; op. cit.; p. 141

<sup>45</sup> BRAUNFELS, Wolfgang; op. cit.; p. 79

denominada rua dos conversos para a circulação independente dos conversos. Em alguns mosteiros, era um amplo recinto e noutros uma passagem estreita. No extremo sul comunica com o parlatório dos conversos e a entrada da clausura. No extremo oposto comunicava com a igreja.

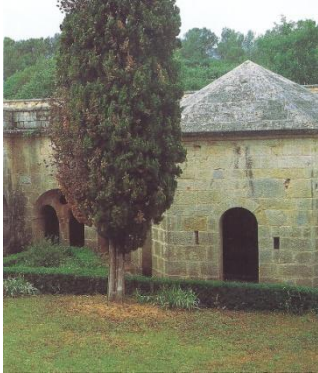


Figura 8. Lavabo do Claustro de Thoronet



Figura 9. Vista do Claustro de Silvacane séc. XII

No interior da cerca de clausura, delimitados por um muro, existiam para além da Igreja e dependências regulares, terrenos de cultivo, e edifícios de apoio às atividades produtivas e de subsistência de comunidade, embora variem de caso para caso: a enfermaria, o celeiro, a adega, a sapataria, a tulha, o forno, o moinho, são as referências mais usuais. Acedia-se a este espaço pela portaria no edifício dos conversos.

Com o tempo, quando o número de irmãos diminuía, o edifício dos conversos tornou-se inútil. Era então adaptado a um novo uso. Muito frequentemente foi substituído pela casa do abade ou pela hospedaria. A rua dos conversos desapareceu em quase todos os mosteiros nesta ocasião.



## Capítulo 3

### Secção 3- A Ordem de Cister e Portugal

#### Subsecção 3.1. - A Ordem de Cister em Portugal

Chamados por D. Afonso Henriques, os monges brancos entram no território português em meados do século XII. A reforma cisterciense é introduzida em Portugal num momento em que a Ordem ainda se encontra na primeira fase de expansão e Portugal começava a desenvolver-se como nação.

O rei por seu lado, favorece a expansão da Ordem no território nacional, tornando-se assim na ordem monástica mais poderosa em Portugal e estende os seus mosteiros nas regiões de norte e centro através da mudança de observância e de filiações, ocupando antigos cenóbios em decadência, renovando-os material e espiritualmente, ou exercendo influência decisiva em comunidades monásticas seguidoras da Ordem de S. Bento.

Durante o período da primeira dinastia, os monges fundam mosteiros por todo o território português. Os monges foram proprietários de vastos domínios agrários que cuidaram e rentabilizaram, contribuindo assim para a consolidação das áreas recentemente conquistados aos muçulmanos, de forma a desenvolver o ordenamento do território com a colonização e desenvolvimento das vastas áreas que ocuparam com a aplicação de técnicas agrícolas inovadoras e uma grande disciplina de organização do espaço, tais como o arroteamento de terras, desbravamento de terras, secagem de pântanos, planificação de sistemas hidráulicos com encanamento e encaminhamento de caudais, construção de condutas subterrâneas ou regularização das margens de rios e ribeiras que ainda hoje marcam a paisagem rural. S. Bernardo desempenhou o importante papel na consolidação da jovem monarquia, apoiando o desejo de independência de D. Afonso Henriques e enviando os monges que iriam fundar, entre outros, um dos maiores mosteiros da cristandade, o de Alcobaça.<sup>46</sup>

De Santa Maria de Alcobaça tornou-se cabeça da Congregação, passando a assumir as mais importantes decisões e responsabilidades da Ordem no nosso país. Dotada de um Abade Geral próprio e que dispunha de um poder forte e centralizado, procurou, no contexto de reforma que então vigorava, superar a ruína económica e espiritual dos mosteiros portugueses. De Alcobaça dependeram os mosteiros de Seiça; Santa Maria do Bouro e Santa Maria de Maceira Dão. Com o passar dos tempos, o isolamento inicialmente procurado pelos primeiros monges a fim de edificarem os seus mosteiros começou a ser considerado prejudicial, pois fazia com que se perdessem normas diversas do foro administrativo, litúrgico, económico e disciplinar,

---

<sup>46</sup> LEROUX, Gérard; São Bernardo, 1090-1990: catálogo bibliográfico e iconográfico, Lisboa Biblioteca Nacional, 1991; op. cit.; p.15

pertinentes no quotidiano dos monges e das várias casas religiosas. Por isso, uma forma de estabelecer relações entre os mosteiros foi integrá-los numa estrutura organizacional comum, a que já nos referimos, e na qual cada mosteiro dispunha da sua gestão e governo autónomos, podendo eleger o seu Abade responsável pela gestão espiritual, organizacional e material do mosteiro, embora necessitasse ser reconhecido pela Abadia-mãe estando portanto, a ela subordinado.<sup>47</sup> O sistema hierárquico de interdependência entre os vários mosteiros assentava pois, numa espécie de “correção e ajuda” que os Estatutos da Ordem regulamentavam.<sup>48</sup>

Frei Maur Cocheril, monge cisterciense, dedicou três anos da sua vida ao estudo da Ordem de Cister em Portugal. Entre os vários estudos publicados elaborou um mapa dos mosteiros cistercienses no qual podemos observar a sua localização e distribuir no território nacional e constatar a sua predominância no norte do país. O autor critica a emancipação da Ordem portuguesa constituída em Congregação pois, segundo ele, a ausência de ligação com o Capítulo Geral e com a abadia de Claraval, da qual até então dependiam as abadias portuguesas, provocou um afastamento e incumprimento das decisões do Capítulo Geral de Cister, originando a inobservância da Ordem e pondo em causa o princípio da unidade da mesma. É, todavia, de realçar que em Portugal, após a constituição da Congregação, a Ordem de Cister abriu-se a um período de reforma espiritual traduzido na reforma do corpo monástico e formação dos religiosos, coincidindo esta, com um período de desenvolvimento económico patente na ampliação e melhoramento dos edifícios religiosos existentes e na fundação de outros.

Ao longo dos séculos XII e XIII surgiram por todo o território português vários mosteiros afiliados de importantes abadias, entre os quais teve particular importância o mosteiro de S. João de Tarouca situado no norte do país que apresentava condições propícias à prática da espiritualidade cisterciense<sup>49</sup>. Os mesmos séculos corresponderam ao tempo de glória e florescimento da Ordem de Cister por toda a Europa.

O mosteiro de Alcobaça, não foi contudo, a mais antiga fundação em Portugal discutindo-se atualmente a primazia do mosteiro de S. João de Tarouca ou de S. Cristóvão de Lafões como primeiras abadias a serem instituídas em Portugal.<sup>50</sup> O Professor Geraldo Coelho Dias defende a primazia de Tarouca, afirmando que “cerca de 1140 quando D. Afonso Henriques fizera a

---

<sup>47</sup> MATOS, Leonor Correia de; *A Ordem de Cister e o Reino de Portugal*, Lisboa, fundação Lusíada, 1999, p.14.

<sup>48</sup> “As Abadias são autónomas e interdependentes: nenhuma fica obrigada a prestações pecuniárias a outra mas, todas acodem ás dificuldades de cada uma” NASCIMENTO, Aires A- Cister: os Documentos Primitivos, Lisboa, Ed. Colibri, 1999; op. cit.; p.10.

<sup>49</sup> Os locais de edificação dos mosteiros eram submetidos à aprovação da Abadia-mãe, e abandonados, se não ofereciam as condições necessárias aos ideais de vida da comunidade religiosa.

<sup>50</sup> Tem-se aceitado a teoria de que o primeiro mosteiro a ser instituído em Portugal em 1143/1144 foi o mosteiro de S. João de Tarouca. De origem eremítica e beneditina foi afiliação da abadia francesa de Claraval, e afiliou no nosso território outros importantes mosteiros no norte do país tais como os mosteiros de Fiães, S. Pedro das Águias e Santa Maria de Aguiar em MARQUES, Maria Alegria - *Estudos Sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, Ed. Colibri. 1998, pp.29-73.



*Carta de Couto aos monges de Tarouca, estes viviam sob a Regra de S. Bento o que não significa que não fossem já cistercienses, pois também estes assumem por sua Regra”<sup>51</sup>*

O surgimento dos mosteiros cistercienses portugueses ocorre em diferentes tempos e em diferentes contextos e conjunturas históricas.<sup>52</sup> D. Maur Cocheril, em 1967, apresenta uma cronologia composta por 20 mosteiros masculinos, sendo eles: S. João de Tarouca (1143-1144), S. Tiago de Sever (1143-1144-suprimido séc. XIII), S. Pedro de Mouraz (1151-1152), Santa Maria de Alcobaça (1153), S. Cristóvão Lafões (entre 1161 e 1169), S. Pedro das Águias (depois de 1170), Santa Maria de Maceira Dão (antes de 1194), Santa Maria de Seiça (1195), Santa Maria do Bouro (1195), Santa Maria de Salzedas (antes de 1196), Santa Maria de Aguiar (fim séc. XII), Santa Maria de Ermelo (1ª metade séc. XIII), Santa Maria Estrela (1220), Santa Maria de Almazina (ou S. Paulo de Frades 1221), Tomarães, Santa Maria das Júnias (1248), Xabregas (1429), Espírito Santo (ou Colégio de S. Bernardo, Coimbra 1550), Nossa Senhora da Conceição Alcobaça (Colégio 1648), Nossa Senhora da Nazaré Setúbal (refugio depois do terramoto de Lisboa 1756), e Nossa Senhora do Desterro de Lisboa (1763). Assim como 13 mosteiro femininos: S. Mamede de Lorvão (1206-1210), Santa Maria de Celas em Coimbra (1214), S. Pedro de Arouca (1224), Santa Maria das Bouças (1224), São Bento de Castris Évora (1275), São Dinis de Odivelas (1295), Santa Maria do Cós (1241 ou 1300), Santa Maria de Almoster (1287 ou 1300), Santa Maria de Tavira (1530), São Bernardo Portalegre (1531), Nossa Senhora da Purificação de Moimenta da Beira (1506), Nossa Senhora da Nazaré de Lisboa (Mocambo 1653) e Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (1692).<sup>53</sup>

Onze anos depois o mesmo autor apresenta um mapa onde considera terem existido 18 mosteiros masculinos, 14 femininos, bem como 2 colégios e 3 posições de ordens militares. As alterações consistiam na saída dos mosteiros de Mouraz e de Bouças, e na entrada do mosteiro feminino de Vale Madeiro, bem como na passagem a mosteiro de monjas de Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal, que no quadro de 1968 se classificava como masculino. Tomar, Avis e Castro Marim eram os três locais correspondentes às ordens militares. Os dois colégios da Ordem são o do Espírito Santo em Coimbra e Nossa Senhora da Conceição de Alcobaça. No caso dos Mosteiros de Santa Maria de Tomarães, S. Tiago de Sever e S. João de vale Madeiro o edificado desapareceu para sempre. Dom Maur Cocheril refere:

“Quando os monges, durante séculos e séculos, impressionaram com a sua marca uma terra, ainda que não ficasse da moradia dos monges senão uma pedra que se desagrega, senão um grão de areia que se esbroa, a pedra, a areia falam dos monges. Mesmo que a pedra e o grão da areia por seu turno desaparecessem, a terra, a velha e nobre terra, a terra sobre a qual os monges se debruçavam, o

---

<sup>51</sup> DIAS, Coelho Geraldo - “Irradiação de espiritualidade e cultura”, in *Cister no Vale do Douro*, Porto, Edições Afrontamento, 1999; op. cit.; 1999, p.31.

<sup>52</sup> Ver em Anexo I, Tabelas com informação sintetizadora sobre os mosteiros cistercienses portugueses.

<sup>53</sup> COCHERIL, Maur; *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1986; p. 48

vale em que rezavam, as árvores que plantaram continuariam a falar deles. Porque, durante séculos e séculos, os monges impressionaram com a sua marca uma terra”.<sup>54</sup>

De seguida apresenta-se uma enumeração dos mosteiros cistercienses portugueses, com base no Livro: “Uma perspectiva da Ordem de Cister - O legado português” da autoria da arquiteta Ana Maria Tavares Martins.<sup>55</sup> A ordem das descrições segue-se consoante a localização de cada mosteiro no mapa de Portugal começando do Norte do País para o Sul. Nesta sequência, apresentamos o **Mosteiro de Santa Maria de Fiães**, localizado no Lugar do Convento, em Melgaço, distrito de Viana do Castelo; no mesmo distrito, em Arcos e Valdevez no Lugar da Igreja surge o **Mosteiro de Santa Maria do Ermelo**; em Vila Real, em Pitões das Júnias temos o **Mosteiro de Santa Maria das Júnias**; em Braga encontra-se o **Mosteiro de Santa Maria do Bouro** na freguesia do Bouro; no Porto, em Matosinhos o **Mosteiro de São Salvador das Bouças**; no distrito de Viseu na freguesia da Granjinha, o **Mosteiro de São Pedro das Águias (Velho)**; também em Viseu, mas na freguesia de Távora surge o **Mosteiro de São Pedro das Águias (Novo)**; continuando por Viseu, no concelho de Tarouca na Freguesia de Salzedas temos o **Mosteiro de Santa Maria de Salzedas**; na mesma região mas na freguesia de Ucanha temos as Ruínas da **Abadia Velha**; na freguesia de São João de Tarouca temos o **Mosteiro de São João de Tarouca**; no distrito da Guarda em Figueira de Castelo Rodrigo temos o **Mosteiro de Santa Maria de Aguiar**; em Viseu encontramos também o **Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão**, no concelho de Mangualde; em São Pedro do Sul temos o **Mosteiro de São Cristóvão de Lafões**; no distrito de Aveiro, em Arouca temos o **Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca**; em Coimbra, na freguesia de Lorvão temos o **Mosteiro de São Mamede de Lorvão**; no mesmo distrito, na freguesia de São Paulo de Frades temos o **Mosteiro de São Paulo de Almaziva**; na freguesia de Santo António dos Olivais temos o **Mosteiro de Santa Maria de Celas**; em Santa Cruz, o **Colégio do Espírito Santo**; na Figueira da Foz, freguesia de Paião temos o **Mosteiro de Santa Maria de Seiça**; no distrito de Leiria, na freguesia de Cós temos o **Mosteiro de Santa Maria de Cós**; na freguesia de Alcobaça temos o **Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça**; no distrito de Lisboa, concelho de Tomar temos o **Convento de Cristo**<sup>56</sup>; no distrito de Santarém na freguesia de Almoester temos o **Mosteiro de Santa Maria de Almoester**; no distrito de Portalegre, em São Lourenço temos o **Mosteiro de São Bernardo de Portalegre**; no mesmo distrito em Avis temos o **Convento de São Bento de Avis**; em Lisboa na freguesia de Odivelas temos o **Mosteiro de São Dinis de Odivelas**; na freguesia de Santa Justa temos o **Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro**; na freguesia de Santos-o-velho temos o **Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo**; na freguesia do Beato temos o **Mosteiro de São Bento de Xabregas**; em Évora na freguesia de Malagueira temos o **Mosteiro**

---

<sup>54</sup> COCHERIL, Dom Maur, Cister em Portugal; Edições Panorama; Lisboa; 1965; p.17

<sup>55</sup> MARTINS, Ana Maria Tavares F.; Ana Maria Tavares F.; Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias* - vol. 1; Dpto de Ciências e Técnicas do Património e Dpto de História; Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 2006; p. 87-152

<sup>56</sup> Salientando-se a afinidade com a Ordem de Cister

de **São Bento de Cástris**; em Setúbal na freguesia de S. Sebastião temos o **Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal**; no distrito de Faro no concelho de Tavira em Santiago está o **Mosteiro de São Bernardo de Tavira**. Apresenta-se uma imagem de todos os mosteiros cistercienses portugueses<sup>57</sup>. (figura 10 a 42) No século XIII o ritmo de fundações foi abrandando. Foi precisamente nestes dois primeiros séculos que as abadias fundadas atravessaram um primeiro período de prosperidade. Desde logo Alcobaça e Salzedas se destacaram como as principais abadias masculinas. Ao todo foram fundadas, em Portugal 18 abadias cistercienses masculinas, 14 femininas e duas ordens militares regidas segundo a mesma regra.

---

<sup>57</sup> Ver ANEXO - II; Apresenta-se a descrição de todos os mosteiros cistercienses correspondentes às fotografias que se seguem, segundo a arquiteta Ana Maria Tavares F. Martins, com o livro: Uma Perspetiva da Ordem de Cister: o Legado Português; Tipografia Beira Alta; Viseu, 2007

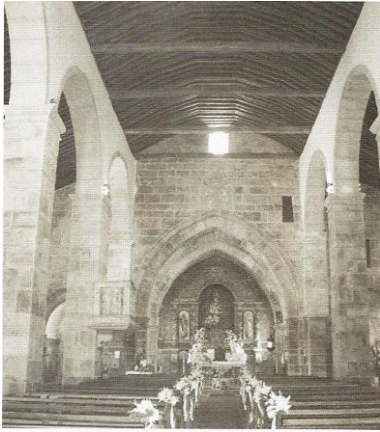


Figura 10. Mosteiro de Santa Maria de Fiães



Figura 11. Mosteiro de Santa Maria do Ermelo

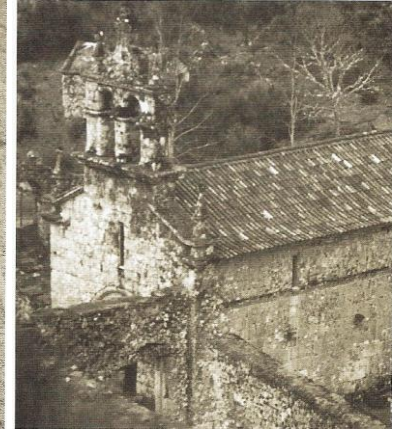


Figura 12. Mosteiro de Santa Maria das Junias



Figura 13. Mosteiro de Santa Maria do Bouro



Figura 14. Mosteiro São Salvador das Bouças

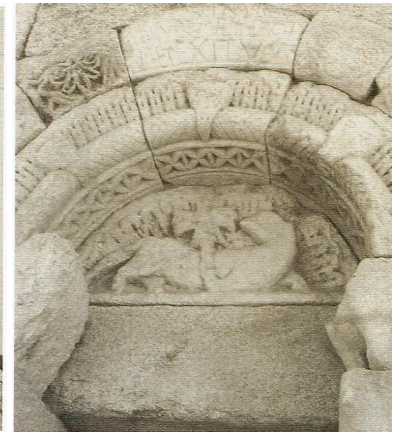


Figura 15. Mosteiro de São Pedro das Águias (Velho)



Figura 16. Mosteiro de São Pedro das Águias (Novo)



Figura 17. Mosteiro de Santa Maria Salzedas

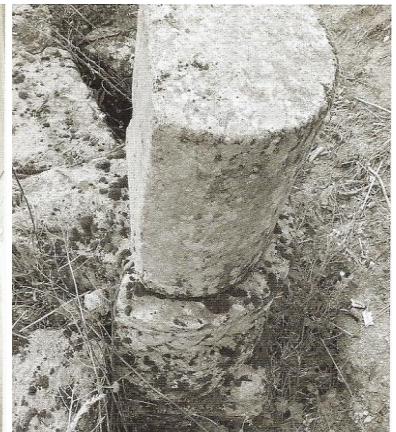


Figura 18. Abadia a Velha

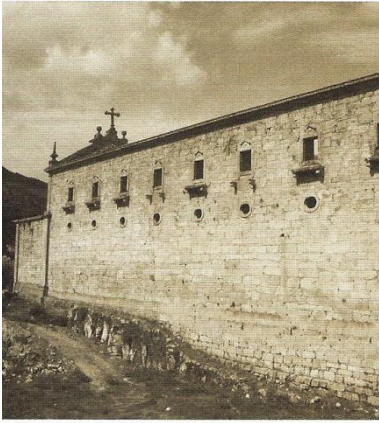


Figura 19. Mosteiro de São João de Tarouca



Figura 20. Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção Tabosa

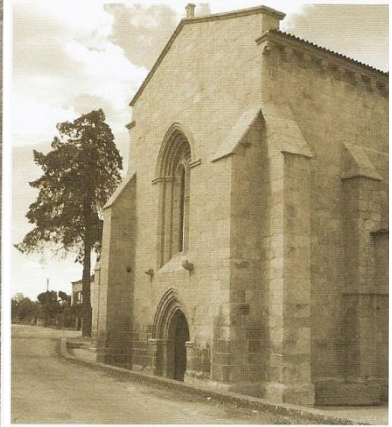


Figura 21. Mosteiro de Santa Maria de Aguiar



Figura 22. Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão



Figura 23. Mosteiro de São Cristóvão de Lafões



Figura 24. Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca



Figura 25. Mosteiro de São Mamede de Lorvão

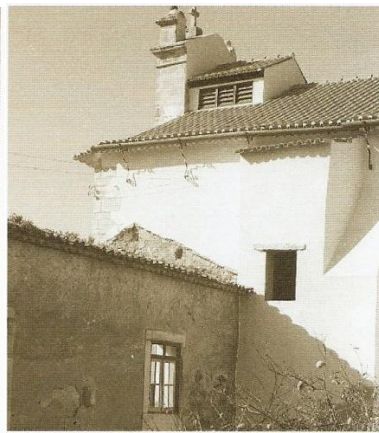


Figura 26. Mosteiro de São Paulo de Almaziva

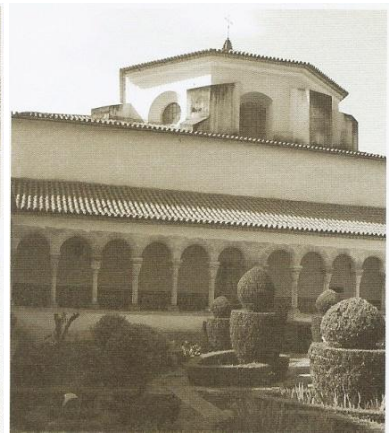


Figura 27. Mosteiro de Santa Maria de Celas

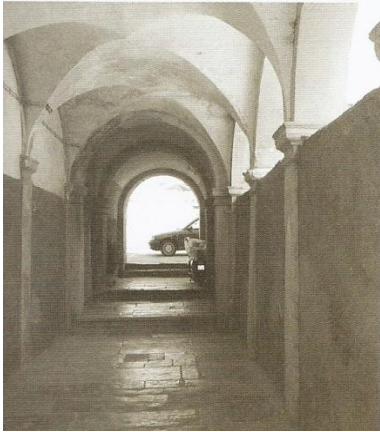


Figura 28. Colégio do Espírito Santo



Figura 29. Mosteiro de Santa Maria de Seixa

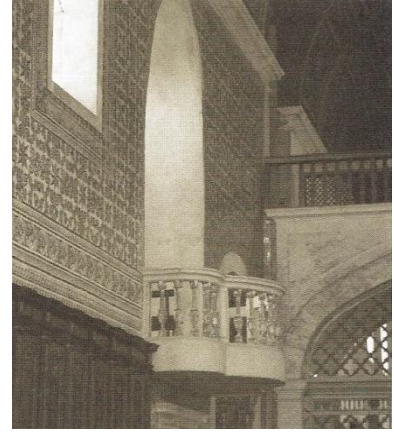


Figura 30. Mosteiro de Santa Maria de Cós

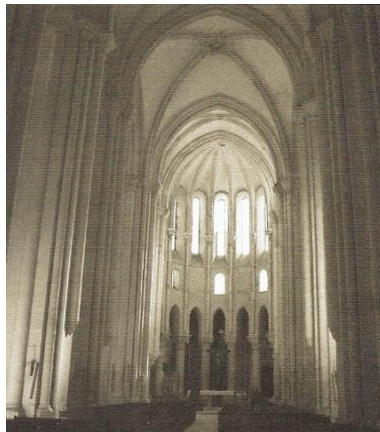


Figura 31. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça



Figura 32. Convento de Cristo

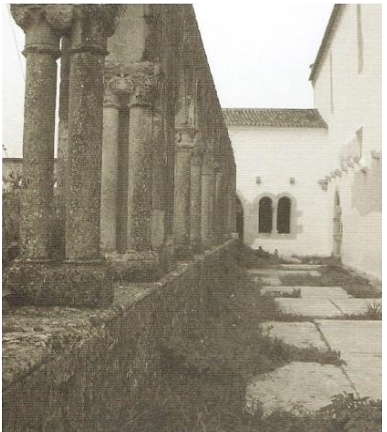


Figura 33. Mosteiro de Santa Maria de Almoester

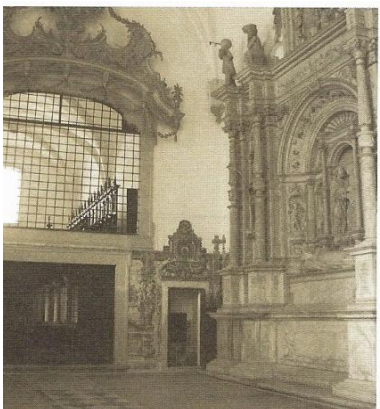


Figura 34. Mosteiro de São Bernardo de Portalegre



Figura 35. Convento de São Bento de Avis



Figura 36. Mosteiro de São Dinis de Odivelas



Figura 37. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro

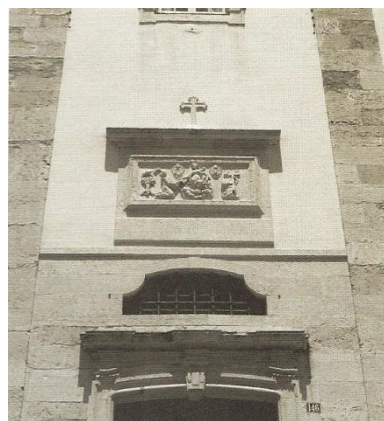


Figura 38. Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo

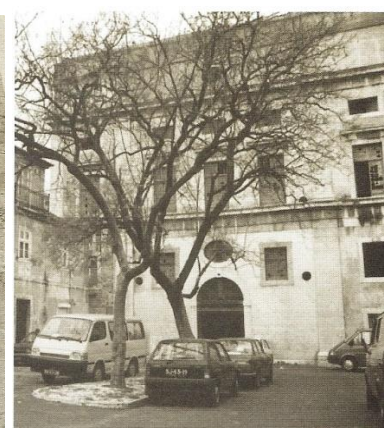


Figura 39. Mosteiro de São Bento de Xabregas



Figura 40. Mosteiro de São Bento de Câstris

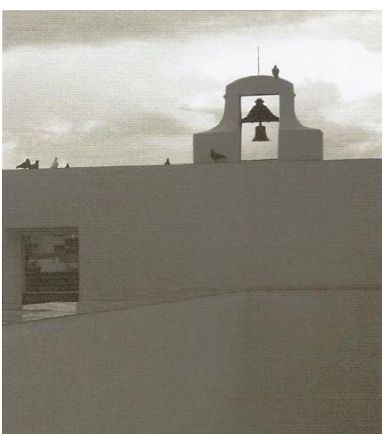


Figura 41. Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal



Figura 42. Mosteiro de São Bernardo de Tavira

### Subsecção 3.2. - A importância de Cister na Região das Beiras

Como foi referido no capítulo anterior, os monges de Cister começaram por ocupar o espaço territorial designado por Beira, e que hoje, essa região é concretamente organizada pelos distritos de Viseu e Guarda.

Terão entrado por S. João de Tarouca (fig. 43), seguindo-se depois a Abadia Velha (fig. 44), S. Cristóvão de Lafões (fig. 45), Santa Maria de Aguiar (fig.46), Santa Maria de Maceira Dão (fig.47), Santa Maria de Salzedas (fig. 50), S. Pedro das Águias-Velho (fig. 48), S. Pedro das Águias-Novo (fig. 49) e Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (fig. 51).<sup>58</sup>

Para as principais forças dominantes da altura, a nobreza e o clero, a expansão cisterciense no território português tinha um duplo interesse estratégico, como meio de afirmação política do reino ainda em processo de formação, pois que, Portugal estava a nascer no meio das Nações e tudo estava ainda por fazer. A consolidação dos monges cisterciense veio a desempenhar uma valorização agrícola, na fixação de mão-de-obra e de consolidação de população nas áreas de conquista recente. Houve uma verdadeira revolução quer na agricultura, face ao desbravamento de terras, quer na irrigação dos terrenos, no que diz respeito à implantação de engenhosos sistemas hidráulicos.

Este primeiro ciclo de fundações, altura em que surgiram as casas de Tarouca, Salzedas, S. Pedro das Águias, Maceira do Dão, concentrou-se sobretudo na região da Beira Alta, imediatamente abaixo da fronteira geográfica do rio Douro. No século XIII o ritmo de fundações foi abrandando. Foi precisamente nestes dois primeiros séculos que as abadias fundadas atravessaram um primeiro período de prosperidade.

Após o período das fundações medievais dos séculos XII e XIII foi-se intensificando progressivamente o interesse e a aproximação das classes dirigentes aos mosteiros, especialmente as grandes fundações do século XII, como indiciam as doações reais de Afonso II ao mosteiro de Alcobaça ou os enterramentos e doações de nobres à semelhança dos reis, um pouco por todos os mosteiros cistercienses. Da segunda metade do século XV ao final do século XVI, seguiu-se um período de grande declínio.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> MARTINS, Ana Maria Tavares F.; Uma Perspetiva da Ordem de Cister: o Legado Português; Tipografia Beira Alta; Viseu, 2007; op. cit.; p. 65

<sup>59</sup> Sobre as forças, interesses e dinâmicas inerentes aos processos de fundação e florescimento dos primeiros ciclos de abadias nacionais séc. XII-XIII ver: REAL, Manuel Luís, "A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média", in *Arte de Cister em Portugal e na Galiza*, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998, pp. 43-54.



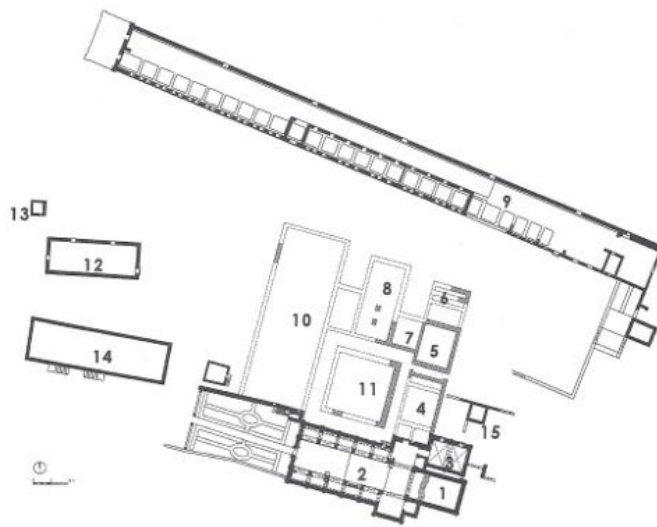


Figura 43. Planta Mosteiro de São João de Tarouca. 1-Capela-mor; 2-Nave; 3-Sacristia; 4-Sala do Capitulo; 5-Scriptorium; 6-Latrinhas; 7-Cozinha; 8-Refeitório; 9-Dormitórios; 10-Ala dos Conversos; 11-Claustro; 12-Tulha; 13-Moinho; 14-Hospedaria; 15-Torre sineira.

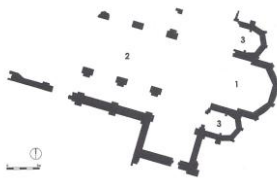


Figura 44. Planta da Abadia Velha. 1-Capela-mor; 2-Nave; 3-Absidolos.

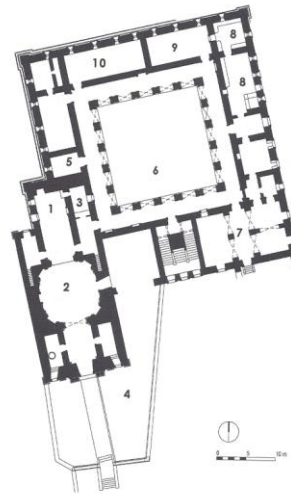


Figura 45. Planta do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões. 1- Capela-mor; 2- Nave; 3-Sacristia; 4-Cemitério; 5-Sala do Capitulo; 6-Claustro; 7-Adega; 8-Cozinha; 9- Refeitório; 10-Scriptorium.

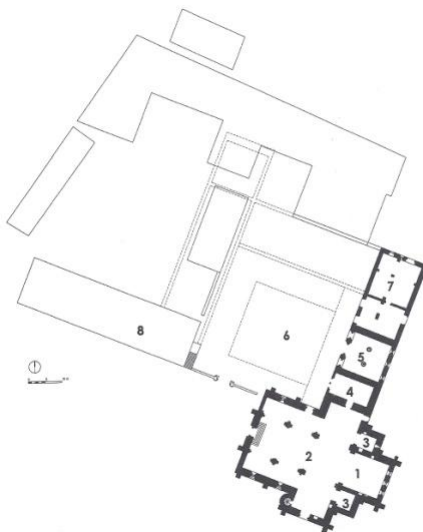
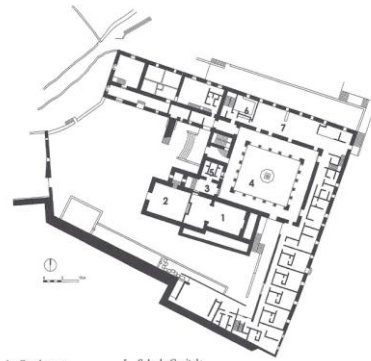


Figura 46. Mosteiro de Santa Maria de Aguiar. 1-Capela-mor; 2-Nave; 3-Absidolos; 4-Sacristia; 5-Sala do Capitulo; 6-Claustro; 7-Armazém; 8-Hospedaria.



Figura 47. Planta do Mosteiro de Santa Maria Maceira Dão. 1-Capela-mor; 2-Nave; 3-Sacristia; 4-Sala do Capitulo; 5-Claustro; 6-Cozinha; 7-Refeitório; 8-Tulha.



- 1 - Capela-mor
- 2 - Nave
- 3 - Sacristia
- 4 - Claustro
- 5 - Sala do Capitulo
- 6 - Cozinha
- 7 - Refeitório

Fig.55 - Mosteiro S. Pedro das Águias, o Novo (desenho da autora - contemplando a proposta de reabilitação não construída - com base em plantas do arquivo IHRU/DGEMN/TOPOS-arquitectos)

Figura 48. Planta do Mosteiro de S. Pedro das Águias (novo). Com proposta de Reabilitação. 1-Capela-mor; 2-Nave; 3-Sacristia; 4-Claustro; 5-Sala do Capitulo; 6-Cozinha; 7-Refeitório.

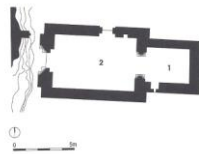


Figura 49. Planta S. Pedro das águias (velho). 1-Capela-mor; 2-Nave.

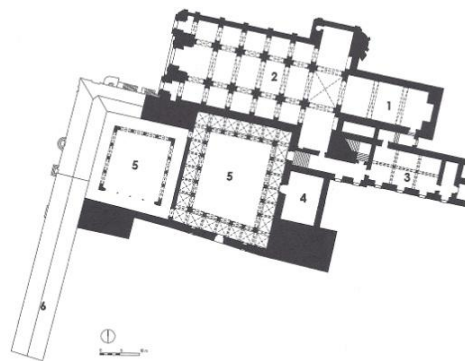


Figura 50. Planta do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. 1-Capela-mor; 2-Nave; 3-Sacristia; 4-Sala do Capitulo; 5-Claustro; 6-Hospedaria.



Figura 51. Planta do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção Tabosa. 1-Capela-mor; 2-Nave; 3-Coro; 4-Sacristia; 5-Claustro; 6-Sala do Capitulo; 7-Parlatório; 8-Acesso à Torre; 9-Portaria; 10-Área arruinada (cozinha e refeitório); 11-Dormitórios.

## Capítulo 4

### Secção 4- O Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão

#### Subsecção 4.1. - Contexto Histórico

Noventa anos após a fundação da Ordem de Cister, dá-se a afiliação do eremitério beneditino de Santa Maria Maceira Dão na Abadia de Alcobaça, em 1188.

Fala-se da fundação de um mosteiro por volta dos anos 900, quando Fr. Agostinho de St<sup>a</sup> Maria menciona a “milagrosa Imagem de Nossa Senhora do Monte ou da Cabeça”, mas não faz referência ao ano exato, a comprovativos de fundação ou até mesmo do local onde estaria localizado o mosteiro. Mais tarde na “Chronica de Cister” escrita por Frei Bernardo de Brito menciona que o mosteiro que o Mosteiro de Maceira Dão foi fundado primeiro para monges de S. Bento em 1139, apontando como fundador o mouro Albarach, antigo alcaide de Leiria.<sup>60</sup>

Ao tratar-se de documentos como a carta de couto feita ao Mosteiro de Maceira Dão por D. Afonso Henriques juntamente com seus filhos D. Sancho e D. Teresa, sabemos que ao 31 de Outubro do ano de 1173, o primeiro rei de Portugal, dirigiu-se ao abade D. Soeiro e aos seus frades, expressando que o mosteiro de Santa Maria de Maceira por eles tinha sido fundado e erguido nas margens do rio Dão, entre as terras de Azurara e Viseu.<sup>61</sup>

D. Soeiro Tedoniz, dedicava-se à medicina, chamado pelo rei Dom Afonso Henriques, para curar um familiar e como recompensa dos serviços médicos prestados, recebeu no ano de 1154 umas terras em Moimenta do Dão, para onde foi viver com um grupo de amigos segundo a regra de S. Bento, tendo ficado instalados até antes de 1168.<sup>62</sup>

Com o tempo D. Soeiro verificou que as terras onde estava inserido o mosteiro eram pouco produtivas, era necessário engenho para arrancar o fruto da terra, as terras eram fustigadas pelo vento e o facto de existir muita pedra impediam a probabilidade de expansão. Então o abade de Moimenta do Dão desejou as terras do vale em Maceira, terras mais produtivas, abrigadas do vento e onde o rio Dão passava sem pressa.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> ALVES, Alexandre; O real mosteiro de santa Maria Maceira Dão; Edição Câmara Municipal de Mangualde, 1992; p. 21

<sup>61</sup> ALVES, Alexandre; O real mosteiro de santa Maria Maceira Dão; Edição Câmara Municipal de Mangualde, 1992; op. cit. p. 22

<sup>62</sup> GUSMÃO, Artur Nobre de, *A expansão da arquitetura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal: ensaio de arqueologia da Idade Média*, Lisboa, 1956; p. 160

<sup>63</sup> ALVES, Alexandre; op. Cit.; p. 35

Então D. Soeiro, procede à compra daquelas herdades, outras são doadas, em Maceira dão num vale entre os maciços de Santo António dos Cabaços e de Fagilde, junto à ribeira dos Frades, nos limites de Casal Garcia. Mudam-se para este local, onde a pouca distância do rio Dão, no ponto mais abrigado do vale sossegado e fértil, ergueram o modesto mosteiro.<sup>64</sup> Erguidas as casas e a igreja do novo mosteiro, já em 1173 os monges de Moimenta tinham mudado para Maceira. É deste ano a carta de couto dada por D. Afonso Henriques e seus filhos.<sup>65</sup>

O mosteiro passou da ordem beneditina para a ordem de Cister em 1188<sup>66</sup>, onde permaneceu até à extinção das ordens religiosas em 1834. Foi filiado por Alcobaça, pertencendo assim à linha de Claraval. Segundo frei Manuel dos santos, na sua “Alcobaça Ilustrada”, este era um “Real Mosteiro”, pelo que D. Afonso Henriques através da oração dos monges, o tomou com proteção real.<sup>67</sup>

A ordem de Cister era a mais protegida pelos reis da I Dinastia, sendo as suas Casas cumuladas de doações, privilégios e lembradas nos testamentos dos reis. D. Afonso II, D. Afonso III e D. Dinis legaram ao mosteiro quantidades monetárias, assim como piedosos devotos ofereciam inúmeras dádivas, referenciadas no cartório do Mosteiro. Deveriam existir inúmeras cartas de doações, mas após a extinção do mosteiro a documentação foi arquivada no Seminário de Viseu, onde deflagrou um incêndio e fustigou a maior parte da documentação sobre o Mosteiro de Maceira Dão.<sup>68</sup>

No ano de 1445, “os bens do Mosteiro atingiam à volta de 1600 “números”, representados por casas, pardieiros, herdades, vinhas, cortinhais, chãos, leiras, moinhos, lameiros, hortas, prados, pomares, bachelos, soutos, lagares de vinho e azeite, adegas, regadinhas, olivais, courelas, etc... “em que 485 encontravam-se dentro do concelho de Mangualde, e os restantes espalhados pelos concelhos de Algodres, Aveiro, Besteiros, Folgoso e Melo, Gouveira, Manteigas, Matanças, Mões, Penalva, Sátão, Seia, Senhorim, Tavares, Trancoso, Viseu e Vouzela”. Tinha casas e herdades no julgado de Bouças, na pescaria de Matosinhos e nas freguesias de Lordelo e de S. Miguel da Palmeira. Assim como possuíam cinco coutos: o “Couto do Mosteiro”; os coutos do “Outeiro” e da “Granja” em Fagilde; o “Couto de Moimenta e o “Couto de Figueiredo de Seia”. Também pertenciam lugares, no todo ou em grande parte, ao Mosteiro de Maceira Dão.<sup>69</sup> Apesar de tantos bens, o mosteiro sofre vários declínios em diferentes épocas, causadas por má administração dos abades, as longas e dispendiosas demandas, a rapinice da classe nobre, o relaxamento da proteção real, o pesado

---

<sup>64</sup> Idem; p. 36

<sup>65</sup> Ibidem; p. 37

<sup>66</sup> Ibidem; p. 23

<sup>67</sup> Ibidem; p. 40

<sup>68</sup> Ibidem; p. 40

<sup>69</sup> Ibidem; p. 41

contributo para as despesas militares, as terríveis crises económicas de então e o reflexo das convulsões político-sociais.<sup>70</sup>

Dependendo das boas ou más condições económicas da Casa, o número de monges que assiste ao mosteiro varia constantemente. Sendo que em 1431 apenas se verificou um monge no mosteiro que era o D. Abade Fr. Álvaro e o número máximo de monges foi em 1632, quinze monges, no tempo do Fr. Rafael de S. Bernardo.

Do primitivo edifício conventual, somente chegou até hoje a “Torre” do século XII. Do conjunto monacal inicial realizaram-se em 1503 obras que não teriam alterado o aspeto geral do Mosteiro.

Em relação ao estado do mosteiro em 1532, Dom Claude de Bronseval, na visitação aos mosteiros da Ordem de Cister em Portugal, no seu “diário de viagem” refere que é um mosteiro bastante bem provido de rendas, o achou pequeno e mal construído, sem refeitório e nem cozinha regular. Este estado deplorável era contudo, compensado por uma vida de verdadeira pobreza que o cativou, tendo aí permanecido três dias, deleitado com esse rigor.<sup>71</sup>

Em 1560, o mosteiro teve um aumento de rendas por o cardeal rei D. Henrique que extinguiu o mosteiro das Religiosas Cistercienses de S. João de Vale de Madeiros, também conhecido pelo convento de Canas de Senhorim e ordenou que os bens fossem anexados ao mosteiro de Maceira Dão.<sup>72</sup>

No ano de 1567, o Papa Pio V, promoveu a execução de uma reforma que passava por uma generalizada recuperação das casas cistercienses. Então face a essa reforma, nos séculos XVII e XVIII demoliram-se os velhos edifícios e edificou-se um mosteiro inteiramente novo. O claustro e toda a fachada datam dos primeiros anos do século XVII, credivelmente no ano de 1613 como está gravado ao lado da “portaria”. Sabemos que as obras prosseguiram, ainda, no tempo do D. Abade Fr. Rafael de S. Bernardo em 1632. As obras realizaram-se principalmente no claustro, refeitório e outras dependências.<sup>73</sup> A igreja é reedificada a partir de 1744, e em 1779 é concluída a abóbada de tijolo.<sup>74</sup>

Com a extinção das Ordens religiosas em 30 de Maio de 1834, foram os coutos de Maceira Dão e Moimenta incorporados no território do concelho de Mangualde, procedeu-se ao inventário e

---

<sup>70</sup> Ibidem; p. 50

<sup>71</sup> GOMES, Saúl António, *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*, Lisboa, IPPAR, 1998; p. 345

<sup>72</sup> SILVA, Valentim da; *Concelho de Mangualde (Antigo concelho de Azurara da Beira)*; Edição Câmara Municipal de Mangualde, 2008; p. 148

<sup>73</sup> SILVA, Valentim da; *Concelho de Mangualde (Antigo concelho de Azurara da Beira)*; Edição Câmara Municipal de Mangualde, 2008; op. cit.; p. 62

<sup>74</sup> Idem; p. 67

tomada de posse de bens do mosteiro pela subprefeitura de Tondela<sup>75</sup> a mando do Tesouro Público logo a 4 de Junho do mesmo ano.<sup>76</sup>

Foi lançado o apelo pela ACAB (Associação Cultural Azurara da Beira) e pela Câmara Municipal de Mangualde, na classificação do histórico monumento como imóvel cisterciense, quer pela sua importância, quer pelo valor patrimonial e cultura que representa para o concelho. Presentemente o edifício pertence a um particular e está classificado como Monumento Nacional (Decreto n.º 5/2002, DR 42 de 19 de Fevereiro de 2002).

#### Subsecção 4.2. - Implantação Geográfica

O mosteiro de santa Maria de Maceira Dão está localizado na freguesia de Fornos de Maceira Dão, no concelho de Mangualde, distrito de Viseu. O acesso ao mosteiro faz-se, atualmente, pela autoestrada A25 (Aveiro - Vilar Formoso), saindo na cidade de Mangualde seguindo a EN16 em direção a Vila Garcia, atravessando esta freguesia alcançando a Rua Nove chega-se ao lugar de Moinhos do Dão, ou, então, pela estrada nacional N234, entre Nelas e Mangualde tomando a direção de S. Cosmado pela estrada nacional EN16, seguindo até Vila Garcia e depois, novamente, passando esta aldeia e descendo pela encosta até avistar o Mosteiro. As suas coordenadas geográficas são 40°36'58''N e 7°49'38''W e encontra-se a uma altitude de cerca de 300m. (figura 52)

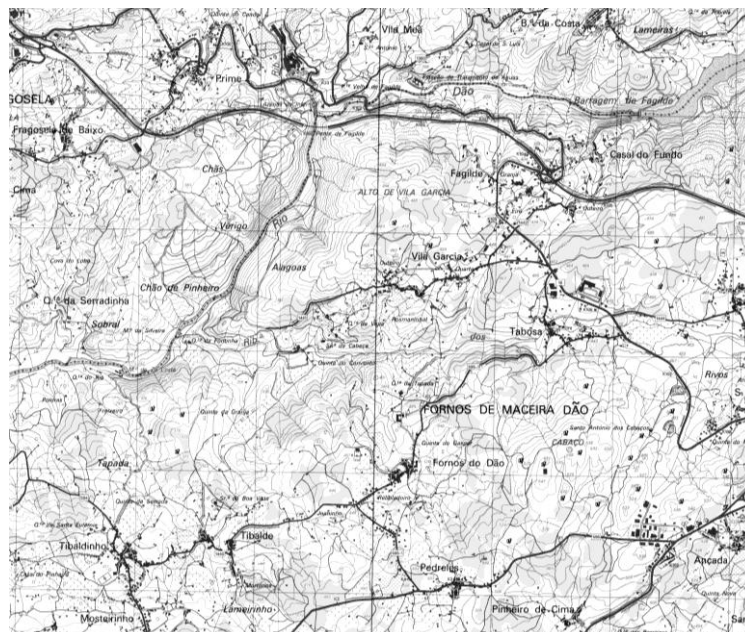


Figura 52. Carta militar n.º189 MANGUALDE - 199 - série M788

<sup>75</sup> O concelho de Mangualde e o de Maceira Dão pertenciam, naquele tempo, à sub-perfeitura de Tondela, a partir de Agosto de 1834 o concelho de Mangualde foi incorporado na Prefeitura de Viseu.

<sup>76</sup> ALVES, Alexandre; op. Cit.; p. 81

Frei Hilário das Chagas, monge de Alcobaça, na sua memória de 1575, faz o registo da visitação mandada efetuar pelo Rei D. Manuel I, em 1498, e diz, sobre o mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão:

*“Este mosteiro está situado no concelho de Azurara [...] contra o nascente e serra que vai a redor do rio Dão [...]. Este mosteiro é muito fresco. Tem muita fruta de espinho, i.e., laranjas, limões, cidras. Tem muitas frutas de todas as maneiras. Tem muito azeite, pão, vinho, pescado do rio Dão. Tem ao redor uma mata muito fresca, de toda a maneira de madeira, principalmente muito castanho. Tem muita caça de monte e muita criação de gado miúdo, i.e., cabras, ovelhas. Tem muita água...”<sup>77</sup>*

O conjunto monacal está implantado num vale, protegido a sul pelos maciços de Santo António dos Cabaços, a norte pela serra de Fagilde e a oeste pelo monte onde está situada a Capela de Nossa Senhora da Cabeça. É ladeado pela Ribeira dos Frades (fig. 53), que conflui com o rio Dão a cerca de 1,5 km a jusante do mosteiro.



Figura 53. Ribeira de Frades.

O lugar do Mosteiro insere-se num vale com particularidades próprias, com limites bem definidos, naturais, resultado da topografia do lugar. Atualmente está integrado numa propriedade agrícola designada Quinta do Convento e na sua totalidade, tem cerca de 180 hectares, composto por terreno de cultivo de diversos produtos agrícolas, vinhedos, olivais e pinhais. A nível arquitetónico tem várias construções de apoio ao mosteiro e às suas atividades como, por exemplo, a capela de Nossa Senhora da Cabeça, o pombal (fig. 54) e a

---

<sup>77</sup> BRONSEVAL, Claude de; *Peregrinatio Hispanica: Voyage de Dom Edme de Salieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531 - 1533)*, vol. II, 1ª Edição, Presses Universitaires de France, Paris, 1970; p. 513, tradução livre.

eira, o lagar da Regada (fig. 55), a casa da quinta da Granja e os moinhos da Silveira. Os limites referentes à propriedade coincidem, em parte, com os limites da primitiva cerca. Vários elementos de marcação ainda existem nas extremas da propriedade monacal, assim como registos das intervenções realizadas pelos monges na propriedade, nomeadamente, a modelação dos terrenos com diferentes culturas organizadas em socalcos, registos ligados à hidráulica, podemos destacar a fonte da Clausura que denota um maior cuidado na sua composição e que terá sido o principal ponto de abastecimento de água do mosteiro, também registos a nível de percursos, escadas e pontes. De todos estes elementos, o mosteiro tem uma posição de destaque, não só pela sua imponência, mas também por ser o elemento gerador de todas as outras intervenções.

Em relação a terreno, podemos falar em três grandes grupos de propriedades associadas ao mosteiro: o couto monástico, área primitiva de implantação do mosteiro, onde são evidentes a presença e as transformações realizadas pelos monges; as granjas, áreas de exploração agrícola, exteriores ao couto monástico, que, por vezes, assumiam dimensão e importância considerável; e as terras aforadas, áreas de exploração específica, localizadas, por vezes, a enorme distância do mosteiro. O couto corresponde a uma área de jurisdição particular, fora da jurisdição régia, definida ou delimitada a partir de uma doação inicial, outorgada pelo rei ou por um grande senhor.<sup>78</sup> Segundo o testemunho de Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, aquando de uma visitação ao Mosteiro de Santa Maria Maceira Dão,<sup>79</sup> Podemos considerar que de entre as várias propriedades que viriam a formar o couto de Maceira Dão, deveriam existir, certamente, algumas já cultivadas e que, eventualmente tinham construções.



Figura 54. Pombal.



Figura 55. Lagar da Regadinha.

<sup>78</sup> FERREIRA, Mariana Pinto da Rocha Jorge; Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Maceira Dão - contributos para a sua conservação e a sua valorização; Dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico; Universidade de Évora; Évora, 2010; p. 17

<sup>79</sup> (...) não eram brenhas quando se fundou o Mosteiro mas antes de um grande número de compras e doações se vê que Maceira era uma vila, ou lugar com muitas herdades cultivadas, rotas e mui povoadas, com casas, vinhas, soutos, hortas, moinhos e tudo o mais que se acha, onde a agricultura se pratica com fervor e arte; de que tudo se convence o pouco fundamento dos que afirmam tantas brenhas neste lugar. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Provas e Apontamentos para a História de Portugal*, 20-I-19, citado por Alexandre Alves, *op. cit.*, p. 47.



A implantação do mosteiro de Maceira Dão respeita os preceitos específicos dos edifícios religiosos, nomeadamente da Ordens Regulares. A sua análise permite-nos, muitas vezes, reconhecer a Ordem a que está associado determinado edifício e identificar os aspetos particulares que condicionaram a sua implantação. Se nalguns casos o entendimento comum dos propósitos de uma Ordem se traduz em formas e/ou linguagens de continuidade reconhecíveis, no caso da Ordem de Cister e, particularmente, quando falamos sobre a implantação dos seus mosteiros, ela é literalmente regulada pelos estatutos da Ordem<sup>80</sup>.

Por isso, a aproximação a qualquer mosteiro cisterciense, provoca um sentimento ímpar, de harmonia conseguida entre o local que condiciona e o princípio que regula. A paisagem, trabalhada durante séculos, mesmo que em estado profundamente alterado, reflete um modo de estar e uma vivência particulares.

Por estas breves descrições e pelo que verificamos atualmente relativamente à implantação do mosteiro de Maceira Dão, todas as premissas enunciadas se encontram reunidas na localização do edifício monástico, justificando plenamente a escolha da sua implantação e, deste modo, podemos afirmar que a localização de Maceira Dão corresponde à desejável situação de implantação dos mosteiros cistercienses. (figura 56)



Figura 56. Vista aérea, implantação do Mosteiro de Santa Maria Maceira Dão. IgeoE

---

<sup>80</sup> Ver *Cister: os documentos primitivos*, tradução, introdução e comentários de Aires Augusto Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999.

### Subsecção 4.3. - Descrição do Mosteiro

O acesso ao interior do território faz-se através de um caminho que chega de poente e que conduz à portaria. (fig. 57) A poente, a portaria dá acesso a dois compartimentos laterais, um a norte, que possivelmente seria o celeiro e outro a sul que seria a tulha, e há um pequeno espaço que nos conduz ao claustro. A nascente, uma outra porta estabelece a ligação entre o interior do mosteiro, verificando-se que este tem duas entradas, esta e a do lado poente.

O mosteiro arquitetonicamente compõe-se em três conjuntos distintos, separados por anos de construção e por função. No período medieval temos a chamada “Torre”, datada do século XII, depois surge o conjunto monacal do século XVII e por fim a Igreja construída nos finais da primeira metade do século XVIII.

A Torre, fica a nascente da igreja, com a fachada principal voltada a sul. Tem três pisos, outrora serviu para celeiro e adega dos monges. Do conjunto arquitetónico, a Torre é a construção mais antiga do mosteiro, com diferença de séculos em relação às outras partes do mosteiro, mas a nível de conjunto é a parte que se encontra em melhor estado de conservação.



Figura 57. Caminho de acesso ao Mosteiro.

No piso térreo abrem-se duas portas, sendo uma porta retangular e a outra de volta redonda. Cada porta é direcionada para compartimentos distintos. Nos vãos a nível do piso térreo há um pátio que é o centro distribuidor dos acessos quer ao segundo piso da Torre, como ao interior do mosteiro, assim como nos percursos quer aos campos agrícolas, ou à capela da Nossa Senhora da Cabeça, tornando-se assim um espaço relevante na vida diária deste mosteiro.

O acesso ao primeiro andar, faz-se através de uma escadaria exterior, encostada à fachada poente da Torre, neste piso encontramos dois compartimentos ligados entre si através de uma porta, contém duas janelas quadrangulares, de arestas chanfradas e no último piso temos

mais três janelas, duas de arco abatido e a outra janela quadrangular. O acesso a este piso faz-se através do interior do mosteiro.

O mosteiro edificado no século XVII é a área mais vasta. No piso térreo, na fachada sul, alinhado paralelamente à ribeira de frades, situa-se lojas destinadas a arrumos de alfaiais agrícolas e de animais, o único acesso a estes compartimentos é através do caminho que passa entre o rio e o mosteiro, não tem ligação a mais nenhum espaço do conjunto monacal. Ao seguir o caminho em direção a nascente deparamo-nos com um pátio, que funciona como um elo distribuidor de acessos, neste caso, encostado à fachada oeste do edifício, encontram-se as escadas que dão acesso ao primeiro piso do mosteiro que nos transporta ao interior do claustro através do parlatório.

Neste piso, situa-se o claustro, a sala do capítulo, o refeitório, a cozinha, a adega e outras salas mais pequenas e, no pavimento superior, eram os aposentos do D. Abade, a biblioteca, a enfermaria e as celas, com o tempo degradaram-se e, hoje é impossível subir ao piso superior devido à fragilizada estrutura do pavimento e também à queda de parte do soalho deste mesmo piso.

O claustro estabelece o contacto com os diferentes espaços do mosteiro. É de arcos de volta perfeita, assentes em colunas prismáticas, almofadadas. Na parte superior, sobre o friso que limita os arcos, rasgam-se amplas portadas de varanda, permitindo que a luz entre. (fig. 58) Na cornija, ao nível do telhado, gárgulas de desenho muito simples, canalizam as águas da chuva para o pátio. Todo o rodapé do claustro foi, outrora, recoberto de azulejaria azul e branca de que ainda restam fragmentos. É junto à entrada do refeitório, no topo poente da ala sul, que se situa o lava-mãos. (figura 59 a 61)



Figura 58. Vista do Claustro.

A sala do capítulo, situada na ala nascente, é revelada pelo cuidadoso desenho da sua porta de entrada, é em formato quadrangular e tem duas janelas viradas a nascente. Nas alas sul

sucedem-se uma serie de espaços, aos quais se apontam como possíveis salas de trabalho dos monges. Na intersecção das alas sul e poente situa-se a cozinha ligada ao refeitório através do passa-pratos. O refeitório ocupa a grande parte da ala poente, recebendo luz através de grandes aberturas voltadas para a portaria. Na ala norte existe um grande espaço ocupado ainda hoje pela adega, ligado internamente a um outro destinado aos lagares. (Figura 62 a 65)



Figura 59. Gárgulas que canalizam a água da chuva.



Figura 60. Vestígios de revestimento em azulejo no rodapé do Claustro.



Figura 61. Lava-mãos.



Figura 62. Refeitório

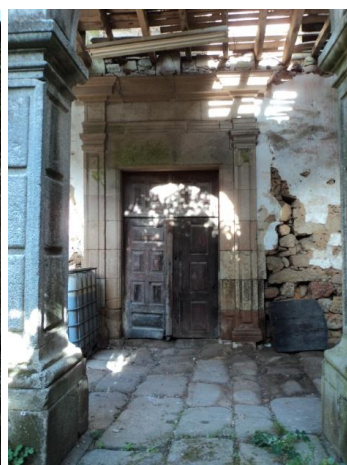


Figura 63. Porta da Sala do capítulo



Figura 64. Cozinha



Figura 65. Passa pratos

O claustro dá ainda o acesso a dois outros espaços que se encontram no cruzamento das duas alas norte e nascente, um desses espaços era a sacristia, o outro possivelmente seria

arrumos. Este espaço é o ponto de convergência dos diversos períodos de construção. (figura 66 e 67)

Ao lado da Sala do Capitulo, a nascente, uma escadaria em pedra acede ao piso superior do claustro, fazendo a ligação, também, com o ultimo piso da Torre. (fig.68) O segundo piso destina-se essencialmente aos espaços de dormir, ocupando as celas das alas nascente, sul e poente. A localização dos aposentos do abade, no topo poente da ala norte por cima da portaria. Estes aposentos eram constituídos por dois compartimentos que recebiam luz de três pontos diferentes.

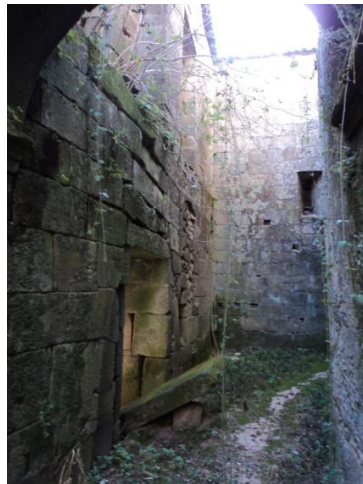


Figura 66. Espaço de acesso à igreja e sacristia. Convergência dos diversos períodos de construção

Figura 67. Zona de acesso à igreja e sacristia a partir do claustro

Figura 68. Escadaria de acesso ao segundo piso através do claustro

Na ala norte encontrava-se um outro compartimento, contíguo aos aposentos do abade, destinado provavelmente à biblioteca. Neste piso, encostado à parede sul da igreja, existe um espaço que talvez se destinava à enfermaria.

Voltando ao piso inferior do claustro, tem-se acesso ao interior da igreja, atravessando o espaço situado no cruzamento das alas norte e nascente.

Construída no período barroco, a igreja localiza-se, conforme as normas da ordem, no ponto de cota mais alta e o mais a norte de todo o conjunto. É de planta elíptica. Tem a cabeceira a nascente e a entrada a poente, a igreja divide-se em dois grandes espaços - a nave e a capela-mor. A nave, de planta oval, é rodeada por uma serie de aberturas e altares sempre simétricos em relação ao eixo maior da oval. De uma destas aberturas, subindo uma escada em caracol, tem-se acesso ao púlpito situado a uma cota superior. (figuras 69 a 74)

É no seguimento da nave que se faz o acesso ao claustro e ainda à torre sineira, situada no ponto mais a noroeste da igreja. A capela-mor é rematada a nascente pelo altar-mor e

estabelece a ligação à sacristia através de uma abertura lateral. Através destas aberturas, e dentro da espessura da parede, duas escadas acedem á área reservada do altar-mor.



Figura 69. Vista da Nave para a capela-mor da Igreja



Figura 70. Vista para a capela-mor



Figura 71. Fachada principal da Igreja e porta de entrada

É ainda no sentido do eixo maior que se encontra a entrada no espaço da igreja, definindo assim, de poente para nascente uma sucessão de espaços diferenciados: entrada, nave, arco triunfal, capela-mor e altar-mor. Esta diferenciação de espaços traduz-se não só a nível da planta mas também na diversidade de pés direitos e tetos, resultando num pequeno jogo de volumes e formas. O espaço da nave transmite uma sensação de grandeza, não só pela sua forma oval, como pé direito, reforçada ainda pela presença de uma cúpula em tijolo.

Apesar da sua localização a Norte, a nave é invadida por uma luz proveniente de Sul, através de aberturas existentes acima do nível das restantes construções. A igreja vive ainda de uma certa dinâmica criada pela existência de pequenos altares, púlpitos, aberturas e escadas. Estes elementos não interferem com a leitura do espaço, pois encontram-se no interior-das grossas paredes. O traçado octogonal alongado da capela-mor e o dinamismo próprio da nave elíptica conferem-lhe as suas características barrocas.



Figura 72. Porta de entrada vista do interior



Figura 73. Aberturas e altares da Nave da Igreja



Figura 74. Abóboda em tijolo

Este corpo distingue-se dos outros pelas soluções construtivas adotadas. As paredes são em pedra de espessura considerável e o seu aparelho é bastante tosco, o que faz prever um acabamento em reboco pintado a branco. Da época barroca, resta fazer referência à torre da igreja. Trata-se de uma torre sineira, que se assume como um volume vertical.

### Subsecção 4.3. - Evolução arquitetónica

O conjunto edificado é composto por várias construções realizadas ao longo do tempo, que dá origem a uma construção complexa que se caracteriza pela diversidade de volumes e formas que a compõem, resulta da justaposição de três corpos bastante diferenciados entre si nas formas e dimensões, nas funções e escalas. O edificado reverte de três grandes intervenções, que correspondem essencialmente a três períodos de construção: medieval (Torre), finais do séc. XVI (Mosteiro) e séc. XVII (Igreja). (figura 75)



Figura 75. Do lado direito da imagem temos a torre medieval, do lado esquerdo o conjunto monástico e no meio destes dois corpos temos a torre sineira onde se insere a igreja.

Do primitivo edifício do Mosteiro, apenas chegou até hoje a Torre do séc. XII. Esta situa-se a nascente do conjunto edificado, distinguindo-se dos outros pela sua volumetria e pelo seu tipo de construção. Diz-se que terá possuído cinco pisos, embora atualmente existiam três.<sup>81</sup> As paredes muito fechadas são rasgadas pontualmente por aberturas de dimensões reduzidas, o que, a par com o aparelho bem tratado, confere a esta construção um aspeto bastante robusto. O primeiro piso assenta diretamente sobre o chão e tem comunicação direta para o exterior através de uma porta com um arco de volta inteira, única abertura exterior de origem. Os dois pisos superiores estabelecem-se de forma direta, cada um, com uma porta de entrada, não existe espaços de circulação neste corpo, nem sequer vertical, o acesso aos diferentes pisos é sempre feito pelo exterior da Torre.

---

<sup>81</sup> SANTOS, Ana Paula Nabais, Victor M. C. Leite - Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão. Porto: Faculdade de Arquitetura, 1994. Trabalho de Seminário; p. 23.

A Torre e presumivelmente igreja medieval, que, embora restem vestígios de paredes do mesmo período, não serão suficientes para especular o seu desenho. Desta intervenção surgem dúvidas, acerca da mais que provável rotação que o mosteiro terá “sofrido” em relação à entrada anterior: a construção do edificado conventual terá surgido em conformidade com portaria nascente, mas, ainda em construção, o conjunto sofre uma rotação de 180°, mudando assim a lógica de acesso ao convento com frente a poente, tendo sido construída a nova portaria. Por um lado, no que diz respeito ao aparelho dessa “nova” portaria, esta encontra-se em sintonia com o corpo monástico, parecendo este ter sido construído na mesma altura e sequencia, por outro, no facto desta nova portaria anteceder ao refeitório, cozinha e oficinas, que logicamente deveriam estar nas traseiras do edifício, em conformidade com a portaria nascente, que dava acesso à sala do Capitulo.

As obras a seguir ao mosteiro primitivo realizaram-se no séc. XVI, tiveram início em 1503, mas não teriam alterado o aspeto geral da casa.<sup>82</sup> O claustro e toda a fachada datam dos primeiros anos do séc. XVII. Ao lado da portaria está presente o cronograma - 1613 - mas sabemos que as obras prosseguiam, ainda, no tempo do D. Abade Fr. Rafael de S. Bernardo, em 1632, dilatando-se até ao fim do século.<sup>83</sup>

Nos finais do séc. XVI e séc. XVII, demoliram-se os velhos e acanhados edifícios primitivos e surge de raiz, um mosteiro inteiramente novo. Situado a poente das outras edificações. A nova construção é caracterizada pela sua horizontalidade, vazio central correspondente ao claustro e ainda pela portaria a poente que define uma entrada no edifício. No interior as funções normais à vida do mosteiro distribuem-se pelos dois pisos. (figura 76)



Figura 76. Vista do lado Norte do conjunto monacal e fachada da Igreja.

As paredes exteriores, muito extensas e bem aparelhadas, deixam transparecer a intenção de deixar a pedra à vista. O edifício assenta diretamente sobre o solo, apresenta no entanto como remate superior uma cornija, sobre a qual assenta o telhado. Os cunhais são tratados

---

<sup>82</sup> ALVES, Alexandre; O real mosteiro de santa Maria Maceira Dão; Edição Câmara Municipal de Mangualde, 1992; op. cit.; p. 62

<sup>83</sup> Idem



com pilastras, com base fuste e capitel, rematadas por um pináculo na cobertura. As janelas têm uma moldura em pedra e as do segundo piso apresentam-se maiores que as do primeiro piso, além da moldura de pedra têm um cachorro em cada vértice inferior do vão.

Este corpo tem uma relação bastante complexa com o terreno. A pendente suave, subindo à medida que se afasta do rio torna-se problemática para a sua implantação dada a sua grande dimensão. O edifício encontra-se assim enterrado no seu lado norte e sobrelevado a sul, fazendo-se a entrada pela sua cota intermédia, correspondente à cota do primeiro piso, pelo quadrante poente.

As circulações internas realizam-se em torno do claustro, em dois níveis diferentes, possuindo caracteres distintos. No piso inferior, o claustro, destinado a ser percorrido em oração, tinha vida própria, mantendo uma relação meramente pontual com os outros espaços. No piso superior, este mesmo espaço funciona como corredor para o qual comunicam todos os compartimentos, desempenhando o papel de mero distribuidor. O acesso entre os dois pisos faz-se através de uma escadaria interior, que por sua vez estabelece a comunicação com o corpo medieval.

A igreja implantada a norte das restantes construções, apresenta-se como objeto estranho em relação ao conjunto existente, destaca-se pelas suas características singulares. Com a cabeceira voltada a nascente a igreja divide-se, através do seu arco triunfal, em dois espaços distintos: a nave e a capela-mor. A nave definida em planta oval e no sentido do seu eixo maior coloca-se a nascente a capela-mor que possui em planta uma forma geométrica irregular oitavada. O lado nascente da capela prolonga-se num outro espaço definindo assim o altar - mor. Estes espaços de características diversas possuem uma regra de composição comum, a simetria, uma vez que estes são simétricos em relação ao eixo maior da oval. Sobre este eixo e de poente para nascente vão-se definindo os diversos espaços da igreja: entrada, nave, arco triunfal, capela - mor e altar - mor. A nascente, a capela-mor resulta num espaço de características muito diversas. Apesar das suas dimensões muito próximas das da nave, este espaço torna-se contido e estático que se deve à sua forma oitavada e ainda à existência de um número reduzido de aberturas, principalmente ao nível inferior. A fachada poente é a única a merecer tratamento: a verticalidade é acentuada pela sobreposição de três vãos: um portal. Por cima deste uma grande abertura que conduz a luz poente para o interior e por ultimo um nicho. O conjunto é composto ainda por dois nichos laterais, ao nível da abertura central. O portal é rematado superiormente por um brasão e uma coroa, interrompendo o frontão curvilíneo, símbolos da Família Real por se tratar de um mosteiro real.

#### Subsecção 4.4. - Análise Construtiva

Esta análise aborda aspetos técnicos e construtivos relacionados com as paredes interiores e exteriores, vãos, pavimentos, escadas, coberturas e também materiais de revestimento. A análise é realizada de um modo sequencial e evolutivo no tempo: primeiro a torre medieval, depois o mosteiro e por fim a igreja.

A imagem exterior do conjunto é profundamente marcada pelo peso do granito. Esta imagem resulta no entanto um pouco diferente do original, onde o volume da igreja, preparado para ser rebocado, deveria estabelecer um certo contraste com os outros volumes. As outras construções, de aparelho bem cuidado apresentam ainda hoje a textura do granito. Estas construções diferenciam-se, pelo tipo de aparelho e pela diferença de tonalidade da pedra.



Figura 77. Vista Sul do conjunto monacal. Veja-se o emparelhamento da pedra remonta a épocas diferentes de construção.

Embora em alguns casos, como a torre medieval, as coberturas não correspondam às originais, as existentes apresentam como característica comum o revestimento em telha cana, em barro vermelho. Apesar da adoção do mesmo tipo de revestimento, o conjunto caracteriza-se pela homogeneidade da sua imagem exterior. Este facto resulta, não só das diferentes volumetrias, mas também dos diversos tratamentos dados aos materiais de revestimento.

Relativamente ao interior, no período medieval, surgem dúvidas, quanto ao tipo de acabamentos. Nas paredes restam ainda vestígios das argamassas brancas. Os pavimentos seriam provavelmente, como ainda hoje, em soalho, e ao nível do solo é provável que se tenha mantido a terra batida.

No período dos finais do séc. XVI e séc. XVII, corresponde ao corpo do claustro, e é muito vincada a relação entre as funções espaciais e materiais de revestimento. Estabelece-se uma clara distinção dos materiais de revestimento entre zonas comuns e zonas mais privadas e ainda nas zonas de circulação.

No piso inferior, correspondente às zonas comuns, a grande superfície de pavimento é coberta por um lajeado de granito. Ainda neste piso, existem dois tipos de pavimentos: no soalho nos espaços de estar e a terra batida nas adegas. As paredes recebem um tratamento em reboco pintado a branco, na sua maioria. O refeitório e a sala do capítulo recebem, sobre as paredes brancas, um lambril em azulejo (azul e branco), em que o desenho é composto por azulejos quadrangulares, contornado por uma barra contínua constituída por três filas de azulejos onde o branco toma a posição central relativamente ao azul. A cozinha e a adega parecem não ter recebido qualquer revestimento, permanecendo as paredes em granito. Os tetos, ainda no piso inferior: Embora nos restem poucos vestígios, seriam em madeira. O piso superior, mais privado, possui uma menos diversidade de acabamentos. As paredes são em reboco, pintado a branco, apresentando em algumas celas, um pequeno friso em madeira colocado um pouco acima do nível das portas. (figuras 78, 79, 80)



Figura 78. Pavimento coberto por um lajeado de granito.



Figura 79. Lambril de azulejo no revestimento das paredes do refeitório.



Figura 80. Teto do piso inferior em madeira.

As zonas de circulação têm um tratamento diferenciado. Os parâmetros em reboco pintado recebem nos dois pisos um lambril de azulejo, também azul e branco, mas com características diferentes dos do refeitório e sala do capítulo, possui um desenho mais elaborado, com uma maior variação de azulejos em termos de forma e dimensão: os azulejos são quadrangulares e retangulares contornados por uma barra semelhante à do refeitório e sala do capítulo.

À semelhança da maioria dos espaços, no piso inferior, o pavimento da galeria é revestido em lajes de granito, prolongando-se este tratamento em pedra através da circulação vertical. No piso superior, similarmente aos outros compartimentos, o pavimento é um soalho. Esta diferença de pavimentos confere um carácter diverso aos espaços de circulação nos dois

pisos. A distinção dos dois espaços de circulação é ainda reforçada pelo tratamento dos tetos. O piso inferior é coberto por um teto horizontal em madeira. No piso superior, o teto caracteriza-se pela forma de abóbada.

A igreja barroca, totalmente rebocada pelo interior (fig. 86), apresenta ainda vestígios de alguns frescos nas paredes da nave. A cúpula, em tijolo burro, era também rebocada e pintada. A torre com paredes e degraus em granito, não apresenta vestígios de qualquer revestimento. Quando às paredes, a torre caracteriza-se por apresentar um aparelho regular constituído por pedras de média dimensão, em que as paredes exteriores e também as interiores se apresentam com espessuras semelhantes devido à função estrutural que ambas possuem. No piso superior, a parede periférica, de características semelhantes sofre, no entanto, uma redução substancial da sua espessura.<sup>84</sup>

O outro tipo de parede corresponde aos tramos existentes da provável antiga igreja. Possuindo características muito diversas das da torre, estas paredes caracterizam-se essencialmente pela qualidade do seu aparelho, de junta seca. As pedras muito bem talhadas, de dimensões superiores às do torreão são assinaladas pela presença de diversas siglas. De características semelhantes, a diferença essencial dos dois tipos de parede consiste na sua espessura. A parede menos espessa possui uma espessura semelhante às dos pisos inferiores da torre: 4 palmos. A outra, de espessura considerável, comportava um portal de várias arquivoltas, devendo-se muito provavelmente a este facto o exagero da sua dimensão.<sup>85</sup>

Estes dois tipos de paredes possuem uma característica comum, pois os seus aparelhos são semelhantes tanto no interior como no exterior. As diferenças existentes entre os aparelhos do torreão e da antiga igreja podem encontrar justificação não só na diferença das datas de edificação, mas também na representatividade das funções exercidas nas suas construções.

A maior variedade de tipos de parede existentes em Maceira Dão é proveniente da intervenção iniciada do séc. XVI. Esta variedade, para além da clara distinção entre paredes estruturais e não estruturais, regista-se ainda nas diferenças que se podem estabelecer nas paredes estruturais. Distinguindo-se ao nível das espessuras, a diferença essencial entre paredes estruturais e não estruturais regista-se quanto ao material e técnicas de construção utilizadas, sendo que as paredes não estruturais são em taipa (saibro e ripa), de espessura fina (aproximadamente 20cm). As paredes estruturais por seu lado, são constituídas em granito, dividindo-se em portantes e de travamento. As paredes de travamento, possuindo uma espessura inferior à das portantes, caracterizam-se pelo facto de existirem apenas no piso inferior, e ainda pelo seu aparelho tosco. (figuras 83, 84, 85)

---

<sup>84</sup> SANTOS, Ana Paula Nabais, Victor M. C. Leite - Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão. Porto: Faculdade de Arquitectura, 1994. Trabalho de Seminário; op. cit.; p. 43.

<sup>85</sup> Idem

Suportando os soalhos e a cobertura, as paredes portantes podem subdividir-se ainda em exteriores e interiores (fig. 91 e 92). As espessuras, embora semelhantes no piso inferior, diferem no piso superior, tornando-se mais estreitas nas paredes interiores. É, no entanto, ao nível do aparelho que as diferenças se tornam mais evidentes. As paredes interiores, possuem um aparelho extremamente tosco preparado para receber um acabamento final em reboco, como ainda hoje se pode verificar na sua grande maioria.

As exteriores, com um aparelho também bastante tosco pelo interior, apresentam no entanto um aparelho bastante cuidado no seu exterior. As pedras, de dimensão considerável, são muito bem talhadas e assentes em fiadas sucessivas de junta seca. As paredes possuem assim dois tipos de acabamento diversos, sendo apenas a superfície interior rebocada, já que a exterior, pela qualidade do seu aparelho, se destinava a ficar à vista.

Na intervenção barroca podem ainda encontrar-se dois tipos diversos de paredes. As que envolvem a nave possuem uma espessura de aproximadamente 2,20m, apresentando um aparelho muito irregular. Estas características devem-se, muito provavelmente, ao facto desta parede servir de suporte à cúpula de tijolo que fecha a nave oval. As paredes da capela-mor, de menor espessura (1,5m), apresentam um aparelho também irregular sendo, no entanto, os pontos mais sensíveis (cunhais e parede do altar mor), tratados com um aparelho mais cuidado, constituído por pedras mais regulares e de maior dimensão. Trata-se, na sua maioria, de um aparelho muito irregular, o que obrigava com certeza ao revestimento destes paramentos.<sup>86</sup>

Todas as épocas apresentam diversos tipos de parede, consistindo as diferenças apenas na introdução de pequenas variáveis de tal modo relacionadas entre si que se tornam ao mesmo tempo causa e efeito. A espessura difere com a qualidade do aparelho e a função estrutural. Por sua vez a qualidade do aparelho varia conforme a função estrutural, a espessura e o efeito plástico pretendido. A qualidade do aparelho produz efeitos visuais e plásticos muito diversos: um aparelho tosco ou irregular dá origem a uma superfície rebocada lisa, um aparelho cuidado produz uma superfície rugosa, é o granito que se mostra.

Relativamente aos Soalhos, pode observar-se na torre dois diferentes tipos de resolução deste problema. O primeiro soalho elevado assenta em cachorros possibilitando às paredes a manutenção da espessura do primeiro para o segundo piso, contudo, deste para o terceiro, há uma diminuição na espessura das paredes, proporcionando a superfície necessária para o assentamento do segundo soalho.

No corpo dos claustros, registam-se algumas diferenças técnicas em relação à torre, sendo de salientar o aumento de vão entre a estrutura, os apoios pontuais das colunas do claustro e o sistema de encastramento dos soalhos. De um modo geral, os soalhos são encastrados

---

<sup>86</sup> Ibidem, p. 44

diretamente nas paredes, sem o recurso a qualquer tipo de apoio. Excetua-se, no entanto, o caso das paredes interiores, em que o estreitamento da parede no piso superior permite um apoio direto do soalho sobre a estrutura. (figura 81)

A igreja barroca, com um piso único, encontra-se atualmente com piso de terra batida (figura 96). Tanto ao nível da construção como a nível das funções a que se destinavam, o mosteiro é resultado de uma sucessão de construções, feitas ao longo do tempo.



Figura 81. Veja-se o assentamento do soalho do piso superior.



Figura 82. Vista da abobada de berço do piso superior.



Figura 83. Pormenor do emparelhamento da pedra.



Figura 84. Pormenor do reboco pintado sobre a pedra.



Figura 85. Vista do material usado para construção e revestimento da parede.



Figura 86. Parede da Igreja em Reboco pintado. Pavimento em terra.

## Capítulo 5

### Secção 5- Reabilitação de Mosteiros Cistercienses na atualidade

#### Subsecção 5.1. - Mosteiros Cistercienses: que usos?

Os mosteiros cistercienses, ao longo dos tempos, foram alvo de várias transformações, a nível de cânones relacionados com a Ordem Regular. Nos últimos dois séculos temos vindo assistir várias experimentações relacionadas com novos usos para estas “pequenas cidades”. Temos assistido a reabilitação, reutilização, renovação, reconversão destes espaços, tornando-os assim adaptáveis a novas situações, a novos usos, de forma a absorver a sua história para o atualizar, integrando-o nos valores do presente.

Neste contexto, em 1980 foi criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) que por sua vez originou diversos organismos com competências próprias. Mais tarde, em 1992, daria origem ao Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR) e depois, em 1997, com a criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA) seria convertido apenas no Instituto Português do Património Arquitetónico.<sup>87</sup> Deste modo, desde 1980, em primeiro lugar como IPPC, depois com as duas versões do IPPAR e por fim o IGESPAR estes organismos de gestão do património tutelaram as aplicações de leis relativas ao património arquitetónico e à sua salvaguarda permitindo assim a classificação de imóveis, emitindo pareceres vinculativos e estabelecendo as respetivas áreas de proteção.<sup>88</sup> Atualmente, desde 2012, foi criado um novo organismo a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) que agregará os serviços do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.<sup>89</sup>

Através do património arquitetónico cisterciense, Portugal faz parte da Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses e consequentemente da Rota Europeia das Abadias Cistercienses à qual foi atribuída, em 2010, a menção Itinerário Cultural do Conselho da Europa. Na atualidade, o legado arquitetónico cisterciense é alvo de reabilitação segundo os moldes da contemporaneidade (St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> do Bouro e N. Sr.<sup>a</sup> da Piedade de Tavira, pelo arquiteto, vencedor do Prizker 2011, Eduardo Souto Moura ou St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Alcobaça - Ala sul e envolvente - pelos arquitetos Gonçalo Byrne e Falcão de Campos).

---

<sup>87</sup> PEREIRA, Paulo; Sob o signo de Sísifo. Políticas do Património Edificado em Portugal, 1980-2010 in “100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010”; Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P.; Lisboa 2010; p.262

<sup>88</sup> PEREIRA, Paulo; Sob o signo de Sísifo. Políticas do Património Edificado em Portugal, 1980-2010 in “100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010”; Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P.; Lisboa 2010; op. cit.; p.262

<sup>89</sup> Ver em Decreto-lei n.º 115/2012

Também foi responsável pela gestão de importantes e significativos monumentos nacionais e ainda foi responsável por levar a cabo grandes obras de conservação e de restauro nestes monumentos. No século XX iniciaram-se obras de valorização no Património monástico cisterciense levado a cabo pela DGEMN, IPPAR e por particulares.<sup>90</sup> É de salientar que em Portugal está-se a desenvolver um programa integrado de recuperação e reabilitação do património monástico, que abrange parte do património cisterciense, nomeadamente, os Mosteiros S. Pedro e S. Paulo de Arouca, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Salzedas, S. João de Tarouca, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Aguiar, São Mamede de Lorvão e Santa Maria de Alcobaça.<sup>91</sup>

Numa panorâmica geral a conservação de edifícios cistercienses têm-se desenvolvido através das Câmaras Municipais, por particulares ou então, entidades privadas, como é o caso das Pousadas de Portugal. Antigos mosteiros, hoje pólos dinamizadores da região onde se inserem. O Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, hoje o seu espaço é utilizado para um núcleo museológico, onde se insere o Museu da Marioneta, contém habitações, comércio e restaurante. Este edifício passou por vários usos, sendo no passado, uma vila operária e Cineteatro que se instalava na Igreja. O Colégio de São Bernardo atualmente é utilizado para habitação e comércio. O Mosteiro de São Cristóvão de Lafões foi recuperador por particulares, está associado ao turismo rural. Já o caso do Mosteiro de Santa Maria do Bouro foi recuperado através das “Pousadas de Portugal”.

Muitos dos espaços dos Mosteiros Cistercienses foram ainda adaptados a escolas, instituições, hospital, condomínio habitacional. O Mosteiro de São Dinis de Odivelas funciona e o Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal funcionam como escolas, no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre está instalado a Escola Prática do Agrupamento de Instrução da GNR de Portalegre.<sup>92</sup>

O Mosteiro de Santa Maria de Celas está ligado ao hospital pediátrico de Coimbra, o Mosteiro de Nossa Senhora de Conceição de Tavira antes de ser transformado num condomínio fechado, funcionou como fábrica de moagem. Também o Mosteiro de Santa Maria de Seiça teve funções industriais, foi fábrica de destaque de arroz.

Muitos mosteiros foram alvo de inúmeras intervenções ao longo dos tempos, visto isto, podemos afirmar que muitos são os esforços por reabilitar um edifício cisterciense sem esquecer os valores do passado de forma a adaptá-los às necessidades do presente sem desprezar o registo para o futuro. Consideração e conhecimento devem ser postas na reconstituição histórica de conjuntos monásticos, pois constituem-se como o produto de séculos de intervenções, que indiferentemente de terem sido significativas, são, nos dias de

---

<sup>90</sup> DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico.

<sup>91</sup> Martins, Ana Maria Tavares Ferreira; Da cidade de Deus à Cidade do Homem, p. 96.

<sup>92</sup> Martins, Ana Maria Tavares Ferreira; Da cidade de Deus à Cidade do Homem; op. cit. p. 102.



hoje, produto importante, quer para a compreensão do passado e presente do edifício, quer para o futuro.

Segundo Françoise Choay é possível identificar três “valores” que caracterizam uma determinada estrutura edificada e lhe conferem o estatuto de “monumento histórico”.<sup>93</sup>

Um primeiro desses valores que caracterizam qualquer estrutura edificada e lhe pode conferir o estatuto de património é o valor Económico. Este consiste na “mensuração financeira do objeto, sendo esta consideração subjetiva, devido a ser fonte de polémica para os seus proprietários, que por norma se ressentem com as medidas de proteção impostas aos seus imóveis.

Outro valor é o Artístico ou Estético: esta uma característica intrínseca do objeto arquitetónico, urbano ou arqueológico, sendo que numa primeira fase foi enquadrada como aplicável à antiguidade clássica, grega ou romana. Depois do Renascimento, o conceito alarga-se progressivamente, acompanhando o desenvolvimento do saber científico, passando a ser aplicável a todos os vestígios do passado que também seriam merecedores de atenção, como os monumentos do românico ou Gótico, posteriormente é acrescentado aos valores patrimoniais o valor nacional, atestando uma “democratização patrimonial”, até que, chegando ao séc. XX, esta ideia evolui e são introduzidas também as arquiteturas industrial, corrente e vernacular.

Por último, há o valor cognitivo ou de Memória. Significa aquilo que se destina a transmitir, factos, ritos ou crenças que se pretendem legar às gerações futuras, de forma a contrariar a ação dissolvente do tempo, perpetuando a identidade de uma cultura. Inversamente o monumento histórico é eleito por uma sociedade e de entre um conjunto de obras por representar valores que lhe conferem uma identidade própria. As sociedades escolhem-nos e exigem a sua conservação, em nome da sobrevivência da memória e delas próprias.<sup>94</sup>

Recentemente, a consciencialização relativamente aos problemas e desafios inerentes à salvaguarda do património tem provocado imensas abordagens, critérios e interpretações sobre os bens patrimoniais a preservar e sobre a forma prática de o fazer.

Assim sendo, ações de defesa e conservação do património procuram apoiar-se em normas e diretivas, elaboradas por organismos direcionados para a salvaguarda da identidade histórica e cultural, sobretudo pela UNESCO, pelo Conselho da Europa e pelos ICOMOS, entre outros.

Os documentos que se destacam nesse panorama são as Carta Internacionais (Carta de Atenas, de 1931, Carta de Veneza, de 1964, e a Carta europeia do Património Arquitetónico

---

<sup>93</sup> CHOAY, Françoise, MACHADO, Luciano Vieira; UNESP, 2006; p.138

<sup>94</sup> FLORES, Joaquim de Moura, “Património” Do Monumento ao Território, Urbanidade e Património, IGAPHE, Lisboa, 1998 p. 12

de 1975), documentos de referência na maioria das intervenções contemporâneas do Património, influenciando arquitetos e profissionais, assim como a maior parte dos outros textos referentes a este tema.

## Subsecção 5.2. - Casos de Reabilitações no Património Monástico

Neste subcapítulo pretende-se mostrar como diferentes aspetos da reabilitação do Património Monástico são fatores de crescimento e desenvolvimento cultural das cidades. A crescente sensibilização e interesse dos cidadãos relativamente a estes monumentos tem tornado mais necessária e desejada a realização de ações que salvaguardem estes edifícios históricos, que pelas suas características e pela sua interpelação à memória e identidade são considerados comuns, ultrapassando as fronteiras entre o público e privado. É importante salientar a multiplicidade de usos que este tipo de edifícios é permissível, vamos ver como edifícios construídos nos mesmos séculos, com os mesmos propósitos funcionais, atualmente, são adaptados a novos usos. Embora a maioria das intervenções no património Monástico são a nível de restauro. Contudo, nos finais do século passado e século XXI, tem havido um crescente interesse na reabilitação deste património, de forma a adaptá-lo a novos usos sem perder os valores do passado que servirão de ponte para o futuro. Património é algo que se usa e que se guarda para transmitir. Os mosteiros de Santa Maria de Alcobaça e de Santa Maria do Bouro, mosteiro de Santa Maria das Bernardas de Tavira, filiados na Ordem de Cister e o Mosteiro de São Martinho de Tibães, mosteiro da ordem Beneditina, casa-mãe da congregação em Portugal e no Brasil. São os exemplos demonstrados de reabilitações no Património monástico em Portugal, no contexto europeu, apresenta-se o mosteiro de Nossa Senhora de Novy Dvur, na Republica Checa. São alvo de obras de reabilitação deste século, exemplos de intervenções minimalistas no seguimento do espírito e da estética da Ordem de Cister do séc. XII (figuras 86 a 89). Os mosteiros, apresentados, servem como exemplo de casos de reabilitação no património monástico, todos foram usados para as mesmas funções e atualmente, cada um, tem diferentes funcionalidades, a relação que existe entre eles são os valores espirituais vinculados na ordem de Cister, que nos dias de hoje renascem através da disposição dos espaços, dos materiais escolhido e sobretudo da particularidade da luz. Nos casos do Mosteiro de Alcobaça e Mosteiro de Tibães ambos são registos vivos e atuais das ordens que os fundou no passado, Ordem de Cister no caso de Alcobaça e Ordem de Cluny no caso de Tibães. A Abadia de Nossa Senhora de Novy Dvur é um exemplo, como nos dias de hoje, os principais, fundamentos e bases do ideal cisterciense, são transmitidos na materialização arquitetónica. Os mosteiros de Santa Maria do Bouro, convertido numa pousada e, Nossa Senhora da Conceição de Tavira convertido, atualmente, num condomínio fechado, são exemplos da multiplicidade de um edifício cisterciense. Os princípios, fundamentos e bases do ideal cisterciense, são transmitidos na materialização arquitetónica, de grande simplicidade e ascetismo. Esse transcendente é visível na génese da arquitetura

cisterciense no séc. XII como nos dias de hoje, nas reabilitações que se tem feito. (figuras 87 a 91)



Figura 87. Ala Sul Mosteiro de Alcobaça.



Figura 88. Zona de entrada do Mosteiro de Novy Dvur.

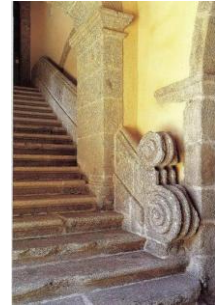


Figura 89. Escadaria interior Mosteiro de Santa Maria do Bouro.



Figura 90. Interior de uma habitação Mosteiro Nossa Senhora da Conceição de Tavira.



Figura 91. Interior do Mosteiro de São Martinho de Tibães.

Relativamente a intervenção e salvaguarda no património histórico a Carta de Veneza refere os seguintes excertos:

(...) A noção de monumento estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que adquirem com o tempo um significado cultural. Cada monumento antes de ser pedra, tijolo, argamassa ou vidro, é um sonho, um reflexo da alma do seu criador.

(...) e se queremos conservar o património e mantê-lo vivo, afetá-lo, eventualmente a uma nova função, é preciso estarmos seguros que ele mergulhará na alma, de que ele passará por uma nova existência, ao nível do sonho e da utilidade, antes de proceder à substituição de pedras deterioradas ou de obstar às infiltrações de água.

(...) as pessoas exigiram que lhes fosse devolvida a qualidade específica daqueles pedaços antigos e carregados de memória (...)<sup>95</sup>

<sup>95</sup> Carta de Veneza (ICOMOS, 1964)

No mesmo contexto, Nuno Portas ressalva que:

“ (...)neste presente precário, provisório, flexível, eventualmente fiel à sua experiência histórica de resistência e experimentalismo, de pragmatismo realista na dialéctica mediação entre tradição e transformação, a situação da arquitetura em Portugal sugere como tarefa estimulante para os próximos anos a procura de real - o Homem e o lugar - determinando a cada momento condições de síntese: construir no construído, sem nostálgica ou científica salvaguarda reutilizadora do existente; mas revelação inteligível dos gestos do ofício como exigência do equilíbrio, e libertação da identidade vinculada na e pela noção de modificação transmitida no procedimento do desenho da transformação parcial.<sup>96</sup>”

Relativamente ao **Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça** destacamos a Sul, a “Ala de São Bernardo”, o espaço foi reabilitado para acolher uma Galeria cultural, (fig. 94) onde se realizam exposições temporárias, existe também um espaço no primeiro piso destinado ao uso paroquial. O projeto de reabilitação, de carácter minimalista, foi da autoria dos Arquitetos Gonçalo Byrne e Falcão de Campos. Antes da reabilitação neste espaço funcionou o antigo Colégio da Nossa Senhora da Conceição.

O Mosteiro de Alcobaça trata-se de um conjunto de edifícios cuja construção se iniciou no século XII e que decorreu ao longo do tempo, desde a abadia cisterciense medieval, com uma igreja e claustro anexo, até ao que hoje existe, nomeadamente a igreja central, a Ala Sul e três claustros a Norte. A Ala Sul, simétrica com a Ala Norte. A igreja implanta-se em forma de cruz latina. A Ala Norte inclui três claustros. O mais antigo, denominado de “Claustro de D. Diniz”, do início do século XIV, desenvolve-se em dois níveis, o seguinte, o “Claustro do Cardeal” e o “Claustro da Biblioteca”.



Figura 92. Mosteiro de Alcobaça, Ala de São Bernardo (Ala Sul).



Figura 93. Mosteiro de Alcobaça, Ala de São Bernardo, aspetos de reabilitação.



Figura 94. Mosteiro de Alcobaça, Ala de São Bernardo - Galeria cultural.

<sup>96</sup> Portas, Nuno, Mendes, Manuel - arquitetura portuguesa contemporânea, anos sessenta/anos oitenta, Fundação de Serralves, Porto, 1991; pp 102-103

A intervenção na Ala Sul do Mosteiro transforma o mínimo possível e realça o detalhe de uma arquitetura cheia de espiritualidade e expoente máximo do ideal cisterciense. (fig. 92 e 93) Os materiais usados para as texturas do rehabilitado corpo arquitetónico foram escolhidos de modo a acentuar um certo despojamento sagrado, tão constante na arquitetura cisterciense, onde a luz natural é por excelência a matéria-prima da obra minimalista. (fig. 95) As opções de projeto tomadas procuraram sempre privilegiar o carácter histórico do edifício em relação aos novos usos funcionais e distributivos do edifício, essa organização foi resolvida de forma discreta, colocando os novos espaços de apoio e serviços na lateral do corpo, sem que interferiram com o “espaço sagrado” do corpo arquitetónico.



Figura 95. Intervenção minimalista na Ala de São Bernardo, Mosteiro de Alcobaça.

A intervenção no **Mosteiro de Santa Maria do Bouro** insere-se no espírito minimalista do Séc. XX e XXI, que caracteriza muitas obras de Souto Moura. Em 1986 parte da propriedade conventual é adquirida pela Câmara Municipal de Amares e doada ao Instituto Português do Património Cultural (IPPC) com a condição das obras de consolidação, que se consideravam urgentes. Enquanto a câmara propunha a instalação no Mosteiro de uma Escola Agrícola, o IPPC considerava a hipótese de um Centro de Estudos de Restauro, de cantaria e talha, ou um Centro de Congressos ou uma Pousada. Em 1984 a ENATUR escolhe o Mosteiro de Santa Maria do Bouro para intervir, acabando por salvar, deste modo, o conjunto edificado.

O projeto de reabilitação foi entregue aos arquitetos Eduardo Souto Moura em Dezembro de 1989 tendo por base um edifício praticamente reduzido a escombros, fator determinante da intervenção, uma vez que a reconstrução não poderia recair sobre o edifício existente, mas sim sobre o que restou dele, as ruínas. Numa primeira abordagem ao projeto pretendia distinguir claramente a sua intervenção de fração histórica de um edifício, no entanto, ao longo do processo, esta opção perdeu o seu sentido, “...um novo corpo, como em Guimarães,

*poderia não se aplicar a Santa Maria do Bouro... uma restauração também significa dar uma imagem do edifício”<sup>97</sup>.*

Era necessário construir um edifício próximo da cultura contemporânea com o propósito de “dar continuidade, sob outra forma, à vida do mosteiro”<sup>98</sup>. Neste sentido, o projeto desenvolveu-se a partir do interior do edifício mas sem lhe alterar a sua configuração inicial de modo a que fosse possível continuar a vida natural do edifício. Souto Moura consegue atingir essa continuidade natural através de linguagem simples, resultando numa intervenção silenciosa que lhe restitui uma evolução natural, de tal modo que é quase invisível, no sentido em que o mosteiro aparenta ter sido sempre assim. (figuras 96 a 99) Para tal “o projeto tenta adaptar, ou melhor, servir-se das pedras disponíveis para construir um novo edifício”<sup>99</sup> e não recuperar o seu original.



Figura 96. Reabilitação do Mosteiro de S. Mª. do Bouro.



Figura 97. Reabilitação do Mosteiro de S. Mª. do Bouro. Pormenor do material usado na varanda.



Figura 98. Reabilitação do Mosteiro de S. Mª. do Bouro.

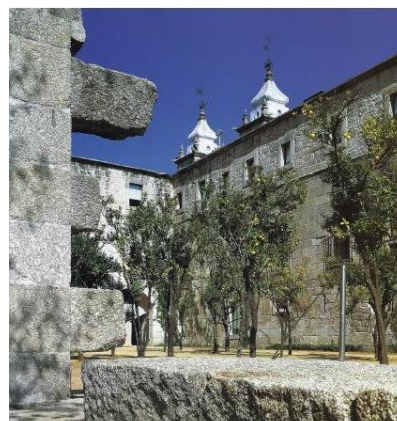


Figura 99. Reabilitação do Mosteiro de S. Mª. do Bouro.

<sup>97</sup> Conversa com Eduardo Souto Moura, Porto, 2001, cit por Roberto Collová - Santa Maria do Bouro. Reconstruir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro. Lisboa: White e Bleu, Janeiro 2001, p. 45

<sup>98</sup> Ver Santa Maria do Bouro. Reconstruir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro. Lisboa: White e Bleu, Janeiro 2001, p. 61

<sup>99</sup> Ver Santa Maria do Bouro. Reconstruir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro. Lisboa: White e Bleu, Janeiro 2001; op. cit. p. 61

As ruínas assumem o protagonismo “já que são matéria disponível, aberto, manipulável, tal como o edifício o foi durante a história”<sup>100</sup>, no entanto, não pretendem assumir uma atitude românica mas sim um testemunho de um período da história do edifício que, ao existir, o fez desaparecer, mas que, ao mesmo tempo, agora lhe pertence. O telhado comum, em águas, é aqui substituído por um terraço coberto por um manto vegetal que, além de marcar a passagem do tempo variando conforme as estações do ano, acaba por remeter o conjunto para a ruína, uma vez que as grandes paredes de pedras parecem que se sustentam sozinhas na ausência de um telhado visível que as amarre. No entanto, no claustro do mosteiro, esta ideia é de fato realizada, deixando aquele espaço totalmente a céu aberto e onde as paredes em arcaria no piso térreo se separam das paredes do mosteiro, duplicando-as, deixa a memória da ruína entrar visualmente na vivência do novo mosteiro, através da textura, da cor das pedras expostas ao tempo. As janelas, em vidro global, como “buracos” nas paredes de um mosteiro não habitado, mas abandonado. Apesar das constantes associações a uma continuidade natural, consequente de antigos destroços, no interior o arquiteto oferece um ambiente contemporâneo, simples e acolhedor, onde, graças à simplicidade dos materiais e da decoração nos remete para um universo despojado de um mosteiro cisterciense. (figuras 100 e 101)

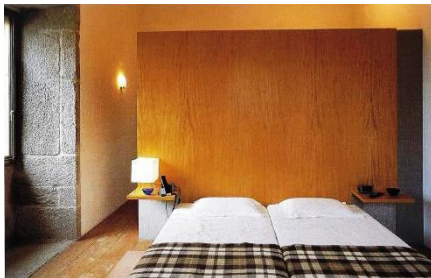


Figura 100. Reabilitação do Mosteiro de S. M<sup>a</sup>. Bouro . Interior de um quarto.



Figura 101. Reabilitação do Mosteiro de S. M<sup>a</sup>. Bouro. Interior, vista de um corredor.

Perante o resultado final, a intervenção no convento e a sua adaptação constitui “uma das mais subtis, mas também mais radicais intervenções no campo do património”<sup>101</sup> No sentido em que procura, através de uma intervenção de carácter humilde e natural, a continuidade da vida natural do edifício, utilizando a própria ruína, em que o edifício se encontrava, quer a um nível prático, no sentido em que as próprias pedras foram utilizadas na construção.

<sup>100</sup>COLLOVÁ, Roberto; Santa Maria do Bouro. Reconstruir uma Pousada com as Pedras de um Mosteiro; Eduardo Souto Moura, em Lisboa: White e Bleu, Janeiro 2001

<sup>101</sup>, p.306 ALMEIDA, Rogério Vieira de - “Pousada de Santa Maria do Bouro. Recuperação e Remodelação de Santa Maria do Bouro.” Portugal Arquitetura do Século XX. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997

Neste contexto, de forma a reunir todos os princípios da arquitetura cisterciense, surge uma reabilitação de uma antiga granja na atual República Checa, pelo arquiteto John Pawson, atualmente é o **Mosteiro de Nossa Senhora de Novy Dvur**, o primeiro mosteiro cisterciense depois da política comunista na República Checa. É importante mencionar que o património monástico tem sido concebido seguindo os ideais específicos que se traduzem numa realidade material. Os mosteiros são entendidos como um lugar pleno de ideais e espiritualidade, onde se busca Deus. No caso dos mosteiros cistercienses deve ser considerado como uma cidade ideal dotada de todos os elementos necessários para a sua subsistência. Para os cistercienses a simplicidade de linhas, a pureza das formas a luminosidade e o claro-escuro bastam por si só para permitir a elevação até Deus. Para São Bernardo nada deveria distrair o olhar e o espírito da ideia de Deus, assim John Pawson na arquitetura produz um impacto na alma. O arquiteto inglês foi buscar as suas referências arquitetónicas ao mosteiro cisterciense de Le Thoronet do séc. XII. Assim como foi o plano de São Bernardo, também foi o plano de Novy Dvur: a Igreja é o espaço mais importante, embora arquitetonicamente o claustro é o coração da vida monástica, proporcionando o acesso a igreja, à sacristia, à casa do capítulo, ao *scriptorium*, ao refeitório, à cozinha e biblioteca. A forma circular da igreja constitui o traço exterior mais visível. A forma circular estende-se a outras partes do desenho do mosteiro. (figuras 102, 103, 104)



Figura 102. Mosteiro de Novy Dvur, Igreja.



Figura 103. Mosteiro de Novy Dvur. Interior do edifício monásticos, Claustro.



Figura 104. Mosteiro de Novy Dvur, Porta de entrada.

O espaço da igreja é muito simples, mas esta simplicidade é balanceada com a entrada de luz e com a grande escala (fig.105). Toda a arquitetura foi reduzida ao essencial, integrando-se deste modo na espiritualidade dos monges. Nas palavras de John Pawson, "a ausência de



distrações visuais e funcionais apoia o objetivo da vida monástica: a concentração em Deus".<sup>102</sup>

O mosteiro de Nossa Senhora de Novy Dvur é uma junção do antigo e do contemporâneo, do ideal e da realidade, do espiritual e do secular. É uma arquitetura de luminosidade, simplicidade e minimalista, resultado de todos os ideais cistercienses. (figura 106)



Figura 105. Mosteiro Novy Dvur. Interior da Igreja.



Figura 106. Mosteiro Novy Dvur. Interior do Refeitório.

**Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira** mosteiro da Ordem de Cister, fundado em 1509, passou em 1834 a edifício industrial, sendo vendido em hasta pública para albergar a Fábrica de Moagem e Massas a Vapor, que acabou por retirar algumas características do edifício original. (figuras 107, 108, 109) O maior edifício monástico do Algarve e o único da Ordem de Cister em toda a região.

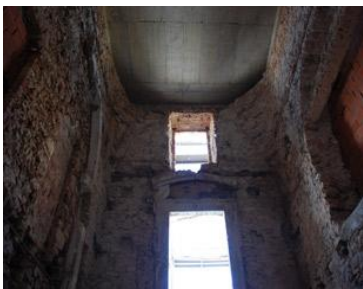


Figura 107. Aspeto interior do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira, antes da reabilitação.



Figura 108. Aspeto do Mosteiro de Tavira, antes da reabilitação, espaço exterior.



Figura 109. Aspeto interior do Mosteiro de Tavira, antes da reabilitação.

<sup>102</sup> PAWSON, John ; Minimum ; Phaidon Press Limited; 1996, p. 87.

O Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira acolheu durante três séculos religiosas provenientes das famílias de Tavira e de todo o Algarve. Há ainda referências históricas à presença de monjas oriundas do Alentejo e ilhas dos Açores. A localização é privilegiada. Debruçado sobre a Ria Formosa e a foz do Rio Gilão, o Convento das Bernardas oferece uma vista única sobre as seculares salinas de Tavira. O Mosteiro recebe luz inconfundível desta paisagem natural.

Após a extinção das ordens religiosas foi utilizado como fábrica de moagem e massas a vapor sendo agora transformado em condomínio fechado também pelo traço do arquiteto Eduardo Souto Moura, transformou um monumento histórico em habitação, à semelhança do que acontece noutros países europeus. A reabilitação deste espaço consiste num condomínio fechado, de luxo, com tipologias que vão deste o T0 ao T3. Utilizou as estruturas existentes para um novo uso completamente distinto dos seus antecedentes monásticos ou industriais. Em termos estéticos mantém o portal gótico manuelino e a traça original das fachadas. (figuras 110 e 111)



Figura 110. Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira. Portal Gótico Manuelino antes da reabilitação.



Figura 111. Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira. Portal Gótico Manuelino depois da reabilitação.

Após ser vendido em hasta pública aquando da extinção das Ordens, o espaço do mosteiro sofreu alterações violentas, descaracterizando os espaços monásticos originais. As celas austeras de outrora dão lugar às habitações de luxo. A nova caracterização do edifício obedece a espaços dotados de minimalismo, onde o branco reina nas paredes e tetos. (figuras 112 e 113) Trata-se de mais um prenúncio de contemporaneidade, a cozinha, inserida no espaço da sala principal é, como caracteriza Souto de Moura: uma unidade "móvel-cozinha" em madeira esmaltada. Figura 114) Esta unidade pode ser encerrada na totalidade quando não é necessária, através de portas em sistema de harmónio. As estruturas metálicas revestidas a madeira marcam presença nas escadas de acesso ao mezanino, bem como as molduras de betão que vão reforçar a abertura de novos vãos, que contudo, terão a escala e proporção semelhante aos existentes.



Figura 112. Mosteiro de Tavira. Interior do espaço depois de reabilitado.



Figura 113. Mosteiro de Tavira. Espaço minimalista, depois de reabilitado.



Figura 114. Mosteiro de Tavira. Interior do espaço depois de reabilitado, cozinha de um apartamento.

Os arranjos exteriores fazem parte de um todo, através de vegetação e elementos decorativos, nomeadamente a marcação com colunas invocando o antigo e destruído claustro. No antigo pomar do convento, onde ficam algumas das habitações, estão plantadas laranjeiras, e os pátios privados estão dotados de figueiras e amendoeiras. (figuras 115, 116, 117)

Em jeito de conclusão e voltando a citar o autor do projeto, Eduardo Souto de Moura: "o Património nunca pode ser contranatura, pois só tem sentido sendo reutilizado e assim, ele mantém o seu estatuto próprio de Património".



Figura 115. Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira. Vista para o pátio depois da reabilitação.



Figura 116. Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira. Vista do conjunto reabilitado.



Figura 117. Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira. Vista da piscina para o conjunto edificado depois de reabilitado.

O **Mosteiro de S. Martinho de Tibães**, antiga casa-mãe da Congregação Beneditina Portuguesa, situa-se na região norte do país no distrito de Braga. Fundado nos finais do século X, inícios do XI, foi reconstruído no último terço do século XI, transformando-se, com o apoio real e a concessão de Cartas de Couto, num dos mais ricos e poderosos mosteiros do norte de Portugal. Com o Movimento da Reforma e o fim da crise religiosa dos séculos XIV a XVI, o Mosteiro de S. Martinho de Tibães assiste à fundação da Congregação de S. Bento de Portugal e do Brasil, torna-se Casa Mãe de todos os mosteiros beneditinos e centro difusor de culturas

e estéticas. Está afeto à Direção Regional da Cultura do Norte/Ministério da Cultura, classificado como Imóvel de Interesse Público.

Com a extinção das ordens religiosas é encerrado e os seus bens, móveis e imóveis, começaram a vender em hasta pública. Desafeto das suas funções iniciais, com exceção das liturgias, parcialmente cumpridas pelo templo, desde logo entregue à Igreja e a funcionar como Paróquia, o Mosteiro de São Matinho de Tibães virá assistir, sobretudo a partir dos anos setenta do séc. XX, à dissipação dos seus bens, à ruína e ao abandono.



Figura 118. Mosteiro de Tibães. Antes da intervenção.



Figura 119. Mosteiro de Tibães. Depois da intervenção.

Adquirido pelo Estado Português em 1986, tem sido alvo, desde então, de sucessivas obras que reintegram antigas funções como o de casa paroquial e proporcionam novos usos, de que se destacam o Museu ou o novo centro de documentação. O projeto de recuperação que, através das obras de salvação prioritárias e de intervenções provisórias no Edifício e na Cerca, deu os seus frutos permitindo oferecê-lo à fruição pública, dinamizá-lo culturalmente e conceber o seu Reuso. (figuras 1185 e 119)

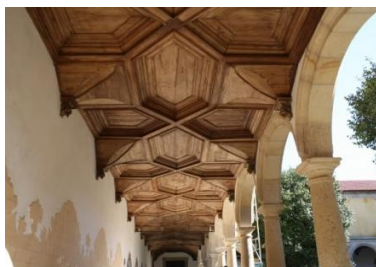


Figura 120. Reabilitação dos diferentes tetos do Mosteiro de Tibães. Teto do Claustro do Cemitério.



Figura 121. Reabilitação dos diferentes tetos do Mosteiro de Tibães. Teto dos espaços de circulação do Mosteiro.



Figura 122. Reabilitação dos diferentes tetos do Mosteiro de Tibães. Teto do corredor da hospedaria.

As intervenções realizadas foram a nível de recuperação e reabilitação das maiores zonas do edifício, designadamente a reabilitação da Ala Norte reabilitação da igreja e claustros do cemitério, reabilitação da ala nascente, reabilitação das salas do capítulo reabilitação de zonas de transição, tetos (fig.120,121,122), ações de restauro do património integrado, recuperação do muro da cerca e intervenções na envolvente, ainda execução de obras de apoio a serviços inerentes aos mosteiro e seu espaço.

Recuperação do Noviciado, cozinha (fig.123), claustro do refeitório (fig.125), dando lugar a Hospedaria (fig.124), restaurante, circuito de visitas. Instalação de um centro de estudos, instalação de estrutura de acolhimento, loja de informação, construção de um corpo enterrado para as infraestruturas necessárias as novas valências (hotelaria, restauração).



Figura 123. Mosteiro de Tibães. Cozinha.



Figura 124. Mosteiro de Tibães. Hospedaria



Figura 125. Mosteiro de Tibães. Claustro Refeitório.

Iniciou-se assim uma vasta intervenção integrada de recuperação, restauro e reabilitação que permite a implementação do programa de reuso do Mosteiro de Tibães (fig. 126 e 127) que passa pelas existências de: Igreja da Paróquia de Mire de Tibães, continuando o mosteiro a acolher a atividade paroquial; Uma nova comunidade religiosa (Missionárias Trabalhadoras da Imaculada), responsável pela hospedaria e restaurante, espaço do antigo hospício de Tibães; Monumento/Museu, que centra a sua atividade no conhecimento, na preservação, divulgação e dinamização do património do mosteiro e seu território.

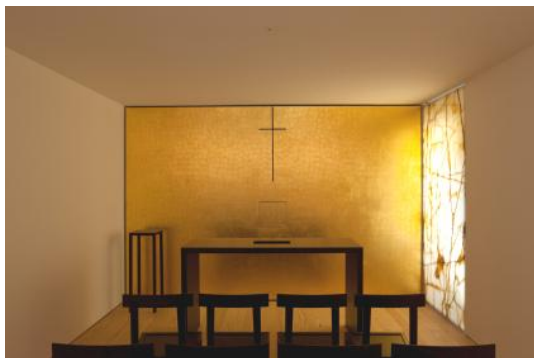


Figura 126. Mosteiro de Tibães. Capela zona da Hospedaria.



Figura 127. Mosteiro de Tibães. Quarto, Hospedaria.

Trabalha-se num projeto que integra vivências, paisagens e arquiteturas, fomenta a utilização do espaço em si com os espaços reafectados articulando o percurso “exterior” com o percurso “interior”, tudo isto num quadro de um Museu “aberto” onde a percepção da sedimentação temporal se poderá testemunhar e interpretar. O projeto de Recuperação e Reabilitação do Mosteiro de Tibães em Braga foi distinguido com o 1º Prémio - Medalha de Ouro, na Bienal “Miami Beach 2009”, EUA na categoria de Restauro Arquitetónico. (figuras 128 a 137)



Figura 128. Antes da Reabilitação. Circulação.



Figura 129. Depois da Reabilitação. Circulação.



Figura 130. Antes da Reabilitação. Pátio.



Figura 131. Depois da reabilitação. Pátio



Figura 132. Antes da Reabilitação.



Figura 133. Depois da Reabilitação.



Figura 134. Antes da Reabilitação. Refeitório

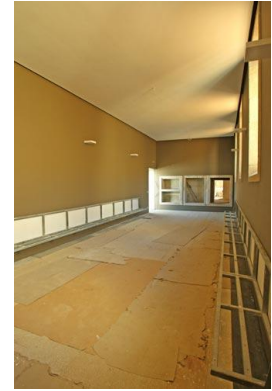


Figura 135. Depois da Reabilitação. Refeitório.

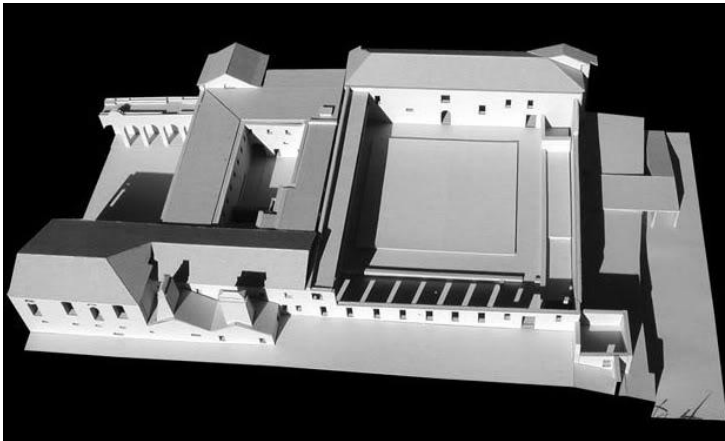


Figura 136. Maquete do projeto de reabilitação do Mosteiro de São Martinho de Tibães.



Figura 137. Vista da nova cobertura. Mosteiro Tibães.

### Subsecção 5.3. - Alteração de usos nos espaços do Património Religioso

Património religioso refere-se a lugares de culto como um termo abrangente que inclui igrejas, conventos, mosteiros, seminários, sinagogas, templos e outros locais de conjunto para fins religiosos.

São espaços de uso ativo como lugares de culto, bem como aqueles que deixaram de ser utilizados para este fim e podem estar sob consideração para outros usos.

Muitos espaços do património arquitetónico podem ser alterados ou adaptados ao longo do tempo, quanto a lugares de adoração pode ser diferente na medida em que muitas vezes têm valores espirituais em evolução, valor do património cultural.

Os edifícios antigos, muitas vezes, sobrevivem aos propósitos originais. Através de uma reutilização adaptativa, um processo que se adapta aos edifícios para novos usos, que mantém as suas características históricas. Uma igreja pode encontrar uma nova vida num restaurante, ou numa fábrica!

O património religioso e os lugares sagrados fazem apelo à transcendência, à referência ao divino, que talvez seja a única característica do Homem que não tem paralelo em nenhuma espécie animal. Na sua busca do divino, o Homem escolheu lugares e neles construiu espaços aos quais atribuiu significado sagrado. Sendo sagrados, esses lugares destinavam-se a resistir ao desgaste do tempo e, por isso, neles aplicou alguns dos materiais mais resistentes que encontrou na natureza ou que soube inventar. Utilização de materiais duráveis e na atribuição de um significado que inspire respeito, congregue os homens e eleve a alma.

Em Portugal, o património religioso, quando é o caso, é alvo de recuperação de forma a obter o exemplo original do templo. Quando o espaço religioso, deixa de ter a função para que foi pensado e ao longo do tempo é deixado cair na ruína, tem-se assistido a alterações de usos radicais, nesse campo. Em Portugal temos o caso da Igreja do Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, hoje, sala de exposições temporárias do Museu da Marioneta e num passado recente cinema, durante a primeira metade do séc. XX, do qual ainda se conserva o palco na cabeceira da Igreja. (figura 138)



Figura 138. Sala de exposições temporárias - Museu da Marioneta - Antiga Igreja do Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo.

Como foi referido no capítulo anterior, o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira foi transformado num condomínio fechado (antes foi fábrica de moagens) e por sequência a sua igreja também sofreu alterações, hoje o espaço alberga a receção do edifício, um espaço museológico e habitações. A estrutura existente da Torre é mantida contemplando no seu interior quatro habitações. O corpo da igreja foi recuperado e dividido programática e espacialmente em três partes. Na nave central, no rés-do-chão, encontra-se a receção/espço de chegada, a nascente temos o restaurante, na zona do antigo altar, numa altura mais elevada, também a Nascente localizam-se duas habitações, assim como na zona Poente, tem habitações desde o rés-do-chão até ao piso mais elevado do corpo da igreja. As habitações são caracterizadas por duplex e vão deste o T1 ao T3. (Figura 139 e 140)



Como reflexo da transformação e história que o edifício contempla, a zona de receção tem um carácter museológico, onde estão expostos objetos que remetem para a memória dos seus diferentes usos e a chaminé existente foi recuperada, por ser uma memória coletiva de Tavira.

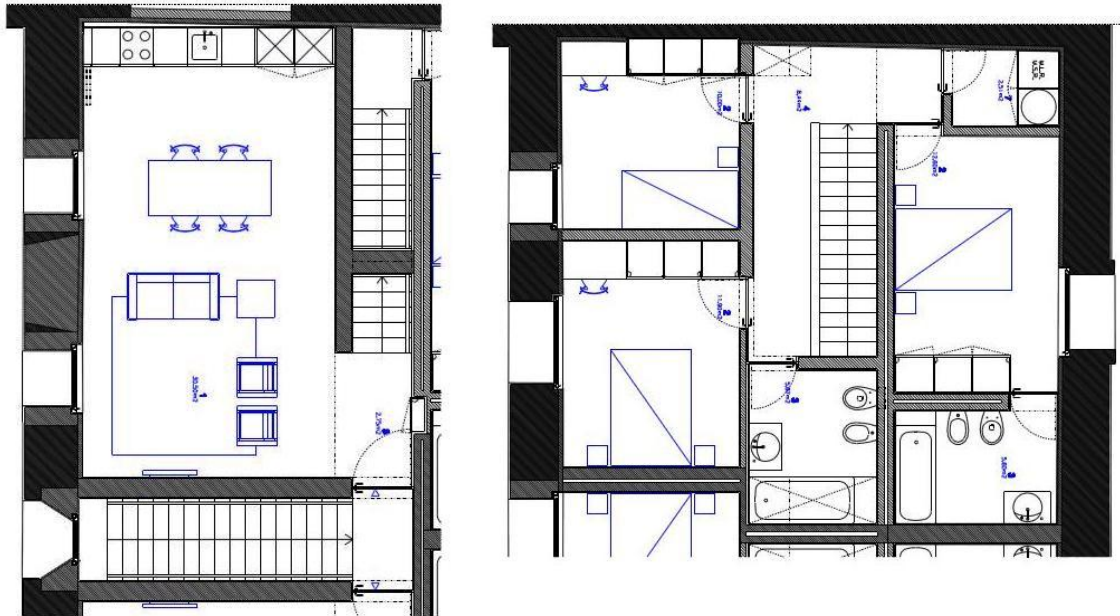


Figura 139. Apartamento T3, Piso 0, duplex.  
Figura 140. Apartamento T3, Piso 1, duplex.

Num contexto internacional, na europa, nomeadamente na holanda tem-se assistido a mudanças radicais no “novo uso” do património religioso. Arquitetos holandeses Patrice Girod e Evelyne Merckx assumiram o projeto de revitalizar e transformar uma antiga igreja dominicana, situada em Maastricht, numa livraria. Para manter as características da igreja e, ao mesmo tempo, proporcionar um espaço comercial, os arquitetos adotaram a simples ideia de erguer uma estrutura preta de ferro de um lado da nave, em que os livros são armazenados. (figura 141 e 142) Do lado oposto, há apenas alguns stands baixos com exemplares de diversos títulos (fig. 143). Há ainda uma seção para café e socialização no final do corredor. O projeto garantiu a vitória do prémio Lensvelt de Architect Interior, cujos júri disseram-se impressionados com a simples solução espacial e pela iluminação.



Figura 141. Igreja dominicana convertida em livraria. Vista para a Nave Lateral piso superior.

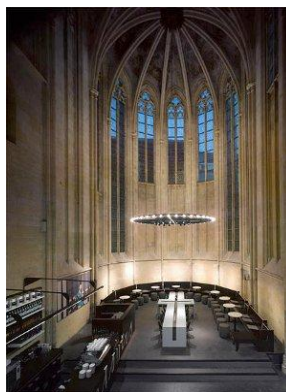


Figura 142. Igreja dominicana convertida em livraria. Vista para a antiga Capela-mor.

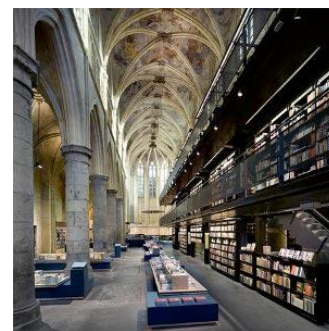


Figura 143. Igreja dominicana convertida em livraria. Vista para a Nave Central.

Também na Holanda, em Utrecht, antiga igreja sem função, é transformada num apartamento minimalista. Pela ausência de fiéis e elevados custos de manutenção, o edifício foi comprado por particulares. Mais um caso onde o moralismo é colocado de parte e tem-se demonstrado que velhas igrejas também podem ser readaptadas para receber novos usos, inclusive o residencial. Obra realizada pelo arquiteto Marnix Van der Meer, do Zecc Architecten, o arquiteto distribui o programa de necessidades de residência em dois pavimentos: no piso térreo, há um quarto, cozinha, instalações sanitárias e uma sala, composto de ambientações variadas e que recebe a luz natural. O segundo piso é constituído por uma plataforma que pode servir tanto de atelier, sala de descanso ou de estudos. O balcão, ou parapeito, dessa plataforma funciona como elemento escultural, além de organizar a área social da casa. Trata-se de uma estrutura metálica fechada em madeira e revestimento liso. Uma nova hierarquia espacial é criada pelo posicionamento assimétrico deste elemento que organiza o espaço e lhe confere o toque minimalista, realiza-se na forma abstrata e retilínea do balcão, forte contraste com o espírito rústico do edifício. (figuras 144 a 146)

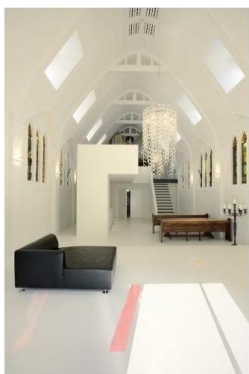


Figura 144. Interior da Igreja convertida num apartamento.



Figura 145. Vista exterior de um vitral da antiga Igreja.



Figura 146. Interior da Igreja convertida num apartamento. Vista para a antiga capela-mor.

## PARTE II- Proposta de Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão - Projeto

### Capítulo 6

#### Secção 6- Turismo, Artesanato e Qualidade de vida

##### Subsecção 6.1. - Programa

O Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão será parte de uma reabilitação que se propõe ser um exemplo de sustentabilidade tendo por base os princípios de autarcia experimentados pela Ordem de Cister. Este será dotado de novos espaços que se adaptam a novas situações e usos, mas sem perder os valores do passado como ponte para o futuro.

Com a reabilitação pretende-se recriar um local de reencontro entre o Ser e a Natureza, um espaço dedicado à introspeção, à meditação, ao culto do corpo, da mente e da alma. Será um espaço que irá promover atividades de lazer e cultura permanentemente em contacto com a natureza criando uma simbiose segundo os princípios de autarcia cisterciense e permitindo a sustentabilidade futura do mosteiro. Tem-se a natureza, a paisagem, a presença da água e a terra fértil, onde predomina a vitivinicultura, pelo que uma das principais ações será a exploração desta atividade com o objetivo de usar o produto vinícola para fins terapêuticos e turísticos. Deste modo, outra atividade que leva à recuperação, valorização e identidade do mosteiro será o turismo agrícola. Os turistas participarão na colheita do produto agrícola até à conceção do mesmo. Haverá ações de divulgação/pedagogia relativamente aos produtos artesanais produzidos na região, serão manifestados através de Workshops e da venda dos produtos artesanais ao público. Deseja-se a parceria com escolas para o trabalho agrícola dos terrenos do Mosteiro e para investigação.

Estas serão atividades que vão contribuir para a dinamização da cultura, qualidade de vida para as diferentes faixas etárias e riqueza do concelho.

O mosteiro englobará no seu projeto de reabilitação locais de repouso (salas de estar, quartos), sala de leitura, salas de investigação, biblioteca, bar, restaurante, salas e espaços relacionados com a confeção e aprendizagem dos produtos artesanais da região, locais para meditação e outras atividades relacionadas com o culto do corpo, da mente e da alma.

O programa que se apresenta para a reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão prevê a existência dos seguintes equipamentos:

- Áreas públicas

Estacionamento para 88 viaturas em cerca de 1400 m<sup>2</sup>; Núcleo de entrada; Receção; Zonas e salas de estar; Restaurante interior com 84 lugares; uma sala de convenções; um pequeno auditório; Bar/esplanada; Circulação Horizontal/Vertical, um elevador e três escadas; Quartos no total de 13, tendo os quartos, uma área de 23 m<sup>2</sup>; Instalações Sanitárias.

- Áreas privadas (serviços)

Armazém com uma área de 50 m<sup>2</sup>; Circulação Horizontal/Vertical por elevador e duas escadas; Cozinha; Instalações sanitárias do pessoal; Vestiário/balneário do pessoal; Escritório. Espaço destinado a armazenamento do lixo orgânico e de materiais para reciclar.

O estudo assenta em critérios orientadores e em metodologia para a reabilitação de edifícios, cujos principais objetivos são em resolver danos físicos, patologias construtivas e ambientais acumuladas ao longo dos anos e introduzir uma beneficiação geral, que passa pela modernização dos equipamentos e instalações. Por outro lado, pretende-se salvaguardar para as gerações vindouras um Mosteiro Cisterciense do século XII, pleno de valor cultural e arquitetónico e do mesmo modo salvaguardar os valores ecológicos e de sustentabilidade ambiental reutilizando os elementos disponíveis.

Desta forma pretende-se com a presente intervenção respeitar as características tipológicas e morfológicas que marcam a arquitetura do Mosteiro e espaço envolvente, de forma, a integrar a nova construção.

Subcapítulo 6.2. - Esboço de uma ideia

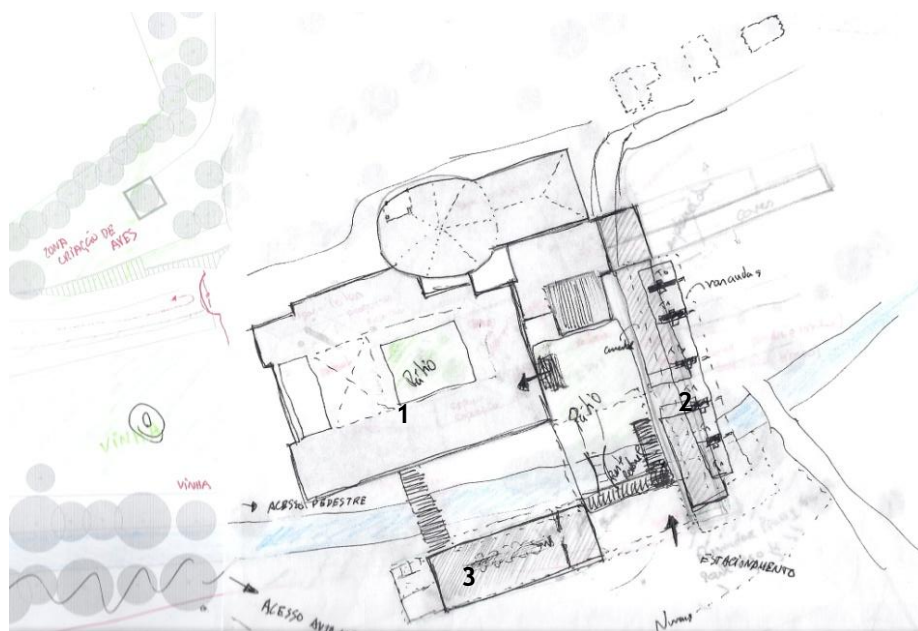


Figura 147. Esboço da Implantação do Mosteiro e edifícios de apoio.

Legenda: 1 - Mosteiro de Santa Maria Maceira Dão; 2 - Edifício novo situado a nascente do Mosteiro; 3 - Edifício Novo situado a Sul do Mosteiro.

Numa primeira fase, analisaram-se todos os espaços do Mosteiro e envolvente de forma a compreender o edifício, para assim, chegarmos à transição dos espaços relativamente ao uso. Percebemos que era necessário a construção de novas infraestruturas, de forma a contribuir para a valorização do Património Monástico, assim como o funcionamento, apoio e salvaguarda do Mosteiro Cisterciense.

Na Figura 144 temos um esboço da implantação do Mosteiro e dos novos corpos. No corpo 1, procuramos desenvolver espaços de cultura, de estudo e introspeção. No corpo número 2, que está implantado, a nascente do edifício monacal, está direcionado para o lazer e descanso. O corpo 3 destina-se à investigação, surge como um laboratório, que vem a complementar as salas de estudo que estão inseridas no Mosteiro.

Os três corpos arquitetónicos estão interligados fisicamente, através de pontes pedonais e passadiços, um edifício complementa o outro e o mesmo acontece entre os três.

Após a distribuição dos espaços, surge o desenho em alçado. Neste ponto, a referência máxima é sempre o conjunto monacal, todos os edifícios surgem em função deste. Por isso a linguagem dos dois novos corpos não podem interferir com o existente, surgem como uma continuidade em relação ao Mosteiro existente, de uma forma simples e clara. Tentou-se,

sempre, através das linhas do existente criar os novos edifícios como podemos ver nas Figuras 145 a 148.

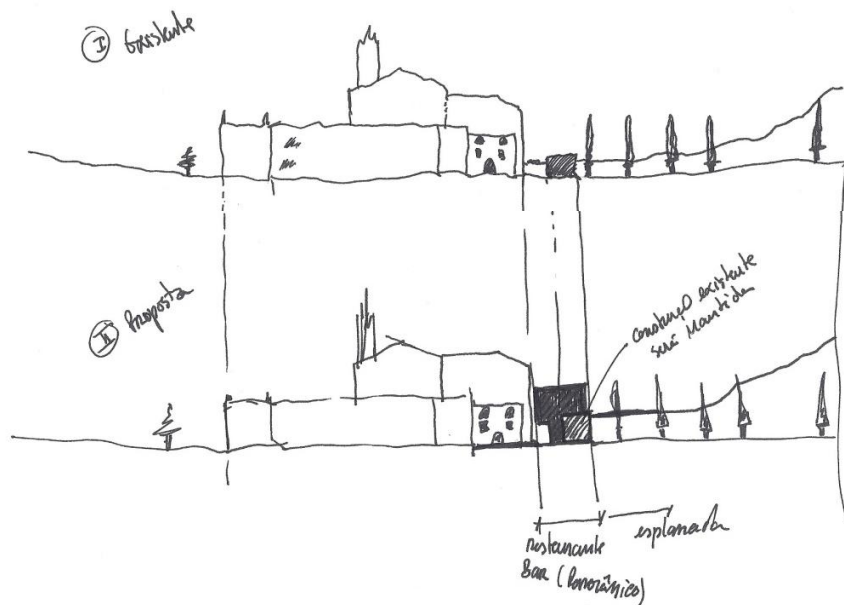


Figura 148. Esboço. Alçado Sul.

Nos esboços apresentados temos o desenho do existente e o desenho da proposta. O conjunto monacal mantém a mesma configuração. No desenho da proposta, os elementos preenchidos a preto delimitam a localização dos novos edifícios. Estão demarcados os elementos: edifício antigo; edifícios novos; natureza, água (pela ligação da ribeira de Frades à linguagem arquitetónica dos novos edifícios). (figuras 145 a 148)

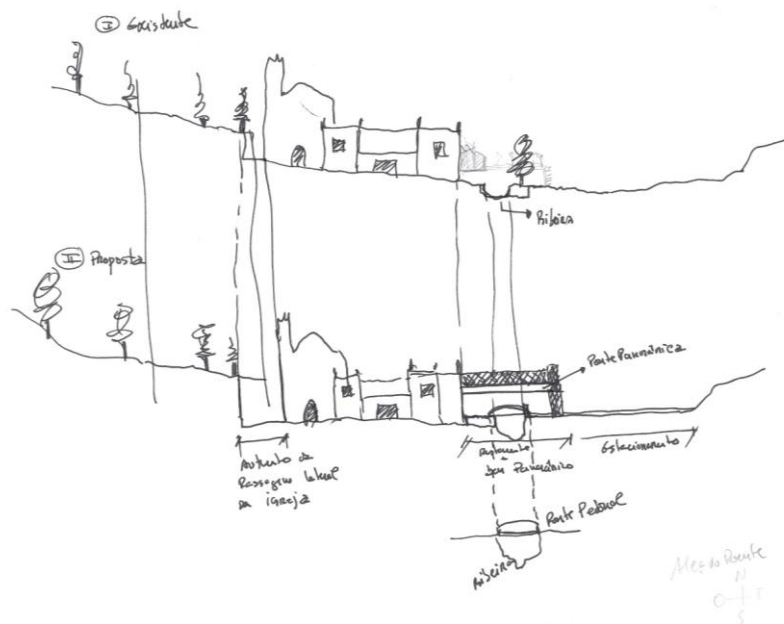


Figura 149. Esboço. Alçado Poente.

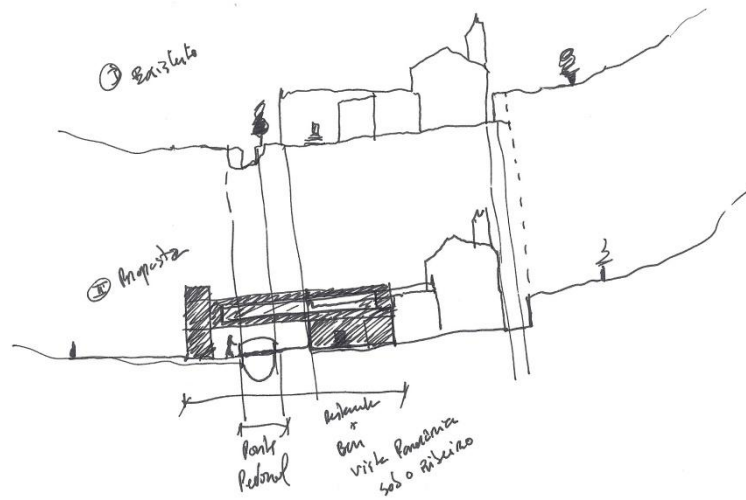


Figura 150. Esboço. Alçado Nascente.

O edifício 2 surge como um elemento de ligação entre as duas margens da ribeira de Frades (fig.147), visto que, do lado sul, é feito o acesso via automóvel, estando deste lado o estacionamento e núcleo central de todos os acessos quer ao Mosteiro como aos novos edifícios, assim como ao terreno envolvente.

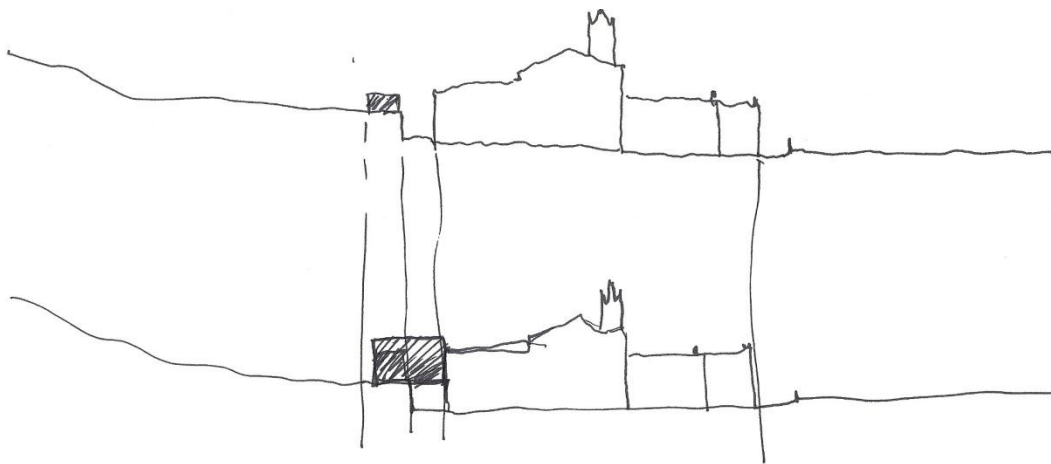


Figura 151. Esboço. Alçado Norte.





## Capítulo 7

### Secção 7- Implantação e disposição Espacial

#### Subsecção 7.1. - Implantação



Figura 152. Implantação do Mosteiro e Edifícios novos.

No contexto da valorização do Mosteiro de Santa Maria Maceira Dão e no seguimento das linhas mestras do esboço, no capítulo anterior, temos implantado junto ao Mosteiro, dois edifícios novos. Que servirão de apoio às funções a desenvolver no Mosteiro. No subsolo temos um outro corpo arquitetónico, este apoio diretamente os novos edifícios e indiretamente as funções a realizar no Mosteiro. (Figura 149)

O acesso ao espaço monacal desenvolve-se de duas maneiras, uma via pedonal e outra via automóvel. Os dois caminhos surgem do lado poente do Mosteiro, o acesso pedonal faz-se através da entrada existente, que fica entre o Mosteiro e a margem Norte da Ribeira de Frades, já o caminho via automóvel será feito através de uma entrada que será construída e situar-se-á do lado Sul da margem da Ribeira de Frades, ficando aí situado o estacionamento e a partir daí desenvolvendo-se o acesso aos diferentes lugares do conjunto edificado.

O corpo implantado a nascente está destinado a funções de lazer, no primeiro piso insere-se um salão de restaurante, bar, sala de convenções, instalações sanitárias e áreas de apoio técnico. No segundo piso está localizado a hospedaria e é constituída por 13 quartos. O corpo implantado a sul surge como um complemento do corpo interior do mosteiro, os dois corpos

interligam-se através de uma ponte pedonal. Este espaço está destinado a ser um centro de investigação e estudo. No subsolo, entre o corpo nascente e sul, na continuidade do corpo sul, até intersectar o corpo nascente, localiza-se o corpo onde se insere a cozinha, este liga diretamente ao salão do restaurante através de acessos verticais interiores.

O Mosteiro está envolvido numa paisagem natural única. Uma paisagem que ao longo do tempo foi alterada pelos monges e pessoas que trabalhavam naquelas terras. Os vestígios, onde fundamentamos as alterações realizadas no terreno, chegam até aos nossos dias na forma de moldagem dos terrenos, como os socalcos, os muros, fontes e vestígios de levadas de água, o balizamento da Ribeira de Frades ao longo do seu percurso, desvio da água da ribeira para regadios, as ruínas que se encontram ao longo do terreno e as mais variadas formas de humanização presentes em todo o território monacal.

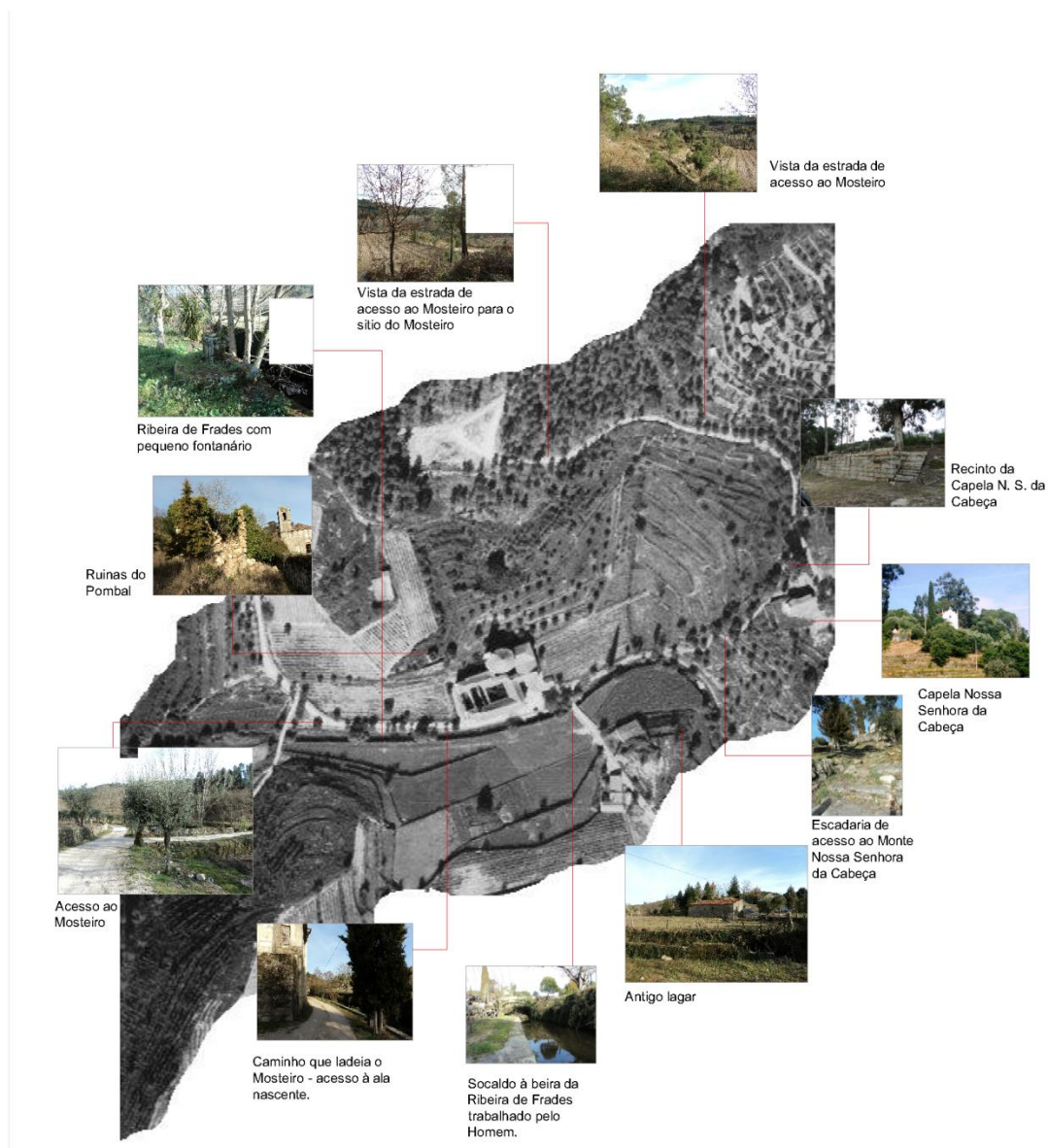


Figura 153. Esquema. Caracterização Fotográfica da Envolvente ao Mosteiro. (Ver em Anexo III)

Subsecção 7.2. - Espacialidade (Espaço antigos/Espaços novos)

O Mosteiro de Santa Maria Maceira Dão é caracterizado por três corpos, construídos em diferentes épocas que se interligam. Como foi descrito no capítulo 6 deste trabalho, o Mosteiro é constituído pela torre medieval, do século XII, pelo conjunto monacal do séc. XVI e pela Igreja do Séc. XVII. Ao longo do tempo os espaços do Mosteiro foram alvo de diferentes usos, consoante a utilização para que os espaços do Mosteiro estavam destinados. A implementação deste projeto vai permitir a recuperação de um equipamento em estado de ruína, dotando-o de um novo uso e abrindo-o à comunidade.

Neste trabalho não pretendemos analisar os diferentes usos existentes no espaço monacal, mas sim ir ao encontro da razão da construção desses espaços. Desta forma, vamos analisar a transição de usos dos espaços antigos para os novos espaços, representado por esquema de cores como se vê na Figura 151 a 154.

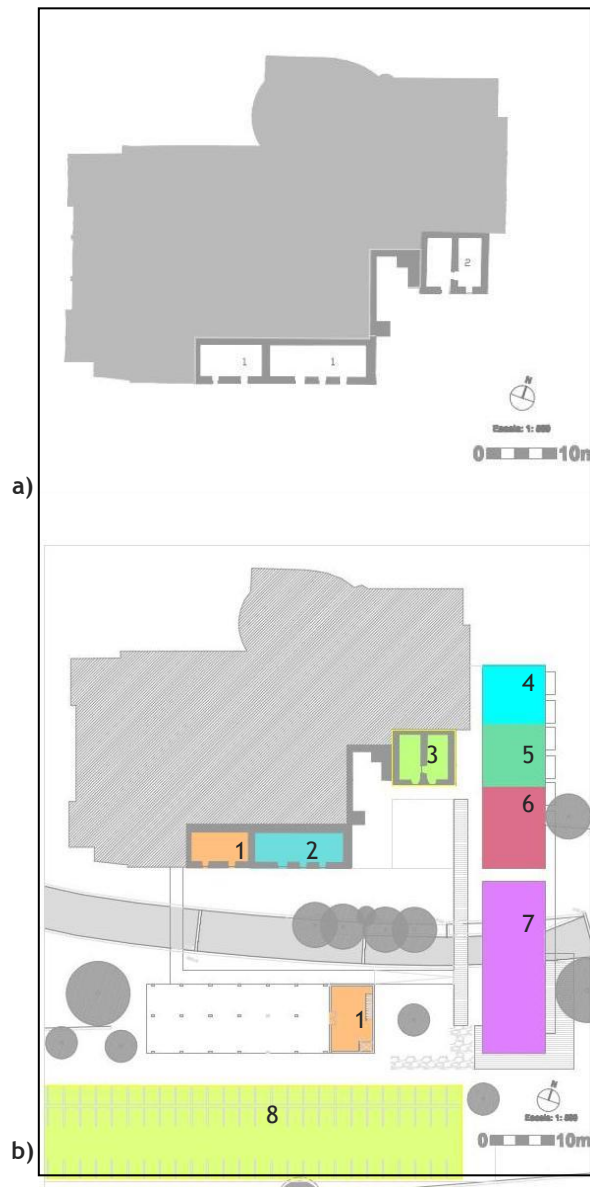


Figura 154. (Ver Anexo IV)

a) Planta do Rés-do-Chão. Espaços antigos. Legenda: 1- Arrumos; 2-Torre Medieval (arrecadação).

b) Planta do Rés-do-Chão. Espaços Novos. Legenda: 1- area apoio técnico; 2-Espaço expositivo; 3-Receção; 4-Inst. Sanitárias; 5-Sala de convenções; 6-Bar; 7-Sala de Restaurante; 8- Estacionamento.



a)

b)

Figura 155. (Ver Anexo IV)

a) Planta do Piso 1 - Espaços antigos. Legenda: 1-Igreja Nave; 2-Igreja Cabeceira; 3-Sacristia; 4-Sala do Capitulo; 5-Claustro; 6-Cozinha; 7-Tulha; 8-Portaria; 9-Refeitório; 10-Lagar; 12-Adega; 13-Parlatório; 14-Arrumos; 15-Celeiro.

b) Planta Piso 1 - Espaços Novos. Legenda: 1-Espaço Espiritual; 2-Espaço Expositivo; 3-Espaço de Introspeção; 4-Claustro; 5-Espaço Expositivo; 6-Portaria; 7-Refeitório; 8-Loja-Venda de produtos Regionais; 9-Nucleo de atividades exteriores; 10-Inst. Sanitárias; 11-Sala de Convenções; 12-Bar; 13-Sala Restaurante; 14-Espaço de Investigação (Laboratório); 15-Estacionamento.

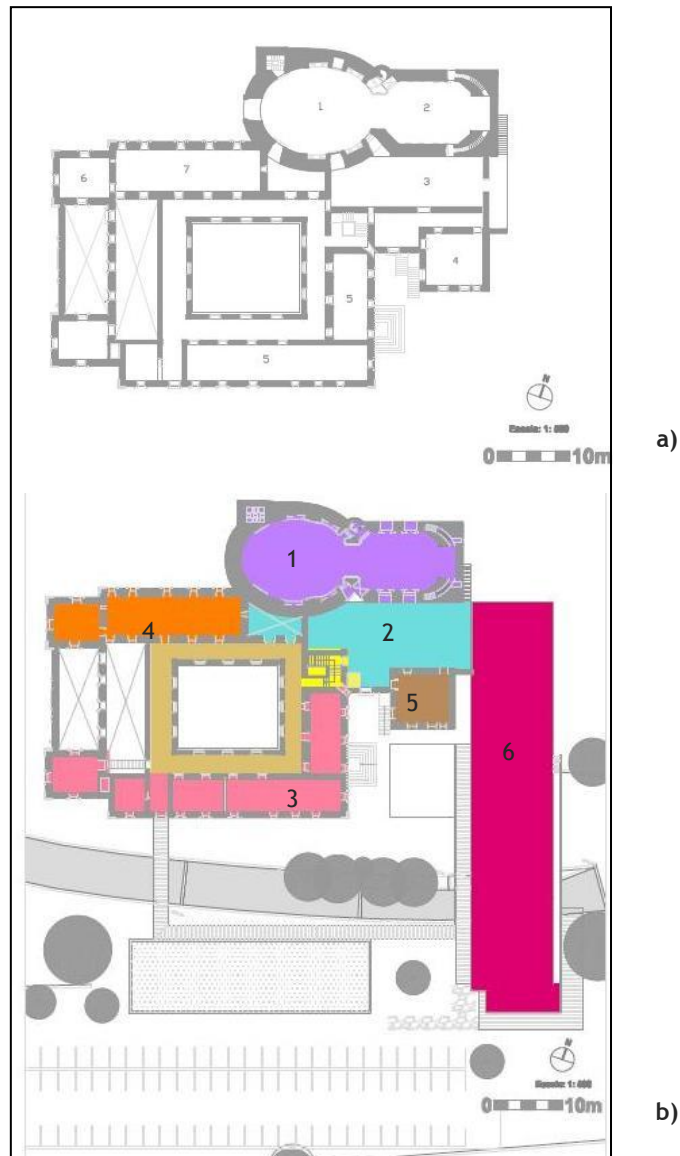
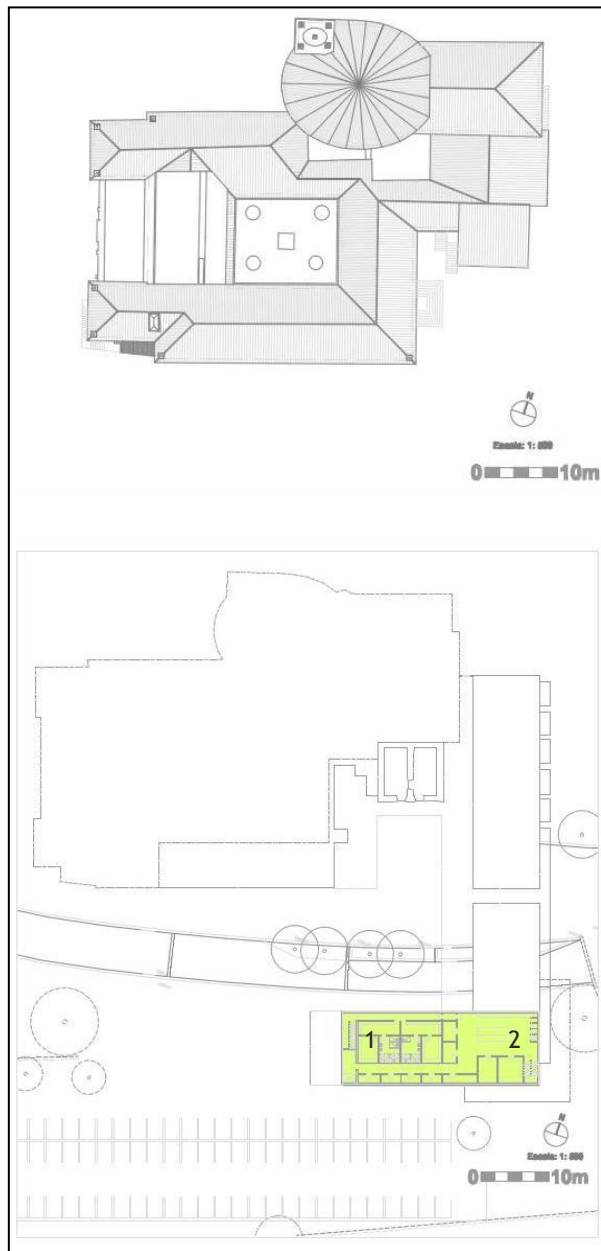


Figura 156. (Ver Anexo IV)

a) Planta Piso 2 - Espaços Antigos. Legenda: 1-Igreja Nave; 2-Igreja Cabeceira; 3-Enfermaria; 4-Celeiro; 5-Celas; 6-Instalações do Abade; 7-Biblioteca.

b) Planta Piso 2 - Espaços Novos. Legenda: 1-Espaço Espiritual; 2-Espaço Expositivo e Sala de leitura; 3-Salas de Aula; 4- Biblioteca; 5-Escritório; 6-Hospedaria.



a)

b)

Figura 157. (Ver Anexo IV)

a) Planta da Cobertura. Antigo.

b) Planta do Piso -1. Espaço Novo.

Legenda: 1-Balnearios do Pessoal; 2; Cozinha e arrumos.

### Subsecção 7.3. - Materiais e técnicas

Na reabilitação do edifício do Mosteiro de Santa Maria Maceira Dão importa em primeiro lugar escorar as paredes existentes de modo a que não colapsem. Seguidamente devem ser reforçadas do ponto de vista estrutural para posteriormente se proceder à sua recuperação e reforço da estrutura do Mosteiro.

#### 7.3.1. - Paredes

Os alçados voltados a Sul e a Poente devem ser revestidos na face interior da parede com uma camada isolante para evitar o excessivo aquecimento e favorecer a acumulação de calor durante o dia e a sua irradiação durante a noite. Nos restantes alçados, deve ser aplicado um isolamento idêntico para evitar as perdas de calor no Inverno. As paredes exteriores devem permitir a passagem de tubagens para a eletricidade, comunicações, água, saneamento, arejamento e climatização no seu interior. São rebocadas e pintadas de branco. Mantendo a descoberto a pedraria que ladeia os vãos exteriores.

#### 7.3.2. - Pavimentos

Os novos pavimentos replicam os pavimentos em madeira, soalho à portuguesa, assente sobre vigas de madeira. A estrutura de suporte deve ser recuperada e reforçada. Sob o pavimento deve ser prevista a aplicação de um sistema de radiação de calor nas salas e locais de estar, acionado através de energia solar, a colocar na cobertura do lado nascente, no novo volume, onde se inserem os quartos. Entre as vigas de madeira deve ser aplicado um isolamento acústico, térmico e resistente ao fogo. Os tetos sob este pavimento devem ser revestidos na fase superior com placas de isolamento acústico e na fase inferior com gesso cartonado ou madeira de carvalho.

#### 7.3.3. - Cobertura

As coberturas em telha devem ser executadas tal como existiam. O telhado é arejado através de telhas de ventilação dispostas em vertentes opostas, para facilitar o arejamento. Sob a cobertura deve ser aplicado um isolamento térmico e acústico. Os tubos de queda e acessórios serão em aço inoxidável.

#### 7.3.4. - Vãos

Os vãos exteriores nomeadamente as janelas são em vidro duplo com uma folha de varrer. As portas serão em madeira a imitar o máximo possível as existentes.

#### 7.3.5. - Revestimentos

As pedras das portas e janelas (soleiras, parapeitos), das pilastras, revestimentos dos cunhais, das escadas e dos varandins são intervencionados para remover manchas, colonização biológica. As fissuras devem ser reparadas.

Os rebocos em mau estado devem ser removidos e aplicados novos rebocos nas zonas degradadas, seguido da aplicação de pintura. Os rebocos interiores seguem a mesma filosofia.

#### **7.3.6. - Escadas e elevadores:**

As escadas existentes são recuperadas, sendo algumas preenchidas com pedra do mesmo tipo as falhas existentes. A caixa do elevador, para uso público, é construído em betão armado e de outros materiais pouco intrusivos.

A estrutura do edifício vai ser reforçada com vigas e pilares consolidados com as paredes existentes e os pavimentos, de modo a garantir a resistência adequada e a segurança dos seus utentes. Todos os pisos têm caminhos de fuga para o exterior.

#### **7.3.7. - Novos Volumes Arquitetónicos**

Para a construção dos novos volumes arquitetónico são utilizados materiais contemporâneos. A estrutura é em betão armado, ou outros materiais e técnica menos intrusiva possível, em alvenaria de tijolo, revestida com acabamento de reboco e pintura com tinta de cor branca.

Os vãos são em vidro duplo com janelas de correr, ou então de uma folha de varrer, as portas serão de um batente ou de correr. As caixilharias exteriores são em aço assim como as ferragens. Os vidros para vãos interiores são temperados, duplos e resistentes ao fogo e para os vãos exteriores são temperados, duplos com tratamento eletrónico para regulação da intensidade de “obscurcimento” do vidro. As carpintarias de portas interiores dos roupeiros e do pavimento flutuante são em madeira de carvalho.

#### **7.3.8. - Ações com vista à sustentabilidade:**

A água é recolhida e armazenada em tanques existentes no terreno, para rega dos jardins, hortas, árvores... A recolha e armazenamento de águas pluviais serão efetuadas em depósitos a colocar em pontos estratégicos, sob o telhado para descargas em instalações sanitárias e situações de emergência em caso de incêndio.

A ventilação natural e arrefecimento do Mosteiro são garantidos por grelhas localizadas nas paredes exteriores, alinhadas com janelas e com condução de ar através de um tubo próprio até às grelhas exteriores. Nas zonas de serviço, o circuito de arejamento natural é complementado pelas bandeiras das janelas abertas. Nas instalações sanitárias dos quartos a



circulação do ar, por ação da gravidade, é garantida pela existência de grelhas aplicadas na base das paredes.

A iluminação recebe tratamento especial: são mantidas todas as janelas existentes e criadas novas janelas para entrada de luz natural; as paredes interiores são pintadas com cores claras para a sua boa reflexão.

A temperatura é controlada através da espessura das paredes, que devido à sua espessura, que se mantém, apresenta boa inercia, permitindo reter ganhos térmicos excessivos durante o dia e libertá-los durante a noite.

A manutenção e incremento de maciços de arvoredo, criteriosamente distribuídos e intercalados no seio do construído, podem melhorar o conforto ambiental do espaço Monacal, protegendo-o de ventos dominantes e criando fontes de ar fresco no Verão e de calor no Inverno.

Importa investir em equipamentos que utilizem energias renováveis, painéis de energia solar, para aquecimento de águas e painéis fotovoltaicos para produção de energia elétrica instalados na cobertura do edifício novo construído a nascente do Mosteiro.

O projeto participa, deste modo, na criação de novos edifícios com baixo consumo energético e com reduzido impacto ambiental e podendo ser classificado e certificado enquanto edifício sustentável.

#### Subsecção 7.4. - Valorização e Reabilitação

A missão do Mosteiro de Santa Maria Maceira Dão é potenciar um equipamento cultural do ponto de vista da sua utilização pública, através do desenvolvimento de atividades que promovam o conhecimento do passado, a preservação do Património Cultural e a sensibilização pela cultura e investigação.

No Piso 2 da Ala Sul do Mosteiro, onde foram antigas Celas, agora são salas de aula. Pretende-se recuperar antigas funções do Mosteiro. No primeiro piso é exposto um espaço museológico permanente, que reflete as atividades dos monges cistercienses, Figura 155. Na Ala Nascente no Piso 1, onde era a Sala do Capitulo, continua a ser um espaço de introspeção e de reunião de carácter relevante. No Piso 2, gabinetes de trabalho para investigadores. Na Ala Norte, no Piso 1, onde eram o lagar e adega, passa a ser uma loja de venda de produtos regionais, no Piso 2 desenvolve-se a biblioteca e na antiga enfermaria é um espaço expositivo, relacionado com as práticas de cuidados de saúde dos monges e também espaço de leitura. Na Ala Poente

situa-se a portaria e refeitório, hoje, terão a mesma função, no refeitório instalou-se um mini bar, onde os visitantes do museu poderão degustar vinho, licores, enchidos, pão, queijo, azeite e compotas de fabrico próprio no Mosteiro ou então fabricados na região. A igreja mantém a função espiritual, é criado um espelho de água com acentos, onde as pessoas poderão ir ler, meditar ou descansar. A Torre Medieval no rés-do-chão situa-se a receção, no Piso 1 é um núcleo de atividade ao ar livre, onde se podem inscrever para diferentes atividades a realizar nos espaços do Mosteiro e envolvente, como trilhos pedestres, passeios de canoa, aulas de quitação, exploração da natureza, participar na colheita dos produtos agrícolas, entre outras atividades a desenvolver no Mosteiro. No Piso 2, situa-se o escritório.

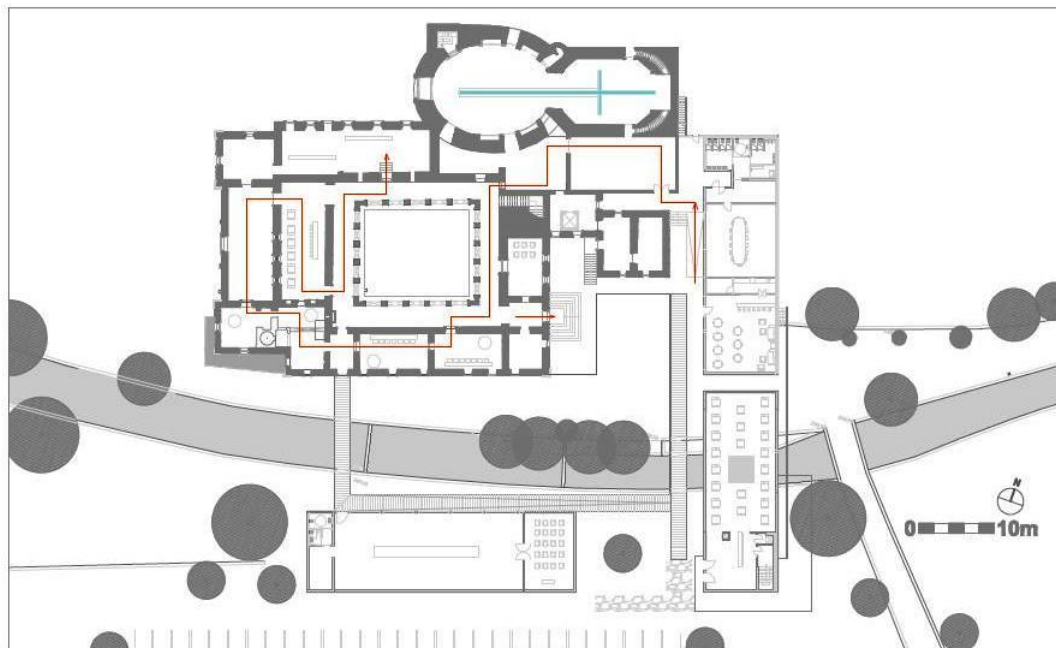


Figura 158. Planta da Proposta, Piso 1. Circuito Museológico. (Ver Anexo III)

Foram criados dois novos volumes arquitetónicos que complementam o edifício Monacal e suas funções. A Sul do Mosteiro, do outro lado da margem da Ribeira de Frades, está implantado um edifício que está à mesma cota do primeiro piso do Mosteiro, surge como um laboratório, que vai complementar os estudos e investigações realizadas nas salas de aula e gabinete de investigação. Deseja-se a parceria com escolas para o trabalho agrícola dos terrenos do Mosteiro e para investigação. O volume criado a Nascente do Mosteiro é o núcleo de apoio de todo o conjunto de edifícios. No Piso 1 desenvolve-se a sala de restaurante com 84 lugares, bar, sala de convenções, áreas técnicas, instalações sanitárias, no Piso 2 temos a hospedaria com 13 quartos. No subsolo, no Piso -1, o volume vem na finalização do edifício/laboratório e intersecta a sala de restaurante, neste corpo insere-se a cozinha, que apoio a sala de restaurante, também neste espaço se podem confeccionar os produtos de fabrico próprio do mosteiro.

A requalificação passa pela conservação e recuperação dos acessos e percursos existentes, pela reparação dos empedrados, mantendo as pedras existentes e criando acessibilidades. Os caminhos principais de aproximação e os caminhos secundários de acesso ao Mosteiro, pelas diversas frentes, assim como os caminhos pedonais, são mantidos.

São recriados jardins de flores, recriadas antigas hortas, localizadas próximo da cozinha, destinam-se a auto consumo e passam pela produção de agrião, alface, cenoura, couve, batata, espinafre, nabiça e nabo com a colaboração de utentes interessados em experimentar a atividade e canteiros de flores para embelezar e aromatizar o jardim, para utilizar na confeção de pratos tradicionais e em novos pratos a criar, em chás e em infusões, compotas. (Figura 156)

Pretende-se que Maceira Dão seja um centro produtor e irradiador de cultura.

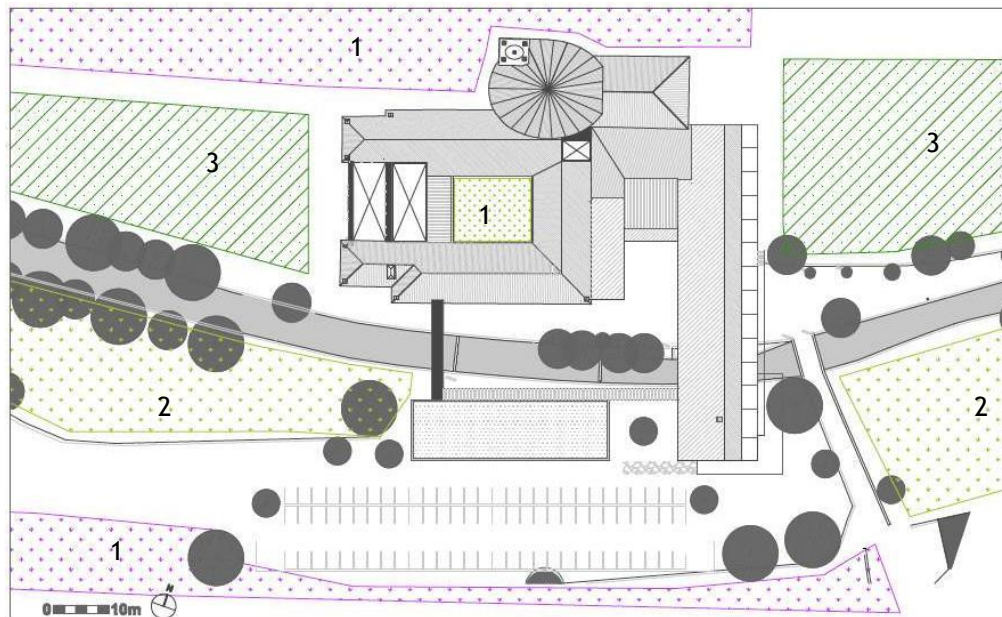


Figura 159. Implantação de Hortas e Jardins. Legenda: 1-Jardim; 2-Hortas; 3-Vinha. (Ver Anexo III)

## Subsecção 7.5. - Proposta final

Os acessos ao Mosteiro são através de dois caminhos pedonais e um caminho por via automóvel. Há um centro distribuidor, onde todos os caminhos vão dar, esse centro é o Pátio exterior, que surge do do desenho geométrico entre o Mosteiro e os dois novos corpos. Nesse centro, pode fazer-se o acesso ao interior do Mosteiro e dos novos edifícios. (Figura 157)

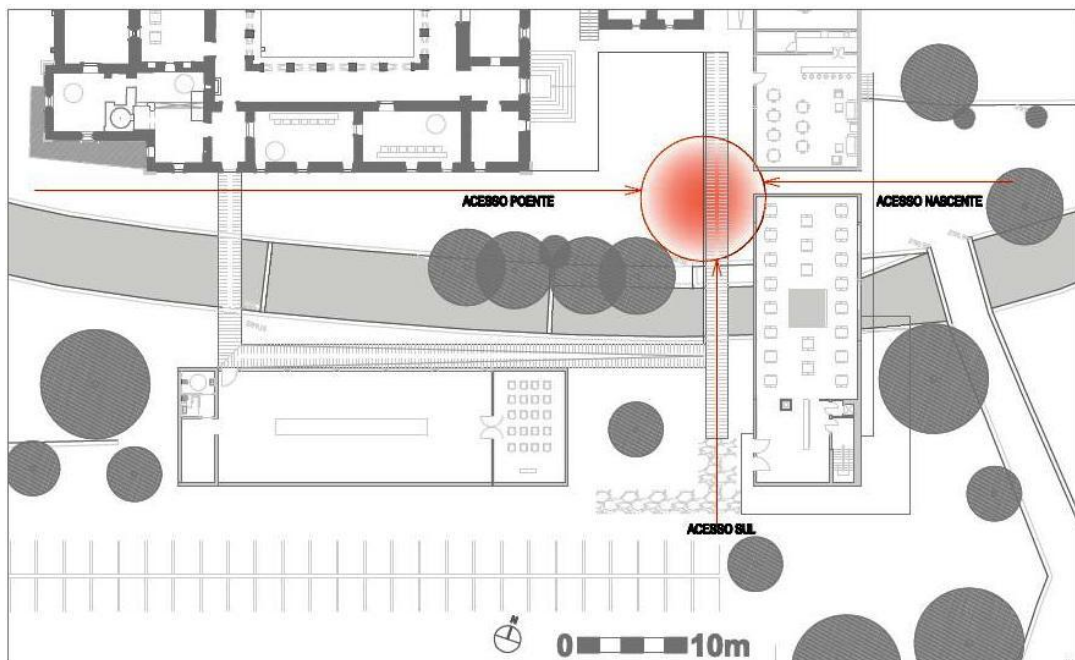


Figura 160. Planta do Piso 0. Esquema dos diferentes Acessos ao Mosteiro. (Ver Anexo III)

O acesso ao Piso -1, faz-se através do estacionamento, esse acesso é restrito só aos funcionários, entra-se num espaço implantado na cota do Rés-do-Chão, de um lado tem o acesso ao Piso -1 por escadas, de outro lado tem um elevador para cargas e descargas e o resto do espaço está reservado para armazém temporário. Ao aceder ao Piso -1, pelas escadas, temos do lado direito os balneários e vestiários do pessoal, no seguimento do corredor temos a cozinha. Ao entrar pelo elevador temos do lado direito várias arrecadações, para reservar os diferentes alimentos, no fim do corredor temos a cozinha. A cozinha é dotada de todos os equipamentos necessários à sua função e higiene. Tem um sistema de extração de fumos através de uma chaminé que intersecta o salão do restaurante e corpo da hospedaria. Este corpo liga ao Restaurante através de umas escadas. (Figura 158)

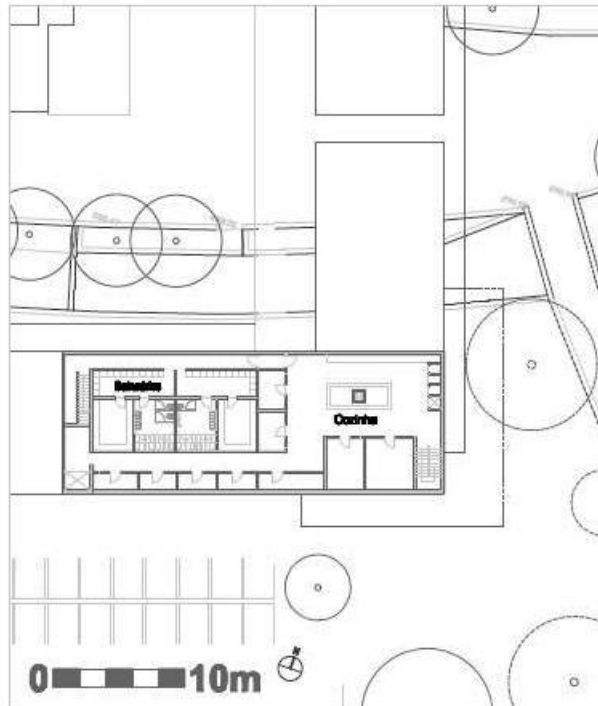


Figura 161. Planta da Proposta Piso -1. (Ver Anexo IV)

O acesso ao Piso do Rés-do-Chão (Figura 159) pode fazer-se pelo lado Poente, através do caminho existente, situado entre o Mosteiro e a Ribeira de Frades, o acesso será apenas pedonal, via automóvel só em casos de exceção. Pelo lado Nascente através da Capela de Nossa Senhora da Cabeça, também pedonal e pelo estacionamento do lado Sul.

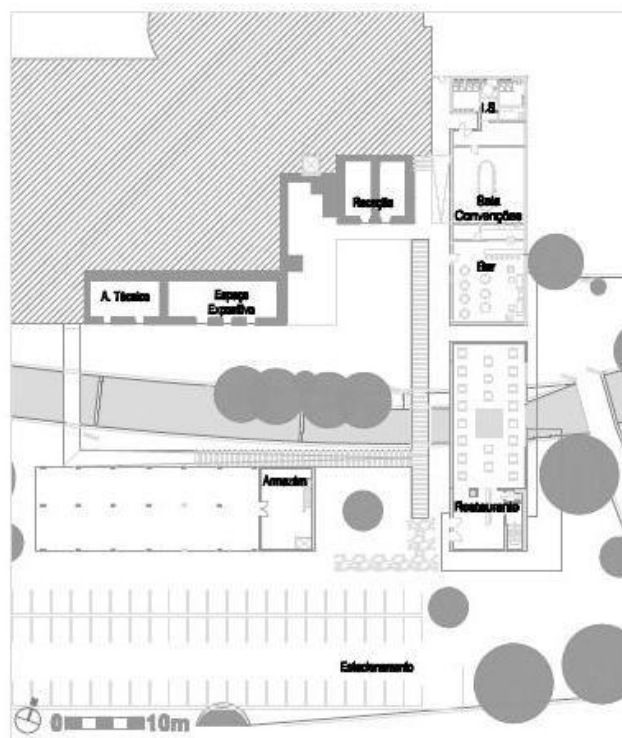


Figura 162. Planta da Proposta Piso 0. (Ver Anexo IV)

Do lado Sul temos acesso direto à zona que liga ao corpo existente no Piso -1 e ao Salão do Restaurante, o salão do restaurante está assente nas duas margens da Ribeira de Frades, no interior, a partir de uma área no pavimento que está envidraçado pode se ver a água da Ribeira no seguimento do seu leito. O restaurante tem capacidade para 84 lugares, sendo de duplo pé direito. Para aceder aos outros espaços, atravessa-se uma ponte sob o Ribeiro e do lado direito temos o Bar e serviços de apoio ao Mosteiro. Em frente temos a receção e acesso ao interior do Mosteiro e acesso à Hospedaria. Do lado esquerdo temos o Mosteiro. Ao aceder ao interior do Mosteiro no Piso 1, temos o percurso museológico que finaliza com a degustação de produtos regionais e confeccionados no Mosteiro e por fim uma Loja de venda ao público desses mesmos produtos.

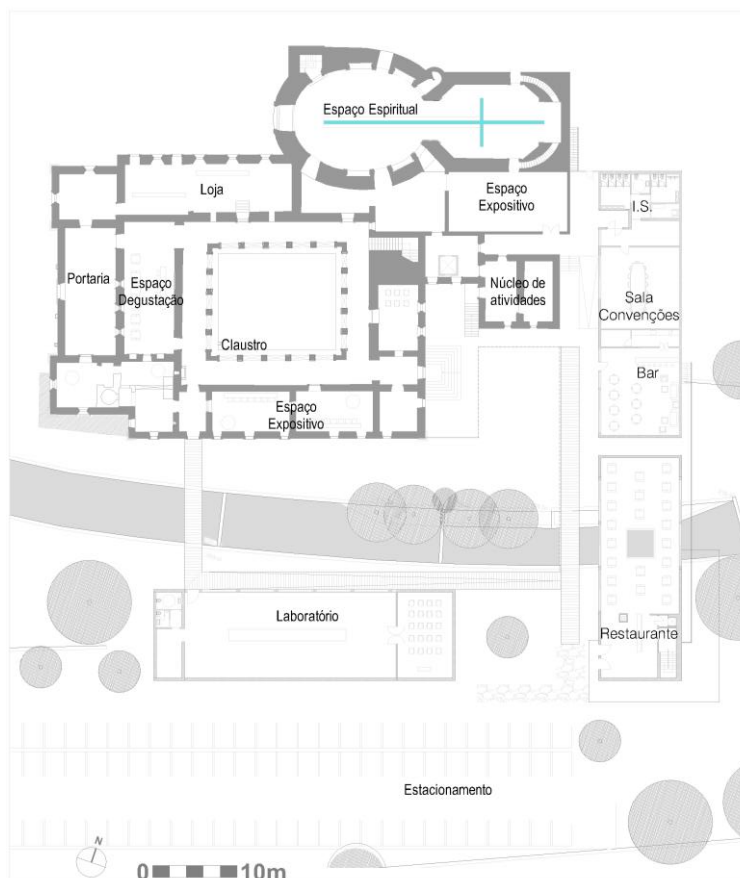


Figura 163. Planta da Proposta Piso 1. (Ver Anexo IV)

Nesse Piso ainda podemos aceder ao Laboratório que fica na mesma cota, o corpo do laboratório tem acesso a partir do interior do Mosteiro, através de uma ponte pedonal e também do exterior, através de passadiços inclinados que ligam o corpo do laboratório ao Rés-do-Chão ao átrio do Restaurante. (Figura 160) O Piso 1 do Mosteiro tem um percurso museológico com visita guiada, mas esse espaço e acessos também pode ser usado livremente pelo utente do Mosteiro.

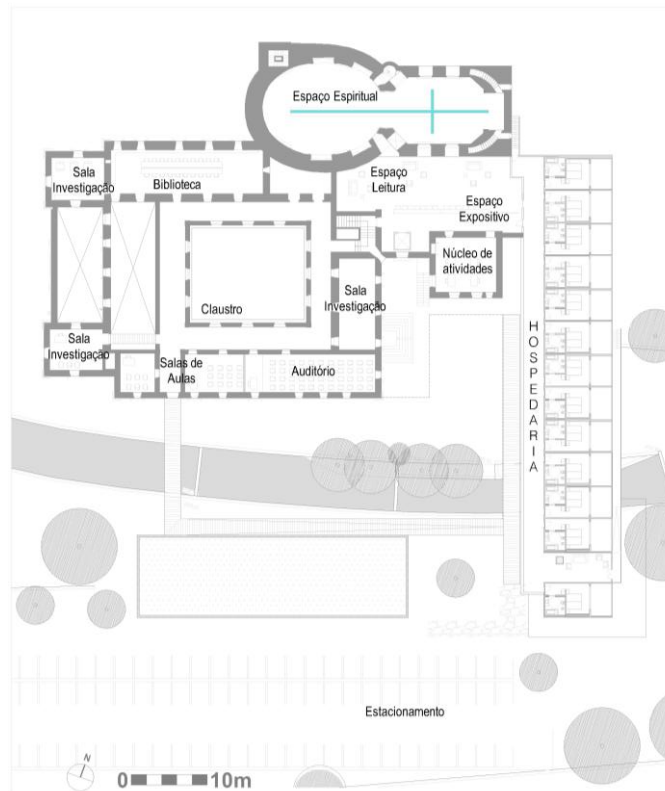


Figura 164. Planta da Proposta, Piso 2. (Ver Anexo IV)

Para aceder ao Piso 2, utilizasse as escadas existentes, devidamente recuperadas ou o elevador. Chegados ao Piso 2 podemos ir para as salas de aulas, salas de investigação ou biblioteca que ficam sob o Piso 1 do Mosteiro, ou então para a zona da Hospedaria. Entre estes dois espaços, onde antes era a enfermaria, é uma zona de exposição e sala de leitura. Na hospedaria temos 13 quartos todos dotados de instalação sanitária e roupeiro. Todos os quartos têm uma varanda que tem as vistas voltadas para o monte de Nossa Senhora da Cabeça. Neste corpo existem duas escadas, uma do lado Norte, encostada à Igreja e outra encostada à fachada Nascente da Hospedaria, que dão acesso direto ao exterior. (Figura 161) A fachada Poente do Corpo da Hospedaria, apresenta-se inclinada, faz um alongamento da inclinação da cobertura, esta configuração assegura que a ponte sob a Ribeira e os acessos que resultem dessa distribuição sejam cobertos, de forma a não ser intrusiva com o formato do Mosteiro. (Figura 162)



Figura 165. Imagem da Cobertura da Circulação de acesso aos espaços do Mosteiro.





## Recomendações e conclusões

Com a intervenção proposta para o Mosteiro de Santa Maria Maceira Dão espera-se preservar a memória de todos aqueles que desfrutaram da sua proteção e dos seus encantos.

Apreciando globalmente o estudo, conclui-se que este cumpriu o principal objetivo proposto que foi o de responder à questão “Santa Maria de Maceira Dão, poderá este mosteiro Cisterciense em ruína, isolado, atualmente pouco valorizado e esquecido, tornar-se novamente num local de reflexão, introspeção para os dias de hoje?”.

Deste os primórdios que a reabilitação é uma preocupação do Homem, porque permite adaptar a pré-existência a novas necessidades culturais. Permite criar novas condições técnicas aos edifícios de modo a torna-los sustentáveis, fica mais económico do que demolir o existente e construir de novo e tem menos impacto ambiental.

Percebeu-se também a importância de utilizar a reabilitação para transformar o edificado, com elevadas carências no âmbito da sustentabilidade, em edifícios equipados com os meios adequados para se tornarem edifícios sustentáveis, económicos e ecológicos.

A reabilitação que aqui se abordou foi entendida como o conjunto de operações destinado a aumentar os níveis de qualidade do edifício e de incluir a este conjunto novas funções. Não importa criar felicidade apenas para o imediato, importa criar felicidade sustentada a curto, a médio e a longo prazo, de modo a que as nossas intervenções no presente honrem o passado e viabilizem o futuro

Os casos de estudo abordado foram uteis para demonstrar que é possível reabilitar um edifício, adaptando-o a novas funções ou, recuperando funções anteriores às que se verificavam na altura da intervenção, como é o caso do Mosteiro de Nossa Senhora de Novy Dvur.

Reconstruíram-se os pisos e criados espaços com conforto e higiene, mantendo no entanto a localização e o espírito do passado, preservando a genuinidade do Mosteiro de Santa Maria Maceira Dão, tornando-o apto à vivência pública.

Ficou patente que este espaço antes de ser reabilitado, foi um Mosteiro que acolheu os seus monges e as suas atividades ficaram registadas nestas terras e anteriormente terá sido simplesmente Natureza. Existiu a preocupação de na reabilitação proposta, preservar a pré-existência, conservando todos os elementos perceptíveis deixados pelos monges.

A proposta contempla a redução do consumo de energia através da construção de edifícios energeticamente eficientes, passando pela aplicação de equipamentos de recolha e transformação de energia solar em energia elétrica e térmica, pela aplicação de equipamento de poupança de energia, como interruptores acionados pela presença das pessoas e iluminação de baixo consumo, pela aplicação de isolamentos térmicos em pavimentos, paredes e tetos. Poupa-se água, através de mecanismos de descarga controlada em sanitários, de torneiras com temporizador, urinóis com baixo fluxo de descarga de água. As águas pluviais são recolhidas e armazenadas num depósito para serem utilizadas na rega, em descargas de equipamentos sanitários e na climatização dos edifícios.

Nos novos edifícios propostos, localizados a Sul e a Nascente do Mosteiro, todas as preocupações são consideradas com vista a tornar-se num conjunto sustentável.

A quinta do Mosteiro e o conjunto edificado recriam o espaço histórico de cultura, nas suas valências de alojamento, lazer, e agrícola, acrescidas das pedagógicas na passagem de ensinamentos relacionados com a prática de cultivo, recolha e execução de pratos de cozinha regional, produtos regionais, contribuindo para o desenvolvimento da população local, estudantes universitários, residentes e provenientes do turismo temático, cultural e desportivo, do ponto de vista social e económico. Tornando-se deste modo uma mais-valia e participação no desenvolvimento sustentável do local e da região.

## ANEXOS



I - Tabelas sintetizadoras da principal informação sobre os Mosteiros Cistercienses

MOSTEIRO	Ano Construção	Filiação Cister	Ano	Mas.	Fem.
Santa Maria de Fiães	XIII - XVII	Tarouca	1173/1194		
Santa Maria do Ermelo	XIII - XVII		XII/XIII		
Santa Maria das Júnias	XII - XVII		1247		
Santa Maria do Bouro	XI - XVII	Alcobaça	1182/1195		
São Salvador das Bouças			1249		
São Pedro das Águias (Velho)	XII - XIII		1170		
São Pedro das Águias (Novo)	XII - XXI		1145		
Santa Maria de Salzedas	XII - XIX	Claraval	1196		
Abadia Velha	1150				
São João de Tarouca	XII - XVII		1143		
N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . Assunção de Tabosa	XVII		1690		
Santa Maria de Aguiar	XII - XVIII		1169		
Santa Maria de Maceira Dão	XII - XVIII		1188		
São Cristóvão de Lafões			1161		
São Pedro e São Paulo de Arouca	X - XVIII		1226		
São Mamede de Lorvão	XII - XX		1211		
São Paulo de Almaziva	XI - XVII		1221		
Santa Maria de Celas	XII - XIX		1210		
Colégio do Espírito Santo			1545		
Santa Maria de Seiça	XII - XVIII		1162		
Santa Maria de Cós	XVI - XVIII		1530		
Santa Maria de Alcobaça	XII - XX		1153		
Convento de Cristo	XII - XVII		1356		
Santa Maria de Almoester	XII - XX		1289		
São Bernardo de Portalegre	XVI - XVIII		1518		
Convento de São Bento de Avis	XV - XVIII		1223		
São Dinis de Odivelas	XIV - XVIII		1295		
Nossa Senhora do Desterro	XVI - XVIII		1591		
N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . da Nazaré do Mocambo	XVII - XVIII		1653		
São Bento de Xabregas	XV - XVII		1492		
São Bento de Cástris	XII - XIX		1275		
N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . da Nazaré de Setúbal	XVII		1756		
São Bernardo de Tavira	XVI - XX		1530		

**Portugueses.**

<b>MOSTEIRO</b>	<b>Distrito</b>	<b>Concelho</b>	<b>Freguesia</b>
Santa Maria de Fiães	Viana do Castelo	Melgaço	Fiães
Santa Maria do Ermelo	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez	Ermelo
Santa Maria das Júnias	Vila Real	Montalegre	Pitões das Júnias
Santa Maria do Bouro	Braga	Amares	Bouro
São Salvador das Bouças	Porto	Matosinhos	Matosinhos
São Pedro das Águias (Velho)	Viseu	Tabuaço	Granjinha
São Pedro das Águias (Novo)	Viseu	Tabuaço	Távora
Santa Maria de Salzedas	Viseu	Tarouca	Salzedas
Abadia Velha	Viseu	Tarouca	Ucanha
São João de Tarouca	Viseu	Tarouca	S. João de Tarouca
N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . Assunção de Tabosa	Viseu	Sernancelhe	Carregal
Santa Maria de Aguiar	Guarda	Figueira de C. Rodrigo	Castelo Rodrigo
Santa Maria de Maceira Dão	Viseu	Mangualde	Fornos Maceira Dão
São Cristóvão de Lafões	Viseu	S. Pedro do Sul	S. Cristóvão Lafões
São Pedro e São Paulo de Arouca	Aveiro	Arouca	Arouca
São Mamede de Lorvão	Coimbra	Penacova	Lorvão
São Paulo de Almaziva	Coimbra	Coimbra	São Paulo de Frades
Santa Maria de Celas	Coimbra	Coimbra	S. António dos Olivais
Colégio do Espírito Santo	Coimbra	Coimbra	Santa Cruz
Santa Maria de Seiça	Coimbra	Figueira da Foz	Paião
Santa Maria de Cós	Leiria	Alcobaça	Cós
Santa Maria de Alcobaça	Leiria	Alcobaça	Alcobaça
Convento de Cristo	Lisboa	Tomar	São João Baptista
Santa Maria de Almoester	Santarém	Santarém	Almoester
São Bernardo de Portalegre	Portalegre	Portalegre	São Lourenço
Convento de São Bento de Avis	Portalegre	Avis	Avis
São Dinis de Odivelas	Lisboa	Odivelas	Odivelas
Nossa Senhora do Desterro	Lisboa	Lisboa	Santa Justa
N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . da Nazaré do Mocambo	Lisboa	Lisboa	Santos o Velho

Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão

São Bento de Xabregas	Lisboa	Lisboa	Beato
São Bento de Cástris	Évora	Évora	Malagueira
N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . da Nazaré de Setúbal	Setúbal	Setúbal	S. Sebastião
São Bernardo de Tavira	Faro	Tavira	Santiago

MOSTEIRO	Privado	Estado	Câmara Municipal	Paróquia	Classificação <sup>103</sup>
Santa Maria de Fiães				Igreja	M. N.
Santa Maria do Ermelo				Igreja	M. N.
Santa Maria das Júnias					M. N.
Santa Maria do Bouro					M.I.P
São Salvador das Bouças					N.C.
São Pedro das Águias (Velho)					M.I.P
São Pedro das Águias (Novo)					M.I.P
Santa Maria de Salzedas					M. N.
Abadia Velha					M.I.P
São João de Tarouca					M. N.
N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . Assunção de Tabosa					MIP
Santa Maria de Aguiar					M. N.
Santa Maria de Maceira Dão					M. N.
São Cristóvão de Lafões					M.I.P
São Pedro e São Paulo de Arouca					M. N.
São Mamede de Lorvão					M. N.
São Paulo de Almaziva					M.I.P
Santa Maria de Celas					M. N.
Colégio do Espírito Santo					M.I.P
Santa Maria de Seiça					M.I.P
Santa Maria de Cós					M.I.P
Santa Maria de Alcobaça					M. N.
Convento de Cristo					M. N.
Santa Maria de Almoester					M. N.
São Bernardo de Portalegre					M. N.
Convento de São Bento de Avis					M.I.P
São Dinis de Odivelas					M. N.

<sup>103</sup> M.N. – Monumento Nacional; M.I.P. – Monumento de Interesse Publico; N.C. – Não Classificado.

Nossa Senhora do Desterro					N.C.
N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . da Nazaré do Mocambo					M.I.P
São Bento de Xabregas					M.I.P
São Bento de Cástris					M. N.
N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . da Nazaré de Setúbal					N.C.
São Bernardo de Tavira					N.C.



## II - Informação detalhada dos Mosteiros Cistercienses Portugueses<sup>104</sup>

### **Mosteiro de Santa Maria de Fiães (fig. 10)**

O mosteiro localiza-se no lugar do Convento em Fiães, no concelho de Melgaço e distrito de Viana do Castelo. Mosteiro masculino construído entre os séculos XIII e XVII. Filiado em Tarouca (1173/1194). A primeira edificação ali existente terá sido levantada por volta do século XI e em 1173 D. Afonso Henriques doou-lhe bens reguengos que possuía desde Melgaço ao termo de Chaviães. Cerca do ano de 1530 são mandados restaurar, pelo abade João de Cós, os edifícios da igreja, casa do capítulo e residencial abacial. No século XVII é mandado restaurar o frontispício. No século XVIII é edificada a torre sineira. Em 1834 o Mosteiro é extinto e vendido em hasta pública.

No conjunto arquitectónico imperam o estilo românico e barroco. Do Mosteiro pouco resta a não ser a Igreja que é constituída por três naves. Possui um frontispício terminado em empena com cruz sobre plinto. Encontra-se dividido em três corpos por contrafortes, possuindo os laterais janelas estreitas e no central um pórtico de arco quebrado, de quatro arquivoltas assente sobre pés-direitos e imposta corrida. É encimado por moldura com imagens de N.ª. Sr.ª. da Assunção, S. Bernardo e S. Bento. As fachadas laterais possuem cornijas sobre cachorros. A torre sineira adossada situa-se do lado Norte, é de secção quadrada e coroada por pináculos. A capela-mor é contrafortada, com janelas e cornija.

Actualmente o edifício é propriedade do estado a Igreja afecta à Paróquia. Está classificado como monumento nacional (Dec. De 16.6.1910, e Dec. N.º. 129/77, de 29 de Setembro).

### **Mosteiro de Santa Maria do Ermelo (fig. 11)**

O mosteiro localiza-se no Lugar da Igreja em Ermelo, no concelho de Arcos de Valdevez, Distrito de Viana do Castelo. Mosteiro feminino construído entre os séculos XIII e XVIII. Inicialmente beneditino depois filiado em Tarouca (séc. XII/XIII). D. Afonso Henriques coutou S. Pedro do Vale em favor do Mosteiro. Em 1221 D. Afonso II doa-lhe, por testamento, 100 morabitinos e e, 1271 também D. Afonso III faz doação de 500 libras. Em 1560 o Cardeal D. Henrique suprime o Mosteiro e a Igreja passa a paroquial.

A nível arquitectónico o românico foi o estilo dominante. Igreja com uma nave, embora originalmente fossem projectadas três. Possui frontispício terminado em empena com cruz sobre peanha e enquadrado por pináculo sobre soco. Rasga-o portal de arco pleno sobre pé-direito, com tímpano vazado por uma cruz. O campanário, encimado por pináculos e frontão triangular, situa-se na fachada Norte em paralelo com a nave, havendo uma escada de acesso a ambas. A capela-mor possui fresta enquadrada por colunas, com capitéis de folhagem encimados por impostas com laçaria. A cobertura da nave assenta sobre cornija com cachorros lisos ou decorados num nível mais abaixo à empena, cortando desta forma parte da rosácea.

Actualmente é propriedade do estado, estando a igreja afecta à Paróquia. Está classificado como Monumento nacional (Dec. N.º.129/77, de 29 de Setembro).

### **Mosteiro de Santa Maria das Júnias (fig. 12)**

O mosteiro localiza-se em Pitões das Júnias no concelho de Montalegre no distrito de Vila Real. Um mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XVII. Inicialmente eremitério, depois mosteiro

---

<sup>104</sup> Informação copiada do livro de MARTINS, Ana Maria Tavares F.: Uma Perspetiva da Ordem de Cister: o Legado Português; Tipografia Beira Alta; Viseu, 2007

benedictino, passou em 1247, por Breve, do papa Inocêncio IV, a cisterciense. Está inserido em Pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês, junto à margem direita da Ribeira de Campesinho.

Foi restaurado entre os séculos XVII e XVIII. Extinto em 1834.

O estilo românico foi o estilo dominante. Planta composta formando um trapézio, tendo a igreja implantada a Norte e as restantes construções a Sul. Igreja de nave longitudinal românica, com a capela-mor gótica. A fachada principal tem portal em arco perfeito de duas arquivoltas sobre impostas, decoradas com motivos cordiformes que se prolongam em friso em toda a fachada.

É propriedade da paróquia. Classificado Monumento nacional (Dec. Nº. 37728, de 5 de Janeiro de 1950).

#### **Mosteiro de Santa Maria do Bouro (fig. 13)**

Localiza-se no Bouro, concelho de Amares e distrito de Braga. Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XI e XVII, recebendo obras de adaptação no século XX. Inicialmente começou como ermitério passando depois a mosteiro beneditino, acabando filiado em Alcobaça (1182/1195). Em 1148 D. Afonso Henriques fez doação do couto ao Mosteiro. Sofreu grandes obras de restauro em finais do século XVII. Foi extinto em 1834. Em 1853 o órgão foi para a Igreja do Bom Jesus de Braga. Em 1986 parte do edifício monacal foi adquirido pela Câmara Municipal e doado ao então IPPC. Em 1989 os arquitetos Eduardo Souto Moura e Humberto Vieira elaboraram um projeto de adaptação do que restava do mosteiro a Pousada.

Os estilos dominantes vão do maneirismo ao contemporâneo. A planta é composta por igreja de nave única e transepto inscrito, sendo a capela-mor retangular com claustro desenvolvido a Sul. A fachada principal da igreja já é harmónica, com pilastras nos cunhais das torres, encimadas por pináculos e com coberturas tronco-piramidais. O corpo central é rasgado por três arcos plenos, com o central sensivelmente mais alto, sobrepujados por nichos de frontão triangular com imagens, ladeado por volutas e janelas em quarto de lua lateralmente e quadrada ao centro. Remate em frontão ondulado, com as armas da Ordem, no tímpano.

Propriedade do estado estando afecta às Pousadas de Portugal. Classificado Imóvel de Interesse Público (Dec. Nº. 43007, de 6 de Dezembro de 1958).

#### **Mosteiro de São Salvador das Bouças (fig. 14)**

Localiza-se em Bouças de Cima, no concelho de Matosinhos, distrito do Porto.

Mosteiro feminino filiado na Ordem de Cister em 1249 por vontade da Princesa D. Mafalda, em pedido feito ao papa Inocêncio IV, antes de ir viver para o Mosteiro de Arouca. Com a morte de D. Mafalda em 1256 a propriedade do Mosteiro reverteu para a Coroa. Em 1306 D. Dinis faz a doação do Mosteiro ao Bispo do Porto, D. Giraldo Domingues. Com a morte do prelado herdou o Mosteiro o Morgado de Medelo que mais tarde o deixou aos seus parentes, os Condes de Marialva. Com a extinção desta família, voltou o Mosteiro para a Coroa. Em 1542, D. João III, por bula do papa Paulo III, entregou o mosteiro de Bouças à Universidade de Coimbra.

Vestígios do estilo maneirista. Propriedade privada. Não está classificado.

#### **Mosteiro de São Pedro das Águias (velho) (fig. 15)**

Localiza-se na freguesia da Granjinha, concelho de Tabuaço e distrito de Viseu. Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XII e XIII. Inicialmente ermitério ligado aos beneditinos, passou à Ordem de Cister por volta de 1170.

Tem ligada a si a Lenda de D. Tedon, e D. Rausendo, cavaleiros cristãos e da Princesa moura Ardínia.

O estilo dominante é o românico. Construção em silhares de granito e dois portais. Possui uma cornija sustentada por cachorros, sendo os portais, axial e lateral, em arco de volta inteira, com arquivoltas assentes em colunelos capitelizados e tímpanos decorados. Distinguem-se pela profusa ornamentação figurativa e simbólica com base em motivos geométricos, fitomórficos, zoomórficos e antropomórficos a que se junta um *Agnus Dei*. A capela-mor compõe-se de friso, minúscula fenestração cachorrada e cornija.

Propriedade da Paróquia, classificado Imóvel de Interesse Público (Dec. Nº. 39175, de 17 de Abril de 1955/ ZEP - DGº.132, de 4 de Junho de 1954).

### **Mosteiro de São Pedro das Águias (Novo) (fig. 16)**

Localizado na freguesia de Távora, no concelho de Tabuaço, distrito de Viseu. Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XII e XXI. Em 1145 filiou-se na Ordem de Cister. Foi reconstruído no século XVI. Em meados do século XVIII foi encerrado por ordem do Marquês de Pombal, por ser ali o panteão dos Távoras. Foi reaberto no reinado de D. Maria I. em 1834 foi o Mosteiro extinto e vendido em haste pública. Em 1997 transformou-se numa sociedade agrícola passando a ser produtor do “vinho do Porto”.

Os estilos dominantes vão do maneirismo ao contemporâneo. Possui igreja de nave única, com capela-mor e sacristia. O claustro é maneirista e situa-se junto ao dormitório, refeitório e sala do capítulo.

A casa de habitação é típica da arquitectura erudita do século XVIII. Disposição horizontalista dos volumes em dois pisos, sendo o superior mais nobre. Fenestrações com decoração elaborada e brasões heráldicos.

Propriedade privada, classificado Imóvel de Interesse Público (despacho de Junho de 1978).

### **Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (fig. 17)**

O mosteiro localiza-se na Praça António Pereira de Sousa, na freguesia de Salzedas, concelho de Tarouca no distrito de Viseu.

Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XIX. Inicialmente beneditino depois filiado em Cister, em 1196. Em 1163, D. Afonso Henriques dou-a o Couto de Algeriz (Salzedas) a D. Teresa Afonso, viúva de Egas Moniz e esta por sua vez faz doação do mesmo aos monges da Regra de S. Bento que passaram depois para a Ordem de Cister. No século XVI D. João III encerra o Mosteiro sendo restaurado em 1564. No século XVIII continuam a verificarem-se remodelações na estrutura do Mosteiro, com incidência na fachada principal sendo construída no século XIX a torre sineira. Em 1834 o Mosteiro é extinto.

Os estilos dominantes são o gótico e o barroco. A Igreja, de planta longitudinal, possui três naves escalonadas, com transepto e capela-mor, de volumes articulados com a sacristia e dois claustros adossados ao lado sul. O alçado principal exterior possui três corpos separados por pilastras. O corpo principal é ligeiramente recuado, com pórticos de arco abatido encimados sendo os corpos laterais possuidores de frontões semi-circulares, tendo o central espaldar e cornija encurvados.

É propriedade mista, da paróquia e particular. Monumento classificado Nacional (Dec. Nº. 67/97, de 31 de Dezembro de 1997).

### **Abadia Velha (fig. 18)**

Localiza-se na quinta da Abadia Velha, na freguesia da Ucanha, concelho de Tarouca e distrito de Viseu.

Mosteiro masculino cuja construção terá ocorrido cerca de 1150. Foi a primitiva construção do Mosteiro de Salzedas, de que apenas restam as fundações.

Estilo dominante nas ruínas é o românico. Podem observar-se as fundações do mosteiro vendo-se os vestígios da igreja, com três naves, transepto saliente e cabeceira com absidiolos. A cabeceira é composta por três capelas escalonadas, sendo a abside constituída por um remate de planta semi-hexagonal e os absidiolos de remate interno semi-octogonal. Podem ainda ver-se pilares com bases decoradas e arranques de meias colunas também ornamentadas.

Propriedade privada. Está classificado como Imóvel de Interesse Público (Dec. n.º 516/71, de 22 de Novembro de 1971).

#### **Mosteiro de S. João de Tarouca (fig. 19)**

Localiza-se em S. João de Tarouca, no concelho de Tarouca, distrito de Viseu. Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XVII. Inicialmente ligado à Ordem Beneditina filiou-se em 1143 em Claraval. Teria sido primeiramente um ermitério, onde em 1122, depois da vitória sobre os mouros, em Trancoso, D. Afonso Henriques lançou a primeira pedra da igreja e em 1140 passou Carta de Couto ao Mosteiro. A construção da torre sineira ocorreu no século XVI e no século XVII foi reformulada e ampliada a capela-mor para receber um retábulo de toalha dourada. Datam de 1718 os azulejos incrustados na capela-mor e de 1766 a encomenda do órgão. Em 1834 o Mosteiro foi extinto.

O estilo dominante é o gótico. A igreja de planta cruciforme, possui três naves, sendo a central mais elevada. O templo medieval possuía cabeceira ad quadratum, com capelas quadrangulares escalonadas, transepto pouco saliente e três naves abobadadas. A fachada principal é dividida por duas pilastras salientes e rematada por outras iguais coroadas por pináculos assentes em capitéis. No pano central encontra-se um portal de verga recta encimado por um nicho com imagem e um escudo, ladeados por duas janelas. No alto da fachada principal existe uma rosácea, a empena é triangular rematada por uma cruz pétrea. A entrada para o adro é feita por um portal renascentista.

É propriedade privada sendo a igreja pertencente à paróquia.

É classificado como Monumento nacional (Dec. n.º.40684, de 13 de Julho de 1956/Dec. n.º.95/78, de 12 de Setembro de 1978 / Desp. N.º.81/98, de 2 de Janeiro de 1998 / Port. n.º. 189/99, de 8 de Março de 1999 / Desp. N.º. 8285/99, de 24 de Abril de 1999).

#### **Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (fig. 20)**

Localiza-se em Tabosa, na freguesia do Carregal, no concelho de Sernancelhe, distrito de Viseu. Mosteiro feminino cuja construção remonta aos finais do século XVII. Fundado na Ordem de Cister em 1690, por escritura outorgada entre Maria Pereira (a instituidora) e a Congregação de Alcobça. As primeiras monjas, provenientes do Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, chegaram em 1692. Em 1834 foi o Mosteiro extinto e vendido em haste pública com excepção da igreja que passou a pertencer à paróquia.

O estilo dominante é o barroco. A fachada principal do Mosteiro é composta por três registos, sendo o primeiro um pórtico de arco de volta perfeita enquadrado por pilastras e arquitrave, sobrepujada por nicho e volutas. Fenestranças rectangulares ladeiam o pórtico. Há também um terraço ao qual se acede por uma escadaria. O segundo registo surge com um muro cego da sacristia, com três fenestranças rectangulares gradeadas, assimetricamente colocadas, uma delas sobre o pórtico e sobre esta um nicho sobrepujado por heráldica, frontão, pináculos, mirante com duas fenestranças rectangulares. O terceiro

registo possui um mirante com quatro janelões quadrangulares gradeados e ainda dois virados a Norte, assim como também apresenta pináculos.

É propriedade privada sendo a igreja pertencente à paróquia.

É classificado Imóvel de Interesse Público (Dec. n.º 516/71, de 22 de Novembro de 1971).

### **Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (fig.21)**

Localiza-se em Figueira de Castelo de Rodrigo, na freguesia de Castelo de Rodrigo, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, no distrito da Guarda.

Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XVIII. Inicialmente beneditino português foi mais tarde anexado pelo Reino de Leão, sendo filial da Abadia leonesa de Moreruela. Voltou à soberania portuguesa e filiou-se na Ordem de Cister em 1169. Em 1810 sofreu devastação das Invasões Francesas. Em 1834 o Mosteiro foi extinto e vendido em haste Pública. Parte dos antigos edifícios monásticos está hoje reconvertida em Hospedaria.

Os estilos dominantes são o românico e o gótico. A igreja possui planta longitudinal, em cruz latina, com três naves e escalonadas, transepto saliente e cabeceira tripartida escalonada constituída por abside rectangular e dois absidiolos de planta rectangular. A fachada principal possui três panos divididos por contrafortes, tendo no corpo central uma porta em arco pleno encimada por uma fresta em arco quebrado e remate em empena com cornija. O corpo do transepto possui porta em arco quebrado e janelão com igual perfil, que é rasgado por óculo quadrilobado ma bandeira. O corpo das naves possui um portal em arco quebrado com cinco arquivoltas de impostas salientes, ladeado por colunelos de fuste circular e capitel decorado com motivos vegetalistas estilizados.

É propriedade do estado e privado.

Classificado Monumento Nacional (Dec. n.º 21996, de 17 de Dezembro de 1932).

### **Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (fig.22)**

Localiza-se em Maceira Dão, na freguesia de Fornos de Maceira Dão, no concelho de Mangualde, distrito de Viseu.

Mosteiro masculino construído entre os séculos XII e XVIII. Filiado na Ordem de Cister em 1188. Tudo começou com a edificação em 1161, de um ermitério, em Moimenta do Dão, fundado por D. Sueiro Teodoniz, em terras doadas por D. Afonso Henriques. Posteriormente, em 1168, é fundado um mosteiro beneditino em Maceira Dão, num vale entre os maciços de Santo António dos Cabaços e de Fagilde, junto ao regato das Freiras, nos limites de Casal Garcia, que viria abraçar a reforma cisterciense. Em 1613 o Mosteiro sofre grande reestruturação sendo praticamente reedificado. Em 1834 o mosteiro é extinto e vendido em haste pública.

O conjunto é composto por três registos: o mosteiro, a igreja e a torre, formando uma planta rectangular irregular, com claustro ao centro da igreja adossada ao lado esquerdo. A fachada principal da igreja, de perfil tronco-cilindrico, possui portal de frontão curvo armoriado, encimado por janelão rectangular, que por sua vez é ladeado por dois nichos encimados por frontão triangular curvo. Encontravam-se aí as imagens de S. Bento e S. Bernardo, actualmente na capela de S. Domingues de Tibalde. O nicho central albergava a imagem de Nossa Senhora da Assunção.

Propriedade privada. Classificado Monumento Nacional (Dec. n.º 5/2002, de 19 de Fevereiro de 2002).

### **Mosteiro de São Cristóvão de Lafões (fig.23)**

Situado em S. Cristóvão de Lafões, no concelho de São Pedro do Sul no distrito de Viseu.

Mosteiro masculino filiado na ordem de Cister em 1161. Inicialmente ligado à regra Beneditina, em 1137 D. Afonso Henriques doou ao Mosteiro o Couto de Valadares. Em 1704 houve lugar à terceira reconstrução da igreja, após incêndio. Em 1834 foi o Mosteiro extinto e vendido em haste pública. Nos anos 80, do século XX a família Osswald adquiriu a parte monacal e requalificou-a para turismo rural.

Os estilos dominantes são o maneirista e o barroco. A frontaria da igreja assenta em plano inferior ao do terreiro e da parte monacal. O alçado principal está inacabado já que os dois corpos laterais da fachada se prolongam em altura, formando torres sineiras. Igreja barroca cuja planimetria exterior não coincide com a do interior, no que respeita à nave. O Mosteiro possui planta quadrangular, com claustro assente em arcaria de cinco arcos de volta inteira apoiadas em pilastras toscanas. Construção de dois pisos, sendo fenestrado tanto para o exterior como para o interior, nas quatro empenas que formam o conjunto.

Para o abastecimento de água havia um aqueduto, formado por um longo caleiro, actualmente bastante destruído.

Propriedade mista, paróquia e privado. Não está classificado.

#### **Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca (fig.24)**

Localiza-se no Largo de Santa Mafalda, na freguesia e concelho de Arouca no Distrito de Aveiro.

Mosteiro feminino construído entre os séculos X e XVIII. Entre 1085 e 1095 adoptou a Regra de São Bento. Em 1132 D. Afonso Henriques passou-lhe carta de Couto. Em 1220 D. Mafalda, filha de D. Sancho I, professa no Mosteiro. Em 1226 o Mosteiro filia-se na Ordem de Cister. A 3 de Junho de 1886 morre a última freira e o mosteiro é extinto, sendo os seus bens incorporados na Fazenda Pública. Em 1890 é criada a Irmandade de Santa Mafalda, para salvaguardar o espólio do Mosteiro, onde actualmente possui um Museu de Arte Sacra e o Centro de Estudos “D. Domingos Pinho Brandão”. Em 1990 o Mosteiro foi cedido à Câmara Municipal.

Os estilos dominantes são o classicista e o barroco. O conjunto desenvolve-se em torno do claustro e de dois pátios longitudinais em volta dos quais se organizavam as antigas celas monásticas. A Norte fica a igreja, a Sul os celeiros, a Oeste dois torreões-miradouros. A fachada da igreja é dividida em panos por sistema de pilastras, possuindo rasgos verticalmente duplos de vãos.

Propriedade do estado, estando a igreja e outras dependências afectas à Paróquia, Ministério da Agricultura e da Cultura e à Irmandade de Santa Mafalda.

Classificado Monumento Nacional (Dec. de 16 de Junho de 1910 / ZEP-DG 2ª. Série nº. 164, de 15 de Julho de 1960).

#### **Mosteiro de São Mamede de Lorvão (fig. 25)**

Situa-se em Lorvão no concelho de Penacova, distrito de Coimbra.

Mosteiro feminino construído entre os séculos XII e XX. Filiado na Ordem de Cister em 1211. É remota a notícia da edificação de um espaço monacal nestas paragens, desde a lenda que o dá existente no século VI, passando pela provável fundação em 878 na sequência da primeira reconquista de Coimbra, sendo então masculino e dedicado a São Mamede e S. Pelágio, até ao século X onde a sua importância é já acentuada. No século XI ingressa na Ordem de S. Bento. Em 1183 é aqui elaborado o “Livro das Aves” de grande beleza artística e em 1189 essa jóia da iluminura portuguesa que é o “Comentário do Apocalipse”. Em 1206 passa a feminino e abraça posteriormente a Ordem de Cister. Em 1834 o mosteiro é extinto passando a acolher um hospital psiquiátrico.

Os estilos dominantes são o maneirismo e o barroco. O conjunto apresenta uma disposição irregular, aproveitando as características do terreno, contrariando os planos rigorosos dos cistercienses. Pouco resta da grande obra medieval dos séculos XII e XIII, o que se pode observar é resultante de transformações ocorridas nos séculos XVII e XVIII. Planta composta pelos corpos da igreja de planta longitudinal, claustros, dormitórios e hospício. Na torre da igreja pode ver-se pedra visigótica de mármore negro. Destaque para a grande cúpula em zimbório.

Propriedade do Estado - Igreja paroquial. Dependências monásticas - Hospital psiquiátrico.

Está classificado como Monumento Nacional (Dec. de 16 de Junho de 1910/ZEP-DG 269, de 18 de Novembro de 1960).

### **Mosteiro de São Paulo de Almaziva (fig.26)**

Localiza-se na freguesia de São Paulo de Frades no concelho e distrito de Coimbra.

Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XI e XVII. Filiado na Ordem de Cister em 1221. Desde o século XII que o mosteiro albergava uma pequena comunidade religiosa ligada à regra de S. Bento. Por volta de 1220, Fernando Peres, notário de chancelaria de D. Sancho I e chantre da Sé de Lisboa, doou o mosteiro aos cistercienses e assim, por bula do papa Honório III nasce o Mosteiro de S. Paulo de Almaziva. Em 1555 o mosteiro foi anexado ao Colégio do Espírito Santo, por vontade do rei D. João III e autorização do Papa Júlio III. A partir do século XVII a igreja passou para a paróquia de S. Paulo de Frades.

O estilo dominante é o barroco. A igreja possui uma estrutura chã, de planta longitudinal simples, de nave única, cabeceira semi-circular e coro-alto. Do período manuelino resta a abobada do coro e os azulejos sevilhanos da capela-mor.

Propriedade afecto à Paróquia. Classificado Imóvel de Interesse Público (Dec. nº. 5/2002, de 19 de Fevereiro de 2002).

### **Mosteiro de Santa Maria de Celas (fig.27)**

Localiza-se na freguesia de Santo António dos Olivais, no concelho e distrito de Coimbra.

Mosteiro feminino construído entre os séculos XII e XIX. Filiado na Ordem de Cister em 1215. Foi fundado em 1210 por D. Sancha, filha de D. Sancho I, em 1219 recebeu as primeiras monjas e em 1293 foi sagrado pelo bispo Aymeric D'Eibrad. A 15 de Abril faleceu a última monja e o mosteiro passou para posse do Estado.

Os estilos dominantes são o Manuelino e o Barroco. A planta da igreja é centralizada, caso único nos mosteiros femininos portugueses. A fachada principal possui dois registos e é rasgada inferiormente por portal rectangular de molduras reentrantes e ladeado por pilastras coroadas de urnas, remata em frontão triangular tendo tímpano o escudo das armas nacionais. O corpo circular da igreja é rasgado por janelões de verga curva entre os contrafortes.

É propriedade mista - estado com afectação aos Ministérios da Saúde (Hospital Pediátrico) e Educação (Escola Básica) e à Irmandade de Nossa Senhora da Piedade; Particular.

Classificado Monumento Nacional (Dec. de 16 de Junho de 1910/ZEP-DG nº.1, de 9 de Janeiro de 1960).

### **Colégio do Espírito Santo (fig.28)**

Localiza-se na freguesia de Santa Cruz no concelho e distrito de Coimbra.

Fundado em 1541, por iniciativa do Cardeal D. Henrique, em 1545 ligou-se Ordem de Cister, daí também ser conhecido por Colégio de S. Bernardo. Em 1550 recebeu os primeiros colegiais e daí elevado à

categoria de Abadia em 1596. Após a extinção das Ordem Religiosas em 1834, foi o edifício vendido em haste pública em 1838.

Os estilos dominantes são o renascentista e o maneirista. Planta longitudinal, composta, irregular. Volumes articulados com disposição horizontal das massas. Os azulejos do claustro são do início do século XVII e os do átrio, escadaria e galeria, da segunda metade do mesmo século.

É propriedade particular. Classificado Imóvel de Interesse Público (Dec. nº. 516/71, de 22 de Novembro de 1971 - incluído na ZEP da Rua Sofia).

#### **Mosteiro de Santa Maria de Seiça (fig. 29)**

Localiza-se em Paião, no concelho da Figueira da Foz no distrito de Coimbra.

Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XII e XVIII, situa-se no vale da Ribeira de Seiça. Filiou-se na Ordem de Cister em 1195. Fundado por volta de 1162, esteve inicialmente ligado aos frades Crúzios passando depois à Regra de S. Bento. D. Afonso Henriques deu-lhe carta de Couto em 1175. Em virtude de diversos atritos com a Congregação de Alcobaça, D. João III suprime o Mosteiro no século XVI. Em 1560 D. Sebastião reabre o Mosteiro. Em 1834 é extinto e vendido em haste pública em 1895. No ano 2000 foi adquirido pela Câmara Municipal da Figueira da Foz que até agora apenas restaurou a capela octagonal existente nas proximidades.

O estilo dominante é o barroco. Possui planta longitudinal composta pelo corpo da igreja, de nave única, claustro e outras dependências monacais. Apresenta-se em acentuada ruína com a fachada quase a desabar.

Propriedade da Câmara Municipal desde 2000.

Classificado Imóvel de Interesse Público (Dec. nº. 2/2002, de 19 de Fevereiro).

#### **Mosteiro de Santa Maria de Cós (fig. 30)**

Localiza-se em Cós no concelho de Alcobaça e Distrito de Lisboa.

Mosteiro feminino construído entre os séculos XVI e XVIII, nos Coutos de Alcobaça. Fundado na Ordem de Cister em 1530. Das obras mandadas efectuar pelo Cardeal Infante D. Afonso apenas resta a porta manuelina. Em 1714 foi feito o revestimento azulejar das paredes da sacristia e do coro. Foi extinto em 1834, sendo vendido em haste pública.

Os estilos dominantes são o maneirista e o barroco. A igreja é de nave única abobadada, com coro separado por gradeamento. Possui porta manuelina de arco em cortina na parede fundeira do coro. Volumetria e espacialidade maneiristas, dinamizadas pela utilização de azulejo, talha dourada e pintura dos caixotões da abóbada. O retábulo da capela-mor, em estilo nacional, foi executado pelo entalhador Domingos Lopes, de Lisboa.

Propriedade do estado e particular.

Classificado Imóvel de Interesse Público (Dec. nº. 35443, de 2 de Janeiro de 1946).

#### **Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fig. 31)**

Localiza-se em Alcobaça no distrito de Leiria.

Mosteiro masculino da Ordem de Cister, fundado em 1153 e construído entre os séculos XII e XX. Só em 1223 os monges habitam as dependências do mosteiro. Entre 1308/1311 é edificado o Claustro de D. Dinis. Em 1513 é instituída a congregação de Alcobaça. Em 1656/1667 é construído o Claustro de D. Afonso VI. Os franceses saqueiam o mosteiro no ano de 1811. Em 1833 os monges abandonam o mosteiro e no ano seguinte é extinto. Serve de Panteão a D. Pedro I e a Inês de Castro.



O estilo dominante é o gótico. A planta da igreja e dos edifícios regulares medievais é a reprodução invertida da abadia-mãe cisterciense - Claraval II. A igreja possui planta longitudinal em cruz latina, orientada, com três naves, transepto saliente, onde se abrem quatro capelas. A cabeceira é formada pela abside, deambulatório e nove capelas radiantes. A fachada principal é dividida em três planos por pilares arquivados, com três andares ornados com estátuas, ali se pode ver o primitivo portal, a rosácea, a janelões sobre cornija e frontão compósito entre torres sineiras.

Propriedade da Paróquia e do estado.

Classificado Monumento nacional (Dec. de 16 de Junho de 1910 / ZEP - DG 190, de 16 de Agosto de 1957 / Património Mundial - UNESCO desde 1989).

### **Convento de Cristo (fig. 32)**

Localiza-se na freguesia de São João Baptista, no concelho de Tomar e distrito de Lisboa.

Convento masculino construído entre os séculos XII e XVII. Fundado na Ordem de Cister em 1356. Mandado construir em 1162 pelo Grão-Mestre dos Templários, Gualdim Pais, o Convento passará para a Ordem de Cristo em 1319, por extinção da ordem do Templo em 1312. É já sob a orientação do Infante D. Henrique que a Ordem de Cristo irá empolgar-se na gesta dos descobrimentos marítimos. A ligação a “Cister” advém do facto de em 1128 o Concílio de Troyes ter reconhecido a Ordem do Templo como religiosa e militar por intercessão de S. Bernardo e das suas orientações em “De laude nova militae ad milites Templi”.

Os estilos dominantes são o românico/gótico e o manuelino/maneirista/barroco. Planta composta irregular, a charola, do século XII, poligonal, constitui o centro do conjunto monacal. A igreja é de nave única rectangular. Realce para a chamada “janela manuelina”, da sala do capítulo, desenhada por Diogo de Aruda.

Propriedade do Estado.

Classificado Monumento nacional (Dec. de 10 de Janeiro de 1907 / Dec. de 16 de Junho de 1910 / ZEP - DG 258, de 26 de Novembro de 1946 / Património da Humanidade - UNESCO - desde 1986).

### **Mosteiro de Santa Maria de Almoester (fig. 33)**

Localiza-se em Almoester no concelho e distrito de Santarém.

Mosteiro feminino construído entre os séculos XII e XX. Fundado na Ordem de Cister em 1289, por D. Berengária Aires, aia da rainha Santa Isabel. Em 1910, com a implantação da República, a igreja foi vandalizada tendo desaparecido azulejos, quadros e um pórtico da sala do capítulo. Em 1956 foram retiradas as telas atribuídas a Gregório Lopes.

Os estilos dominantes são o gótico e o maneirista. Planta longitudinal, orientada, de três naves de cinco tramos cada. Pano central de dois registos abrindo-se no superior a rosácea. Interiormente revestido de azulejos policromados do século XVII e com notáveis trabalhos de talha.

Propriedade do estado com afectação ao Ministério da Agricultura e a Igreja à Paróquia.

Classificado Monumento nacional (Dec. n.º. 6644, de 27 de Maio de 1920).

### **Mosteiro de São Bernardo de Portalegre (fig. 34)**

Localiza-se em São Lourenço no concelho e distrito de Portalegre.

Mosteiro feminino construído entre os séculos XVI e XVIII. Fundado na Ordem de Cister em 1518, pelo bispo da Guarda, D. Jorge de Melo. A consagração da igreja foi feita em 1572. Em 1878 foi o Mosteiro

extinto com a morte da última monja. Em 1879 foi aqui instalado o seminário Diocesano, entre 1880 e 1887 aqui funcionou o Liceu e desde 1911 que está afecto ao Ministério da Defesa Nacional.

Os estilos dominantes são o renascentista e o barroco. Igreja de nave única com coberturas em abóbadas achatadas e nervuradas. Destaque para a escultura renascentista atribuída a Nicolau de Chanterenne, imaginária do túmulo do bispo da Guarda, D. Jorge de Melo, possivelmente invocando a vida amorosa daquele prelado que chegou a ser excomungado.

Propriedade do Estado com afectação ao Ministério da Defesa Nacional.

Classificado Monumento nacional (Dec. de 16 de Junho de 1910 /ZEP - DG 117, de 18 de Maio de 1957).

#### **Convento de São Bento de Avis (fig.35)**

Localiza-se no concelho de Avis e distrito de Portalegre.

Mosteiro masculino construído entre os séculos XV e XVIII. Filiado na Ordem de Cister em 1223. Data de 1211 a Carta de doação de D. Afonso II a D. Fernando Anes, Mestre da Ordem de Avis. Em 1433 a Ordem é anexada à Coroa Portuguesa. A construção da capela-mor começou por volta de 1694. Em 1834 foi extinto.

Os estilos dominantes são o gótico e o renascentista. A planimetria da igreja mantém as características medievais. Planta longitudinal, composta por nave única, transepto, capela-mor e torre flanqueando a fachada principal, de pano único e dois registos sendo o inferior rasgado por portal arquivado, com frontão quebrado, tendo ao centro o escudo real e a data de 1717 e sobreposto por um janelão. A capela-mor é renascentista. Destaque para o túmulo de D. Fernão Rodrigues Monteiro. A torre quadrada é rasgada por janelões com merlões chanfrados, coruchéus em dois ângulos e cobertura piramidal.

Propriedade do estado.

Classificado Imóvel de Interesse Público (Dec. nº. 37450, de 16 de Junho de 1949).

#### **Mosteiro de São Dinis de Odivelas (fig. 36)**

Localiza-se em Odivelas distrito de Lisboa.

Mosteiro feminino construído entre os séculos XIV e XVIII. Fundado na Ordem de Cister em 1295. A primeira pedra foi lançada por D. Dinis ficando as monjas a viver junto ao Paço Real até 1305 altura em que o mosteiro foi concluído. Em 1516 foi sepultada na sala do capítulo a Abadessa D. Violante, irmã de Pedro Álvares Cabral. Extinção do mosteiro em 1834. Em 1898 o Infante D. Afonso solicitou ao Ministério da Fazenda as dependências do mosteiro para ali instalar as órfãs dos oficiais do Exército, o que veio acontecer em 1900.

Os estilos dominantes são o gótico e o maneirista/barroco. A igreja de planta longitudinal é composta por nave única, cabeceira escalonada com abside e absidiolos poligonais comunicantes e com contrafortes, tendo adossadas do lado da Epístola a sacristia e do lado do Evangelho a capela de Nicolau Ribeiro Soares. Decoração joanina no refeitório e azulejos na cozinha.

Propriedade do estado com afectação ao Ministério da Defesa Nacional, que ali instalou o instituto de Odivelas.

Classificado Monumento nacional (Dec. de 16 de Junho de 1910 / ZEP - DG 22, de 26 de Janeiro de 1957 e DG 130, de 1 de Junho de 1962).

#### **Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro (fig. 37)**

Localiza-se em Santa Justa no concelho e distrito de Lisboa.

Mosteiro masculino construído entre os séculos XVI e XVIII. Fundado na Ordem de Cister em 1591. A igreja só ficou finalizada em 1707. Na sequência de um incêndio ocorrido no Hospital de Todos os Santos, em 1750, os doentes foram transferidos para o Mosteiro. Em 1811 saem os monges e são ali instaladas crianças desvalidas da Casa Pia de Lisboa até 1834.

Os estilos dominantes são o maneirismo e o barroco. O edifício apresenta volumetria paralelepípedica, com articulação de quatro corpos sensivelmente rectangulares. Com caixa muraria em reboco pintado, apresenta piso térreo saliente, com soco em cantaria.

Propriedade do estado com afectação ao Ministério da Saúde (Hospital do Desterro). Não está classificado.

### **Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (fig. 38)**

Localiza-se em Santos-o-velho no concelho e distrito de Lisboa.

Mosteiro feminino construído entre os séculos XVII e XVIII. Fundado na Ordem de Cister em 1653. D. Antónia Moniz foi a primeira abadessa. Com o terramoto de 1755 ruíram dependências do lado Sul, incluindo a igreja. As obras de reconstrução começaram em 1778. É extinto em 1834 sendo posteriormente adquirido por Joaquim Lopes Câmara que aí instalou o Colégio de Nossa Senhora da Conceição.

Os estilos dominantes são o maneirista e o barroco. O edifício organiza-se dentro de um quadrilátero irregular, constituído por quatro alas que delimitam o antigo claustro. Na porta principal pode ver-se uma moldura calcária com um relevo pético de forma rectangular, onde figuram a Virgem com o Menino ladeada por São Bento e São Bernardo.

Propriedade privada.

Classificado Imóvel de Interesse Público (Dec. n.º. 2/96, de 6 de Março de 1996 / ZEP - Port. n.º. 512/98, DR 183, de 10 de Agosto de 1998).

### **Mosteiro de São Bento de Xabregas (fig. 39)**

Localiza-se em Beato no concelho e distrito de Lisboa.

Mosteiro masculino cuja construção ocorreu entre os séculos XV e XVII. Fundou-se na Ordem de Cister em 1492, por vontade expressa de D. Isabel, duquesa de Borgonha. Mais tarde o mosteiro é cedido aos cónegos regrantes de S. João Evangelista, a pedido de D. Afonso V. Entre 1570 e 1602 aqui viveu o P.e António da Conceição, beatificado no século XVIII e que acabou por ser ligado à toponímia local e daí chamar-se hoje ao espaço “Convento do Beato”. Extinto em 1834, o Mosteiro passou a ser Hospital Real Militar. Em 1836 foi adquirido pelo industrial João de Brito passando desde aí a ter diversas funcionalidades.

Os estilos dominantes são o maneirista e o barroco. A planta é composta pelo rectângulo em que se inscreve a antiga igreja e as primitivas dependências monacais organizadas em U, em torno do claustro. A antiga igreja apresenta uma fachada com três níveis, no piso térreo o portal, em arco de volta inteira, encimado por óculo e ladeado por janelas rectangulares. Um friso opera a transição para o segundo nível onde se abrem janelas rectangulares com vergas de cantaria saliente. O terceiro nível, precedido por cornija era ritmado por óculos ovais.

Propriedade particular.

Classificado Imóvel de Interesse Público (Dec. n.º. 29/84, de 25 de Junho de 1984).

### **Mosteiro de São Bento de Cástris (fig. 40)**

Localizado em Malagueira no concelho e distrito de Évora.

Mosteiro feminino construído entre os séculos XII e XIX. Filiado na Ordem de Cister em 1275. Fundado no século XII, no lugar da primitiva ermida de S. Bento, erigida por D. Soeiro, bispo de Évora, a pedido de D. Urraca Ximenes, o Mosteiro cedo abraçou o ramo cisterciense. O claustro gótico-mudéjar é datado do século XV. A 18 de Abril de 1890 foi extinto, após a morte da última religiosa.

Os estilos dominantes são o gótico e o manuelino. Planta composta, constituída por vários edifícios que se interligam em redor de um claustro gótico com influência mudéjar. Igreja manuelina de planta longitudinal, de nave única com capelas laterais e coro baixo.

Propriedade do estado. Classificado Monumento nacional (Dec. nº. 8218, de 29 de Julho de 1922 / ZEP - DG 210, de 6 de Setembro de 1962).

#### **Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal (fig. 41)**

Localiza-se me S. Sebastião, no concelho e distrito de Setúbal.

Mosteiro feminino construído no século XVII. Fundado na Ordem de Cister em 1756. Foi em 1655 que André Velho Freire fundou a capela de São Francisco Xavier e bem assim o Colégio dos Jesuítas, encontrando-se sepultado na capela-mor da igreja. Em 1703 fruto de várias doações o Colégio foi alargado. Com a expulsão dos Jesuítas, em 1759, o edifício é ocupado pelas monjas do Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (Lisboa). Foi uma fundação efémera. Em 1860 foi adaptado para palacete pelo burguês José Francisco Pereira. No século XIX funcionou ali o Consulado inglês. O edifício, a capela e o claustros anexos, foram comprados pelo Estado em 1982, aos Herdeiros da Família Fryxel, para aí ser instalado o Instituto Politécnico de Setúbal.

O estilo dominante é o maneirista. Planta composta por vários rectângulos com elementos de união entre si. O edifício foi parcialmente destruído no terramoto de 1755.

É propriedade do estado. Não está classificado.

#### **Mosteiro de São Bernardo de Tavira (fig. 42)**

Localiza-se em Santiago, no concelho de Tavira e distrito de Faro.

Mosteiro feminino construído entre os séculos XVI e XX. Fundado na Ordem de Cister em 1530. Foi D. Manuel I que em 1509 ordenou a sua construção. D. Fernando Coutinho, bispo de Silves, entregou-o às monjas cistercienses. Foi extinto em 1861 e vendido em haste pública. Brevemente será ali construído um condomínio fechado com 39 apartamentos.

Os estilos dominantes são o manuelino e o classicista. Igreja de nave única, com coro-baixo e capela-mor, com planta retangular. Na fachada principal pode ver-se portal manuelino em cantaria, de volta perfeita, inserido em alfiz, assente em quatro colunas de embasamento octogonal, sendo os capitéis decorados com motivos vegetalistas.

Propriedade particular. Não está classificado.

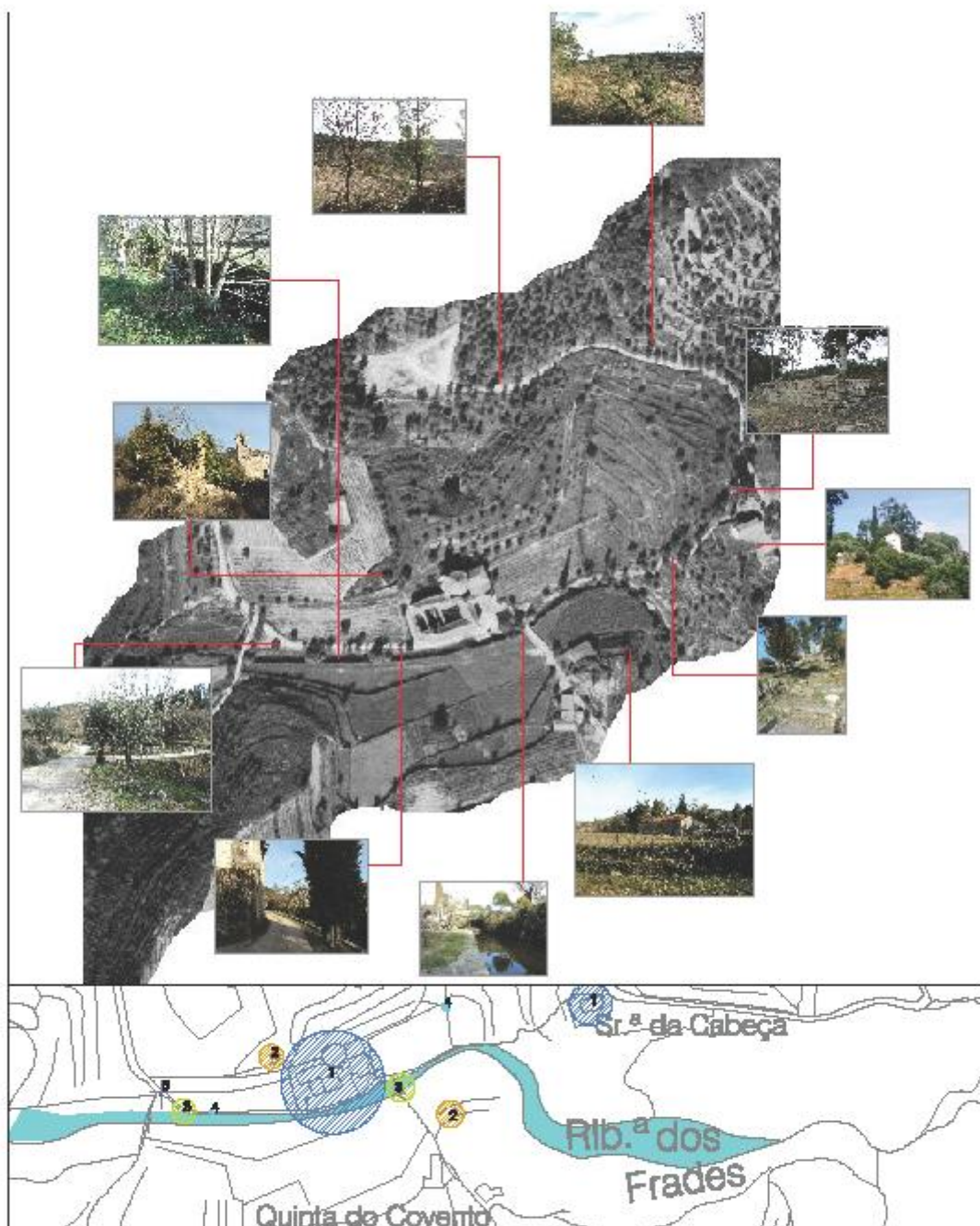
III - Peças desenhadas a apresentar complementares à parte escrita:

Folha 1. Esquema Fotográfico da envolvente do Mosteiro

Folha 2. Circuito museológico

Folha 3. Implantação de hortas e jardins

Folha 4. Acessos ao mosteiro



**LEGENDA:**

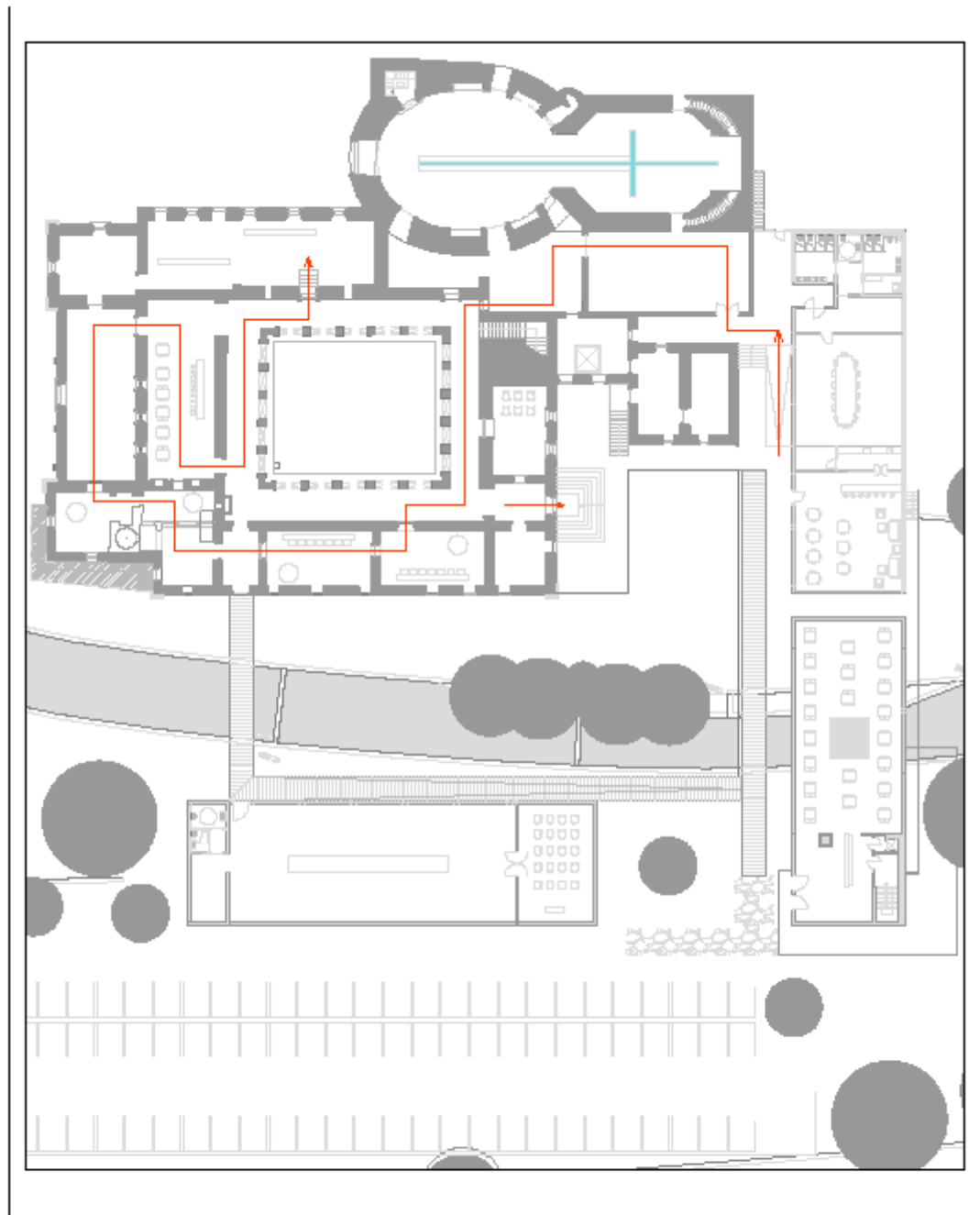
- 1- Palácio
- 2- Ruínas
- 3- Espaço Verde e control. de água.
- 4- Fontes
- 5- Património Móvel

**PROPOSTA de REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL do MONESTÉRIO de SANTA MARIA de MACIEIRA DÃO**

**ESQUEMA FOTOGRÁFICO DA ENVOLVENTE DO MONESTÉRIO**

**PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E FOTOGRAFIAS**

**FOLHA 1**  
JUNHO DE 2012



**LEGENDA:**

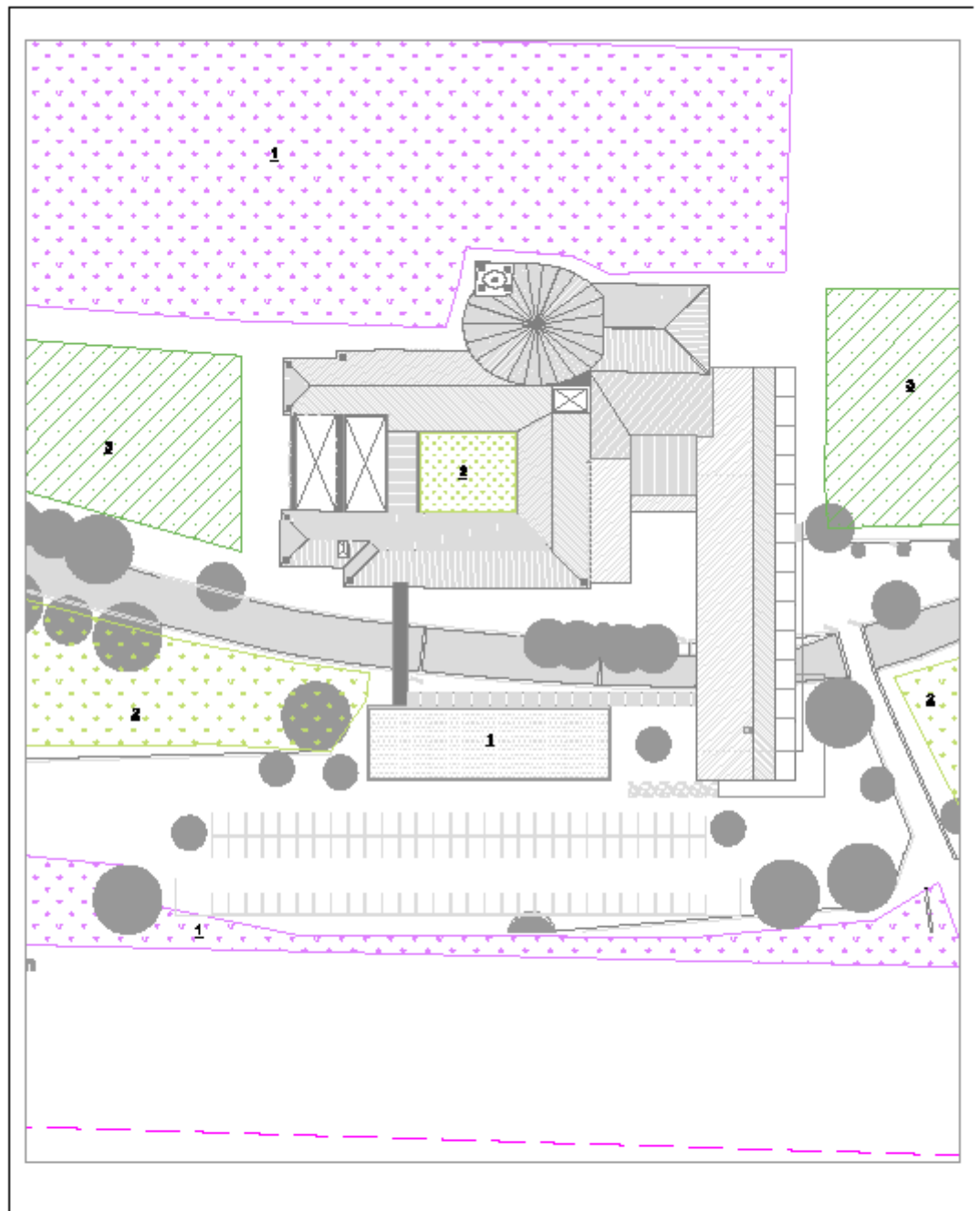
**PROPOSTA de REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL do MONESTERO de SANTA MARIA de MACEIRA DÃO**

**CIRCUITO MUSEOLÓGICO**

**CIRCUITO MUSEOLÓGICO REALIZADO NA PLANTA DE PISO 1**

**FOLHA 2**

**JUNHO DE 2012**



**LEGENDA:**

- 1- JARDIM
- 2- HORTAS
- 3- VEGETAÇÃO

**PROPOSTA de REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL do MONESTÉRIO de SANTA  
MARIA de BACERÁ D'ÁO**

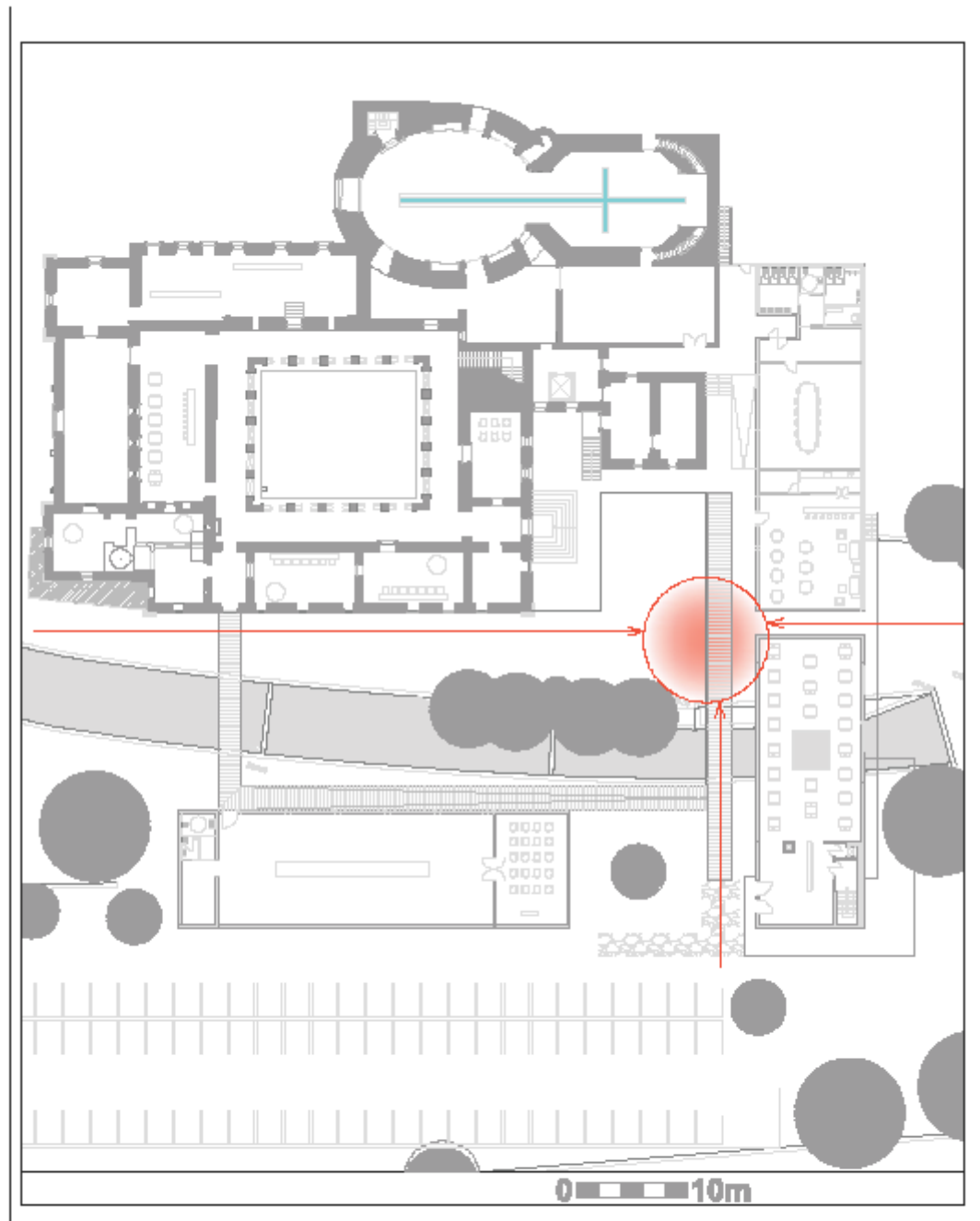
**ESQUEMA DA LOCALIZAÇÃO DE HORTAS E JARDINS**

**PLANTA DE IMPLANTAÇÃO**

**FOLHA 3**

JUNHO DE 2012





**LEGENDA:**

**PROPOSTA de REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL do MOSTEIRO de SANTA MARIA de MACEIRA DÃO**

**ESQUEMA DE ACESSO AO MOSTEIRO**

**PLANTA DE LOCALIZAÇÃO**

**FOLHA 4**  
JUNHO DE 2012

#### IV - Peças desenhadas a apresentar:

Folha 1. Planta de localização e implantação

Folha 2. Desenhos do Existente (Plantas)

Folha 3. Desenhos do Existente (Alçados)

Folha 4. Plantas de cor: definição de espaços

Folha 8. Proposta de Reabilitação (Plantas)

Folha 13. Alçados

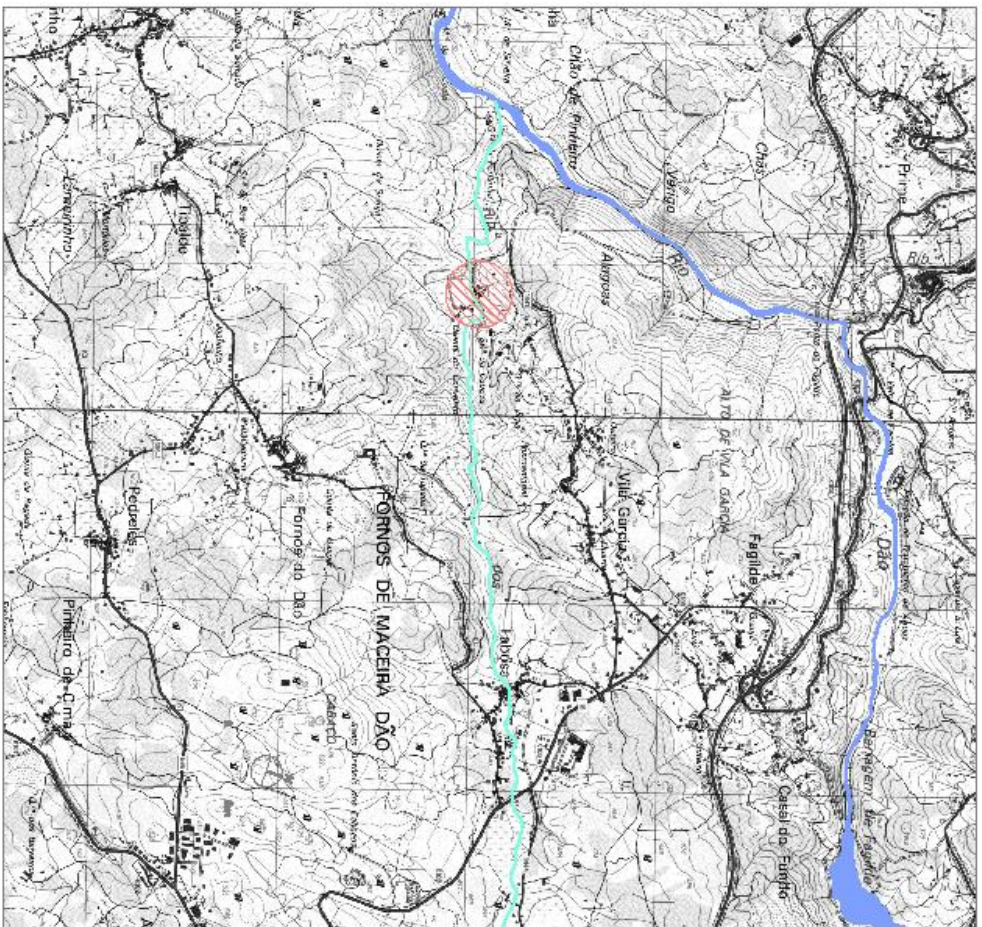
Folha 14. Cortes

Folha 16. Planta de um quarto da Hospedaria

Folha 17. Planta do Bar

Folha 18. 3D / Maquete Virtual





**PLANTA DE LOCALIZAÇÃO**

**LEGENDA**

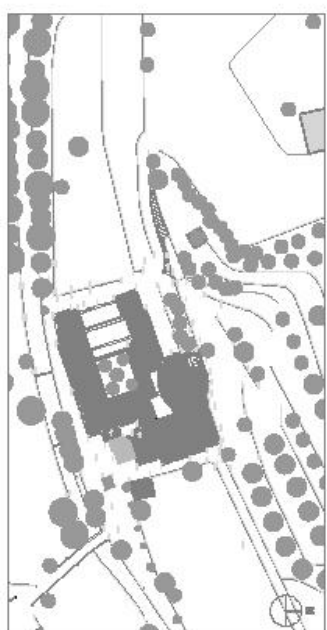
- Localização do rio
- Rio Dão
- Forno dos Fornos

**NOTAS**

- A planta de localização é um extracto da Carta Militar do Portugal, escala 1:50.000, da folha designada de Santa, campo 3.
- A planta de localização é uma versão p em ArcGIS de autoria de Jorge Figueira.



**VISTA AÉREA - AEROFOTOGRAFIA DO MONUMENTO DE SANTA MARIA MACEIRA DÃO (Foto: J. Figueira)**



**PLANTA DE ARQUITECTURA**



**Fotografia do cunhal de acesso ao monumento**



**Detalhe da parede que limita o monumento**



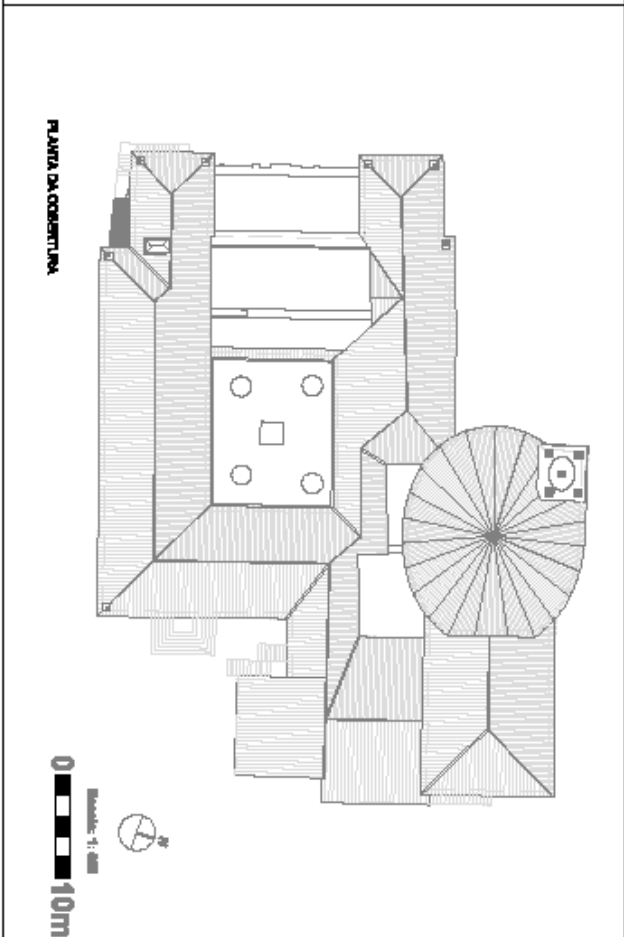
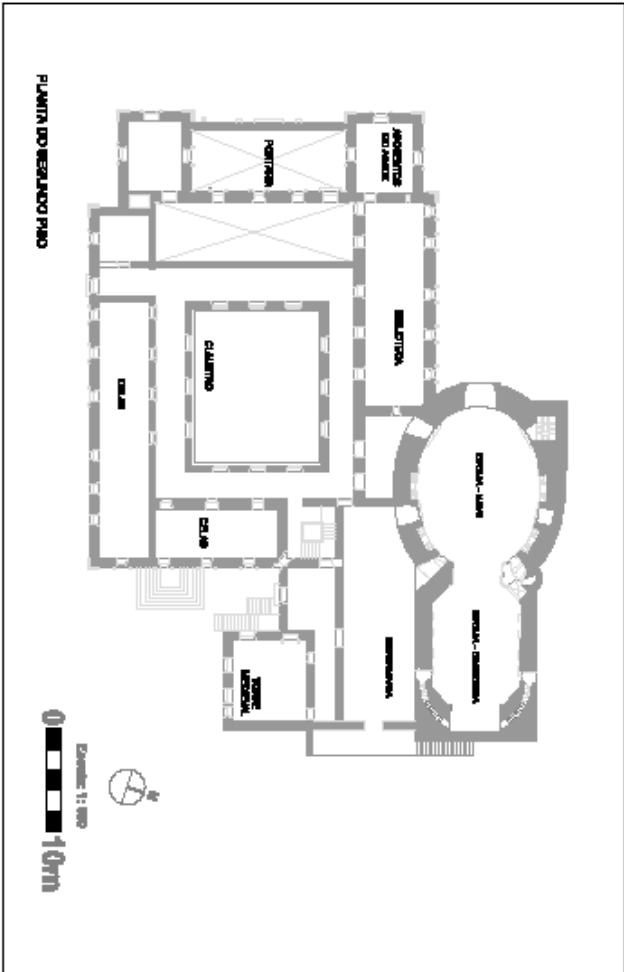
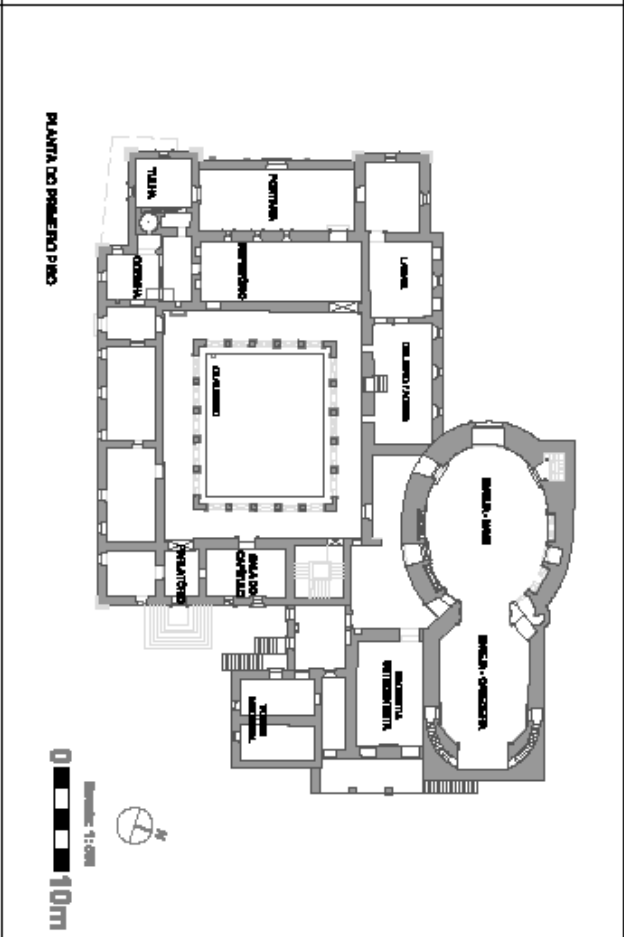
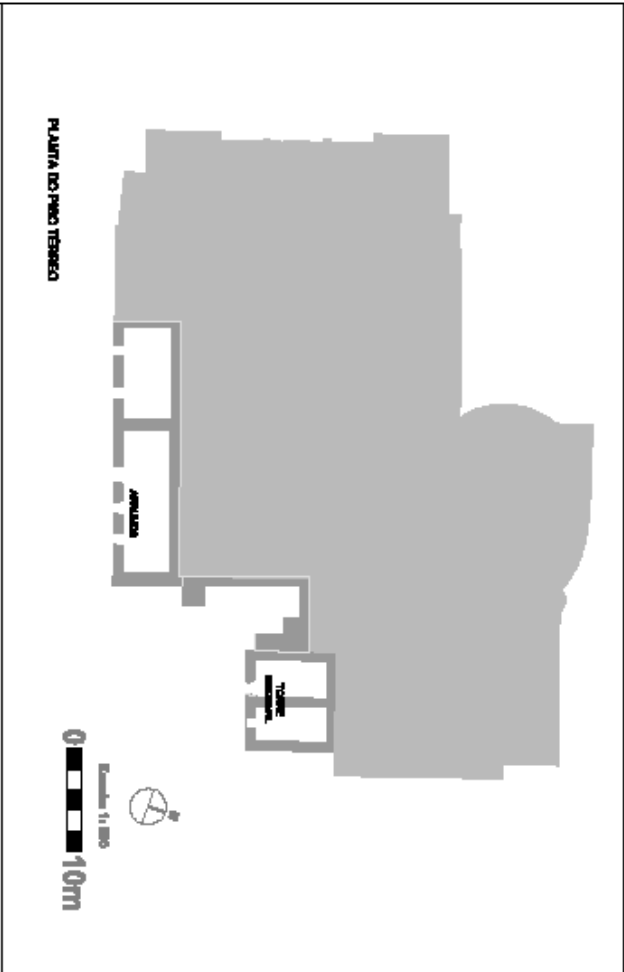
**Alameda da Igreja Católica de Santa Maria**

**PROPOSTA DE REABILITAÇÃO QUARTAVANAL DO MONUMENTO DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO**

**LOCALIZAÇÃO**

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO PLANTA DE ARQUITECTURA E FOTO AÉREA





**LEGENDA:**

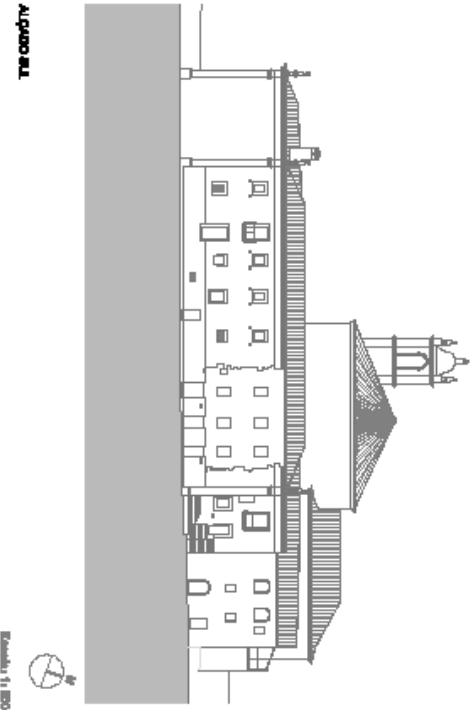
**NOTAS:**

- Os dimensionamentos foram realizados para a finalidade indicada no projeto.

**PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO SUBSTANTIAL DE IMÓVEL DE SANTA MARIA DE MAGIERIA DO**

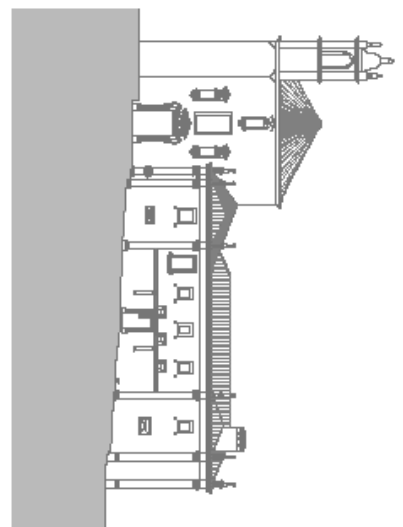
**PLANTAS DO EDIFÍCIO**

**PLANTA DO PISO TÉCNICO/PRIMEIRO PISO/SEGUNDO PISO/PLANTA DA COBERTURA**



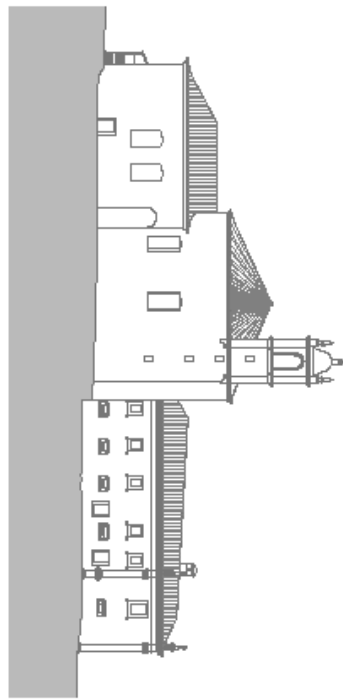
ALÇADO SUL

Escala: 1:100



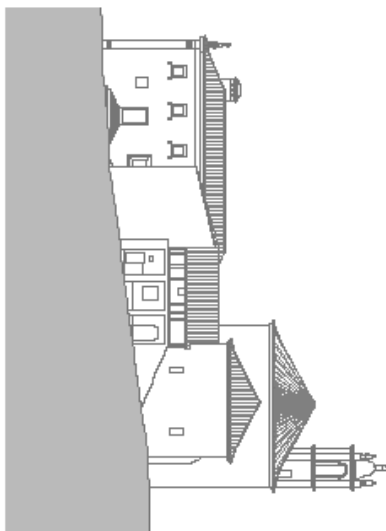
ALÇADO POVOADO

Escala: 1:100



ALÇADO NORTE

Escala: 1:100



ALÇADO NASCENTE

Escala: 1:100

LEGENDA

NOTAS:

- Os elevações base foram cedidas pelo Arquivo Histórico da Igreja de Santa Maria

PROPOSTA DE REABILITAÇÃO QUANTITATIVA DO MONTEIRO DE SANTA  
MARIA DE MACEIRA DÃO

ALÇADOS EXISTENTES

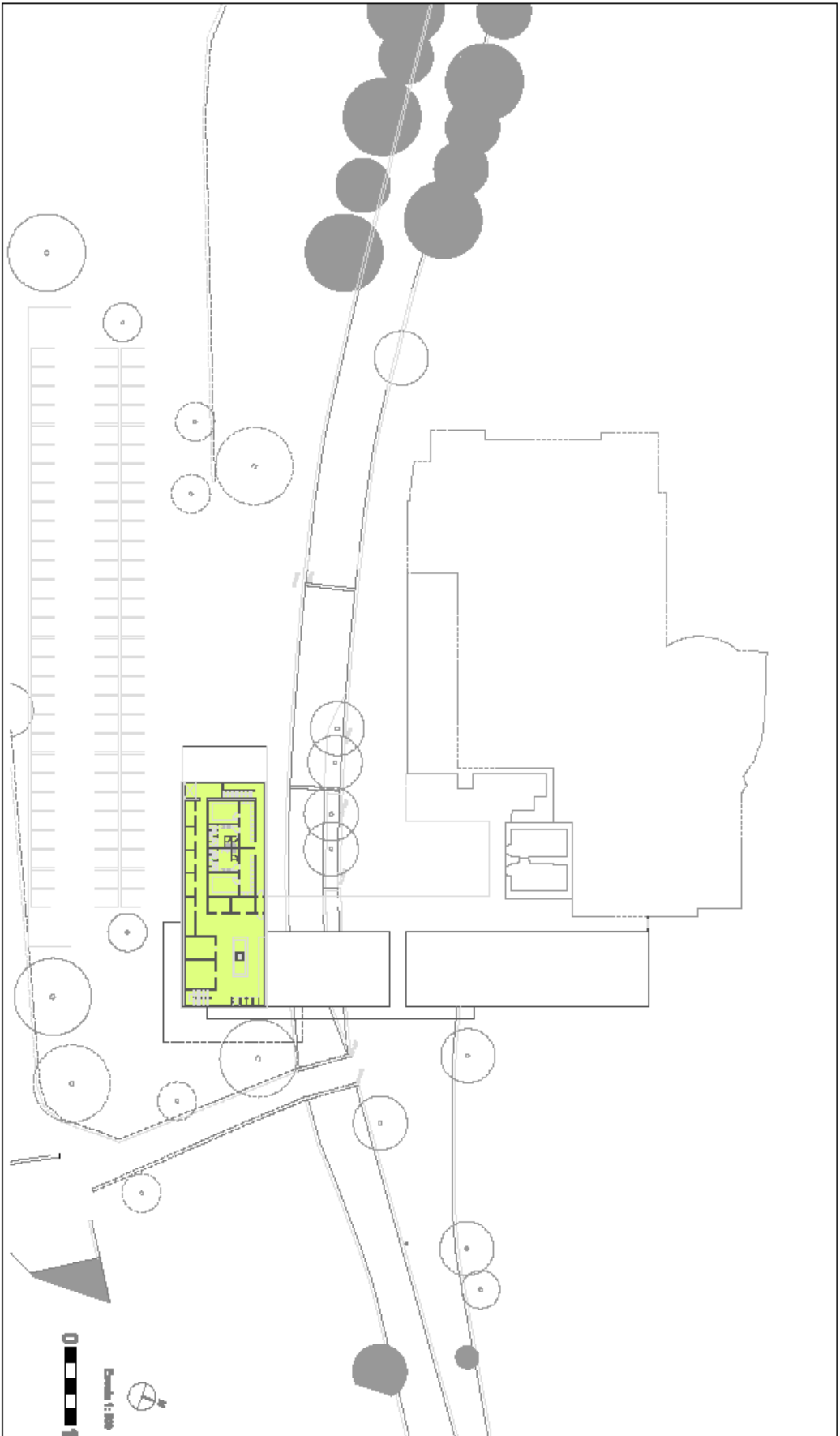
ALÇADOS A SER RECONSTRUÍDOS





LEGENDA  
Área de apoio técnico (habitação e serviços)

NOTAS

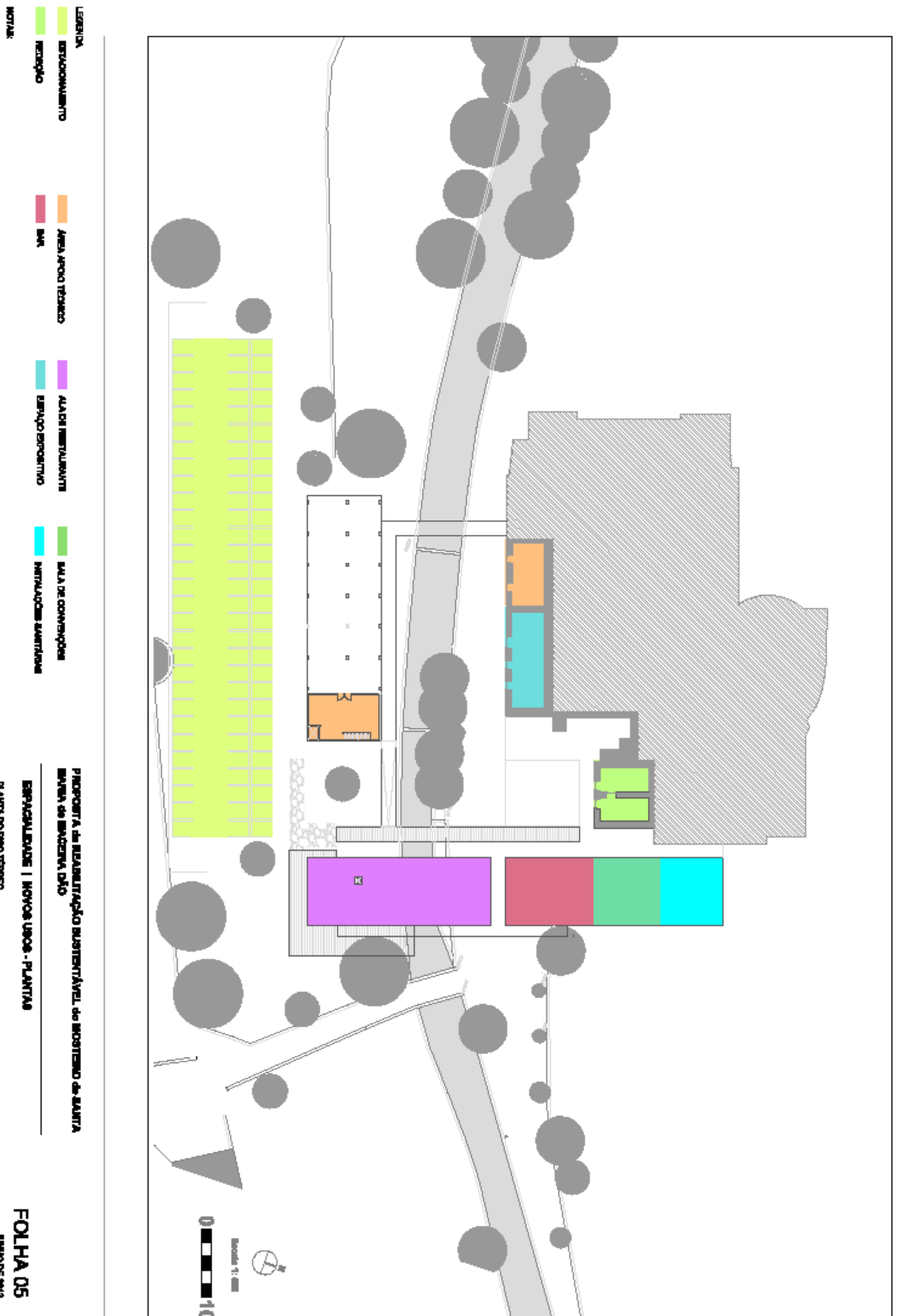


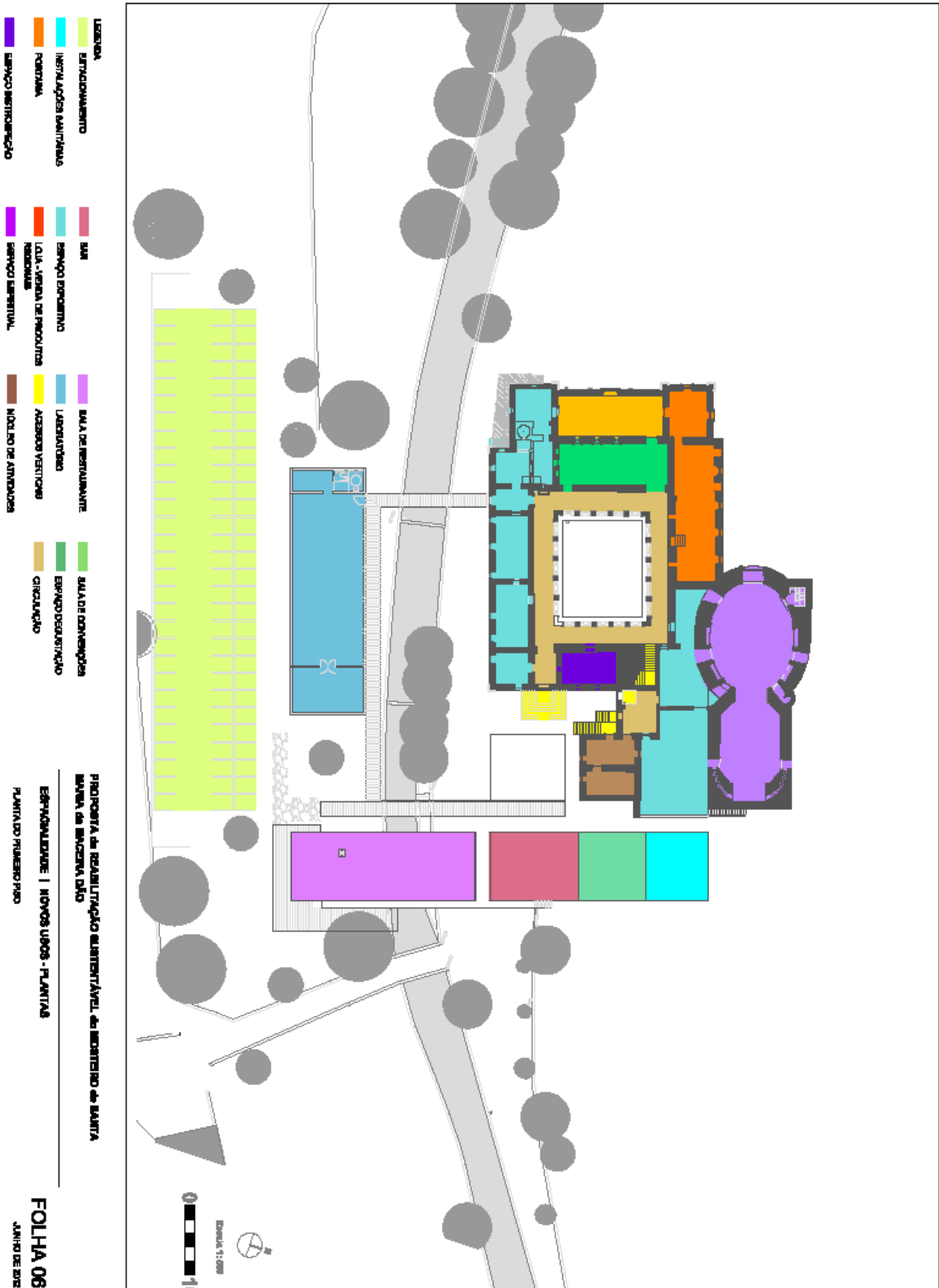
PROPOSTA DE REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL do MOSTEIRO de SANTA MARIA de MACEIRA DÃO

ESPECIALIDADE | NOVOS USOS - PLANTAS

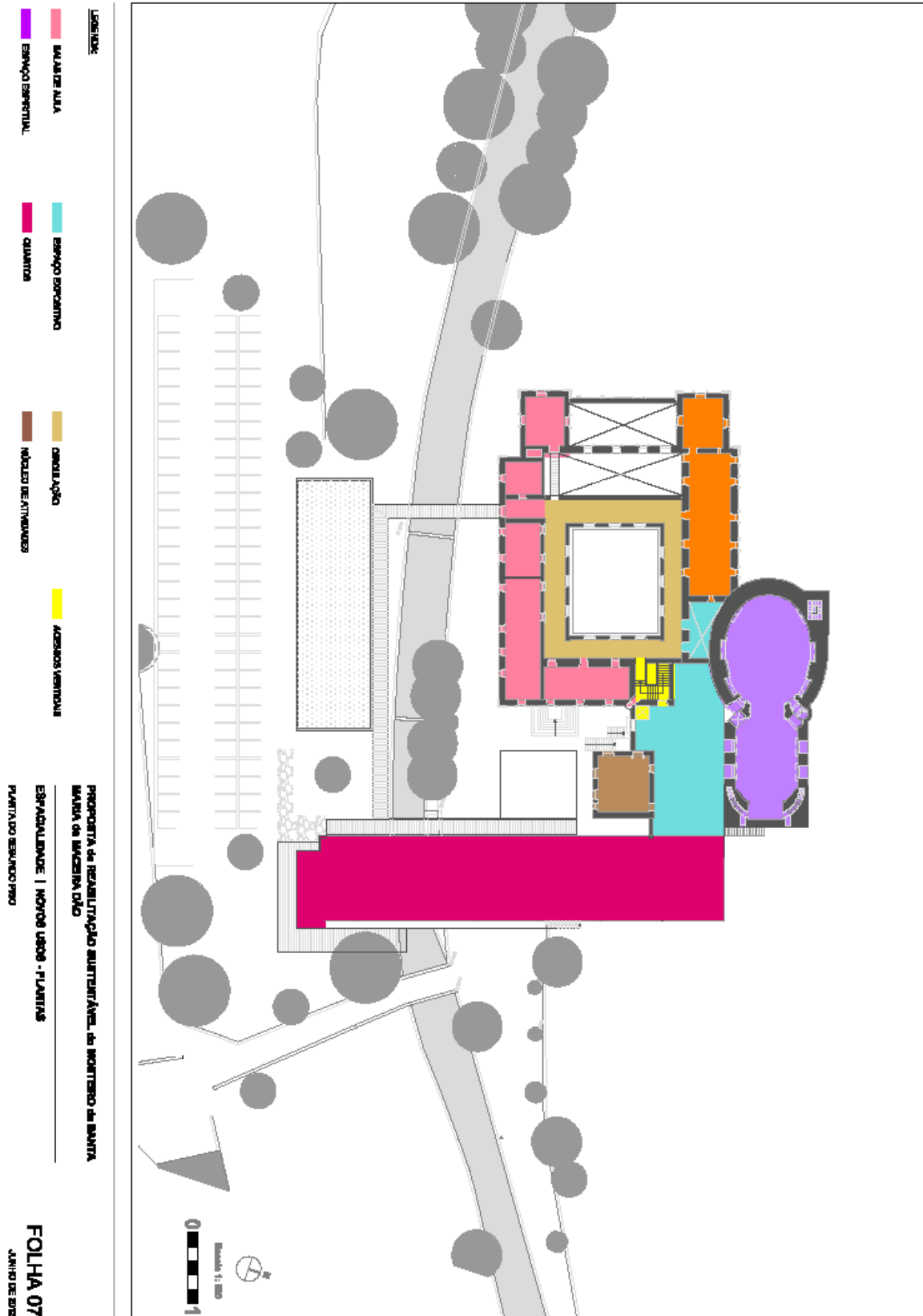
PLANTA DO PROJ. 1

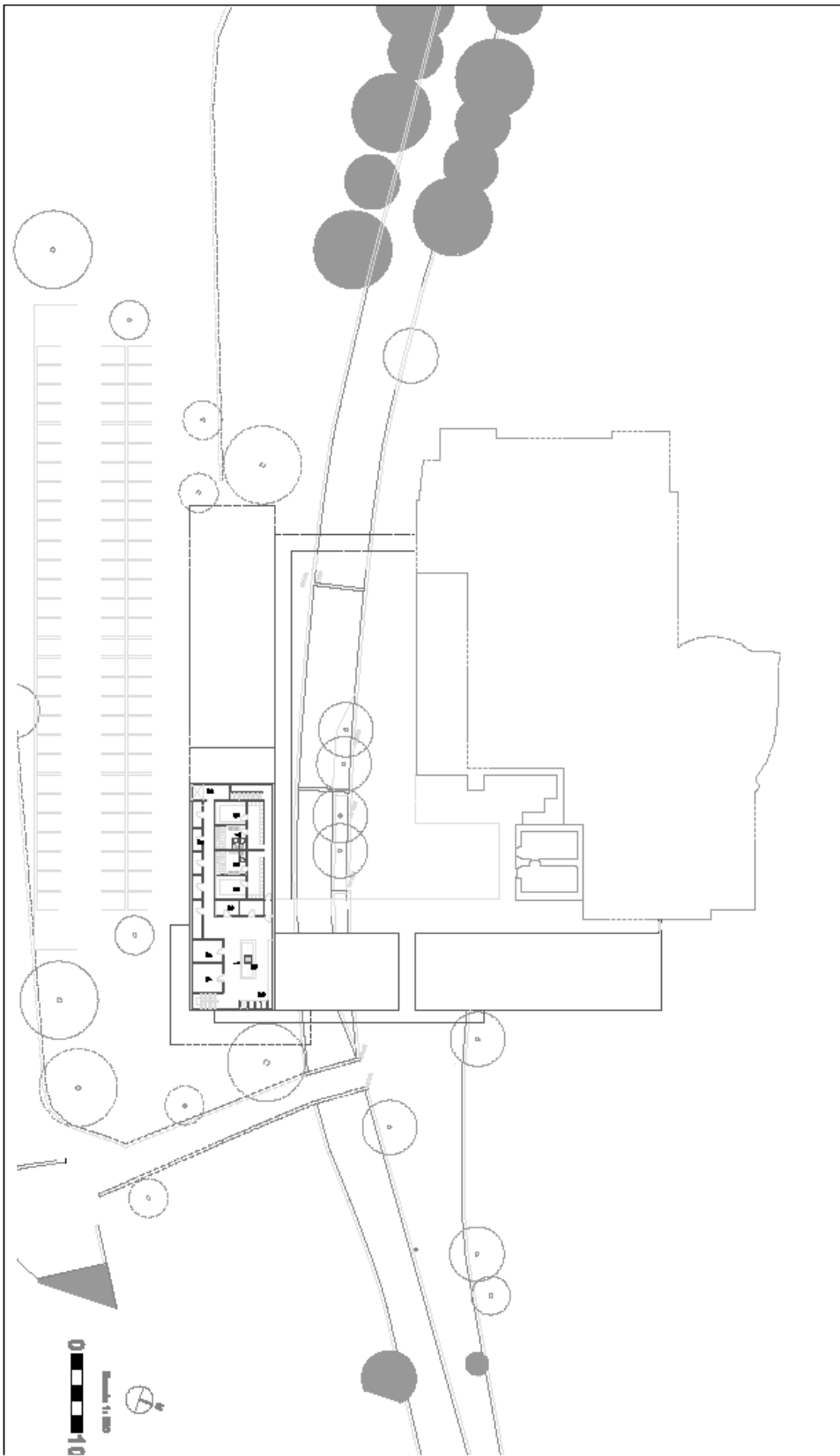
FOLHA 04  
JUNHO DE 2012











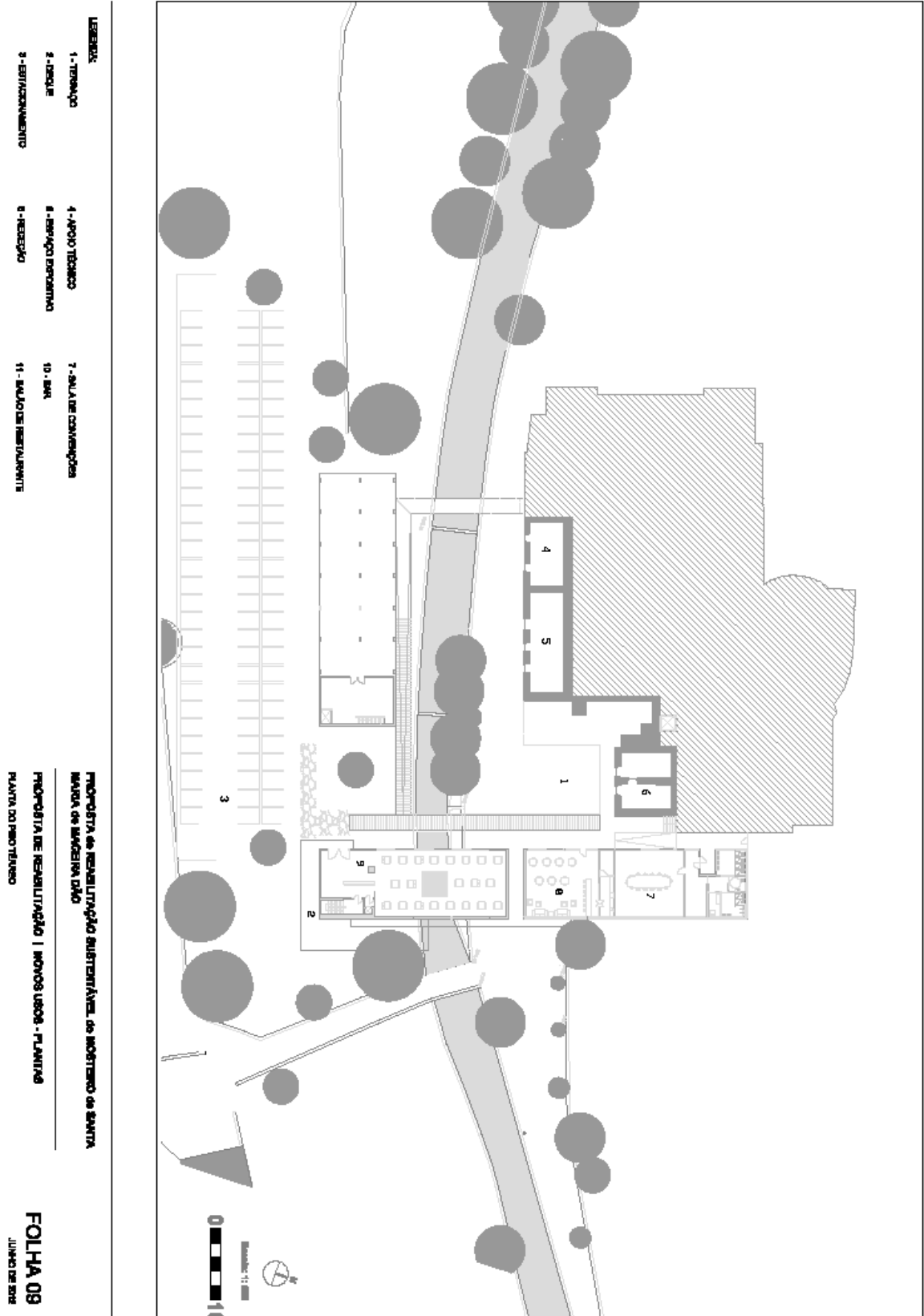
**LEGENDA:**

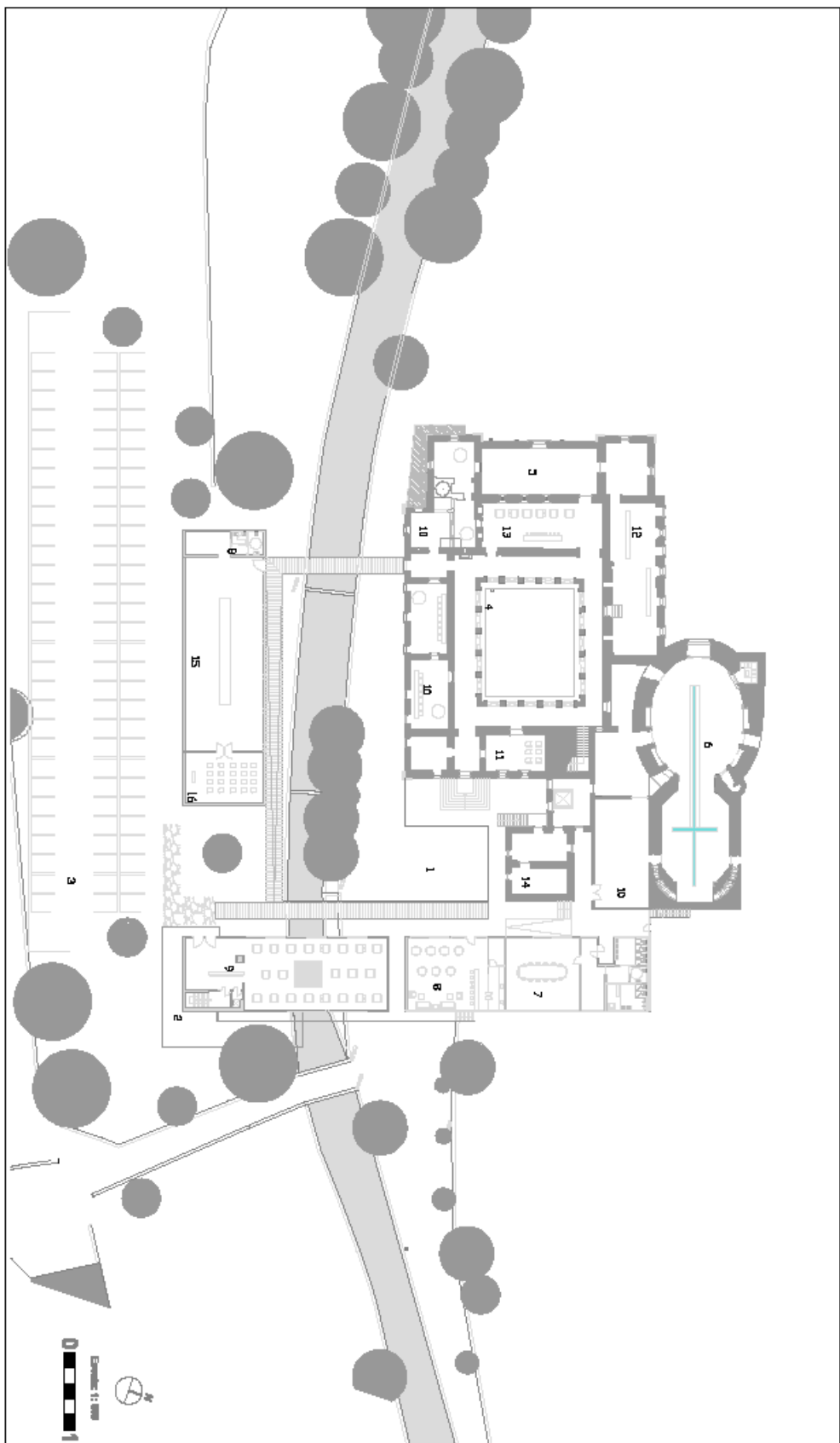
- 1 - COZINHA
- 2 - ZONA COZINHA E DESENVOLVIMENTO
- 3 - ZONA ANEXOS
- 4 - ÁREAS FRIOLOGICAS
- 5 - SALAS DE FRIOLOGIA
- 6 - SALAS DE MANUTENCAO
- 7 - METALURGIA DE MANUTENCAO
- 8 - METALURGIA DE MANUTENCAO
- 9 - CHAMINÉ DE EXTRACAO DE FUMOS

**PROPOSTA DE REABILITACAO SUSTENTAVEL DO INSTITUTO DE SAUDADE DA UNIVERSIDADE DA BAHIA**

**PROPOSTA DE REABILITACAO | NOVOS USOS - PLANTAS**  
 PLANTA DO TERCO 4

**FOLHA 08**  
 ANEXO DE 2012





**LEGENDA:**

1 - TERREÇO	8 - PORTINHA	9 - SALA DE RESTAURANTE	10 - SALA DE RECEÇÃO
2 - DESJE	9 - ESPAÇO SERVIÇO	10 - ESPAÇO EXPOSITIVO	11 - ESPAÇO DE ATROVADA
3 - ESTACIONAMENTO	7 - SALA DE CONFERÊNCIAS	11 - ESPAÇO DE INTRODUÇÃO	14 - LABORATÓRIO
4 - CALÇADO	8 - SANI	12 - LOJA	15 - SALA DE SERVIÇOS ALDEIA

**PROPOSTA DE REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE MADALENA DÃO**

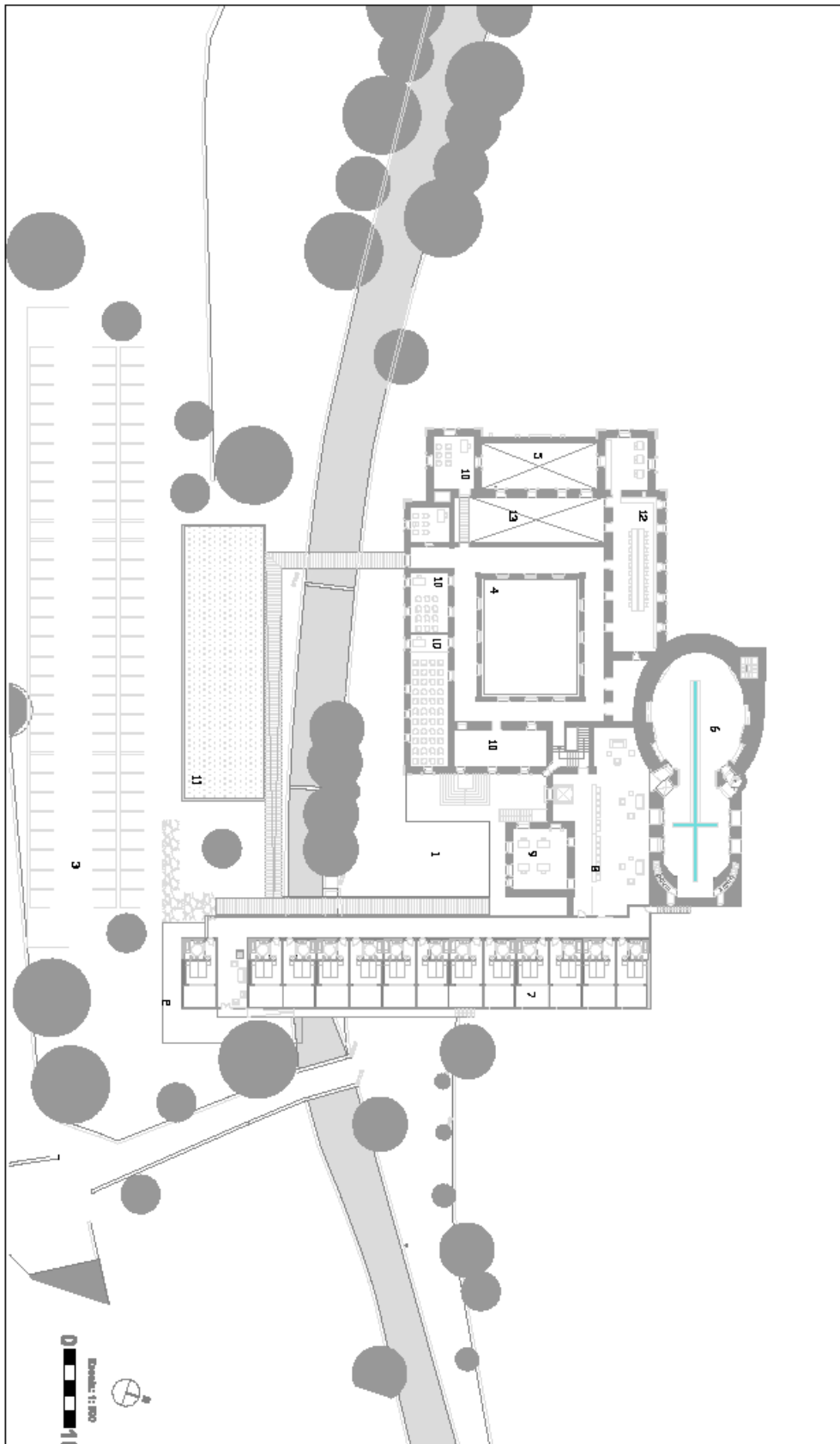
**PROPOSTA DE REABILITAÇÃO | NOVOS USOS - PLANTA**

**PLANTA DO PRIMEIRO NÍVEL**

**FOLHA 10**  
JUNHO DE 2012



- LEGENDA**
- 1- TERREÇO
  - 2- DEQUE
  - 3- ESTACIONAMENTO
  - 4- QUARTO
  - 6- PORTUANA
  - 6- SERVIÇO ADMINISTRATIVO
  - 7- QUARTOS
  - 8- ZONA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS CRIATIVOS
  - 8- ÁREA TÉCNICA
  - 10- SALAZAR ALTA
  - 11- COBERTURA VERDADE
  - 12- ZONA DE INVESTIGAÇÃO
  - 12- SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO



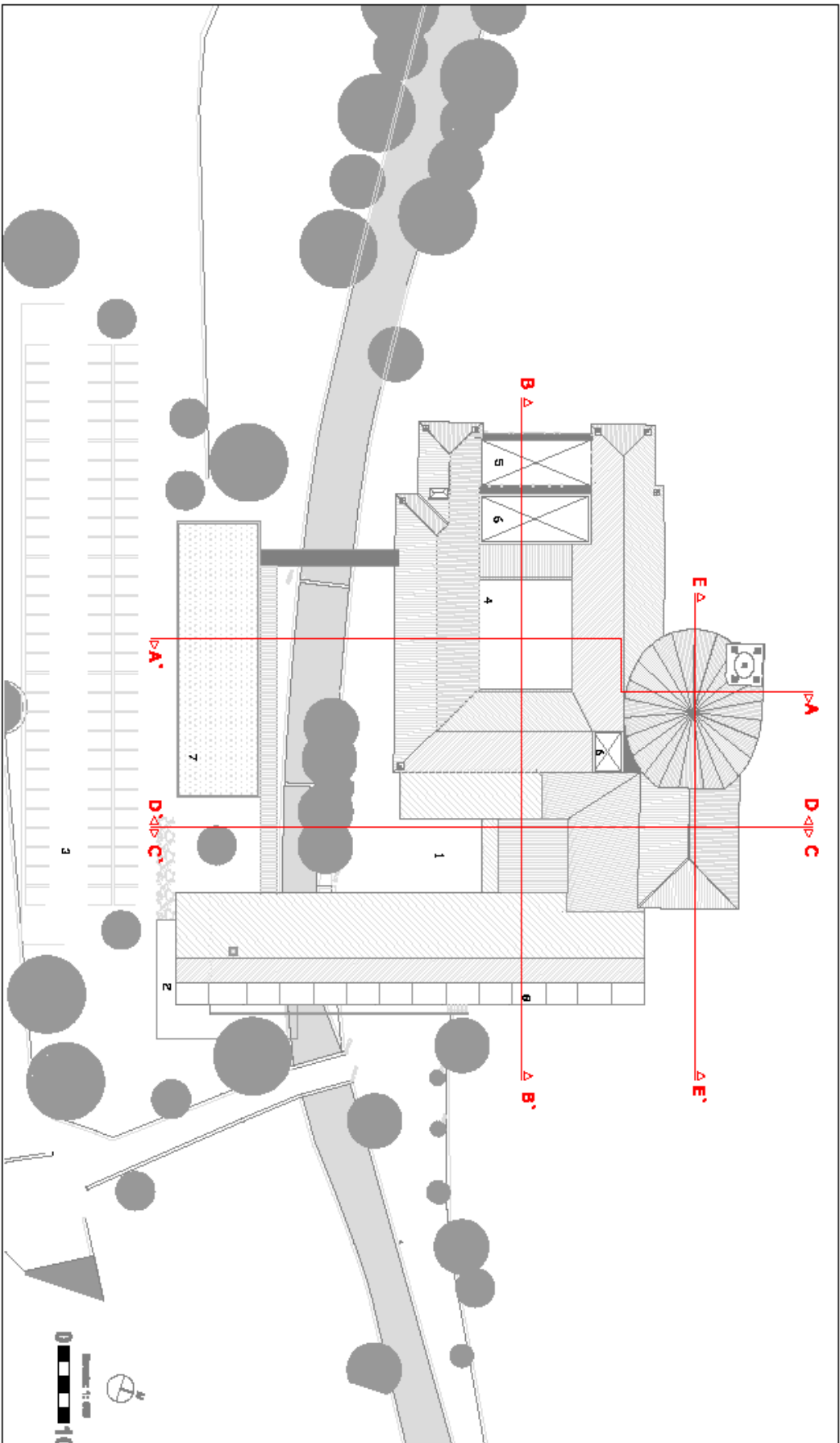
PROPOSTA DE REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO

PROPOSTA DE REABILITAÇÃO | MONJOS UNOS + PLANTAS

PLANTA DO ESCALÃO PRMO

FOLHA 11

ABRIL DE 2012



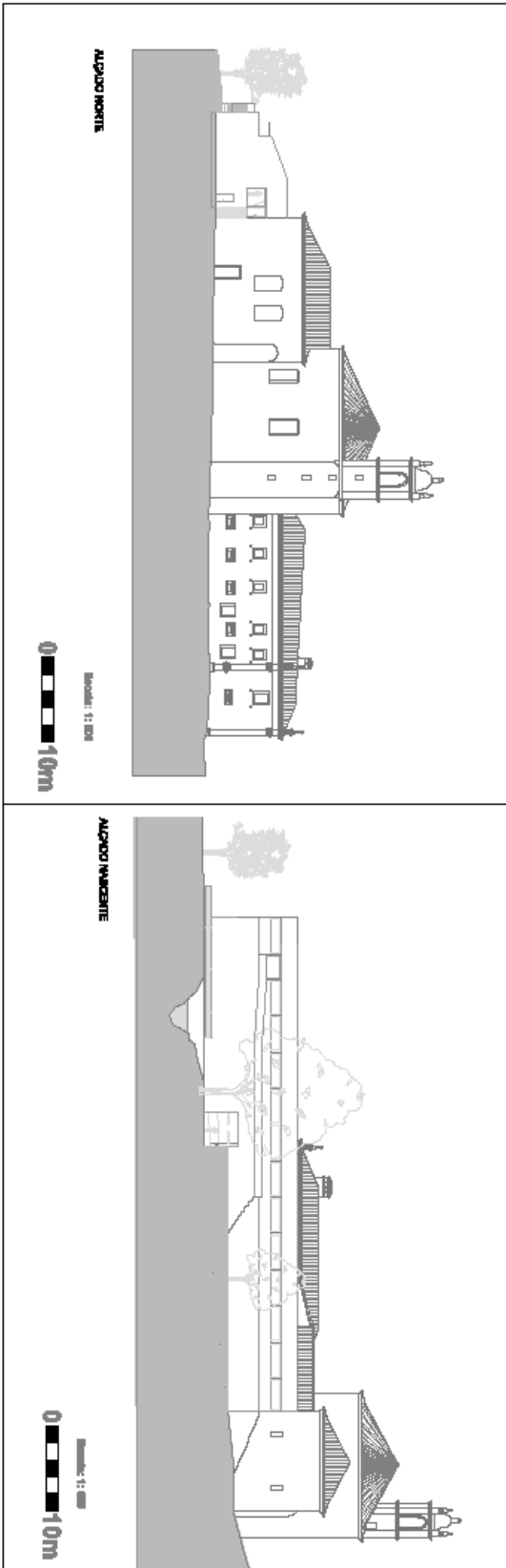
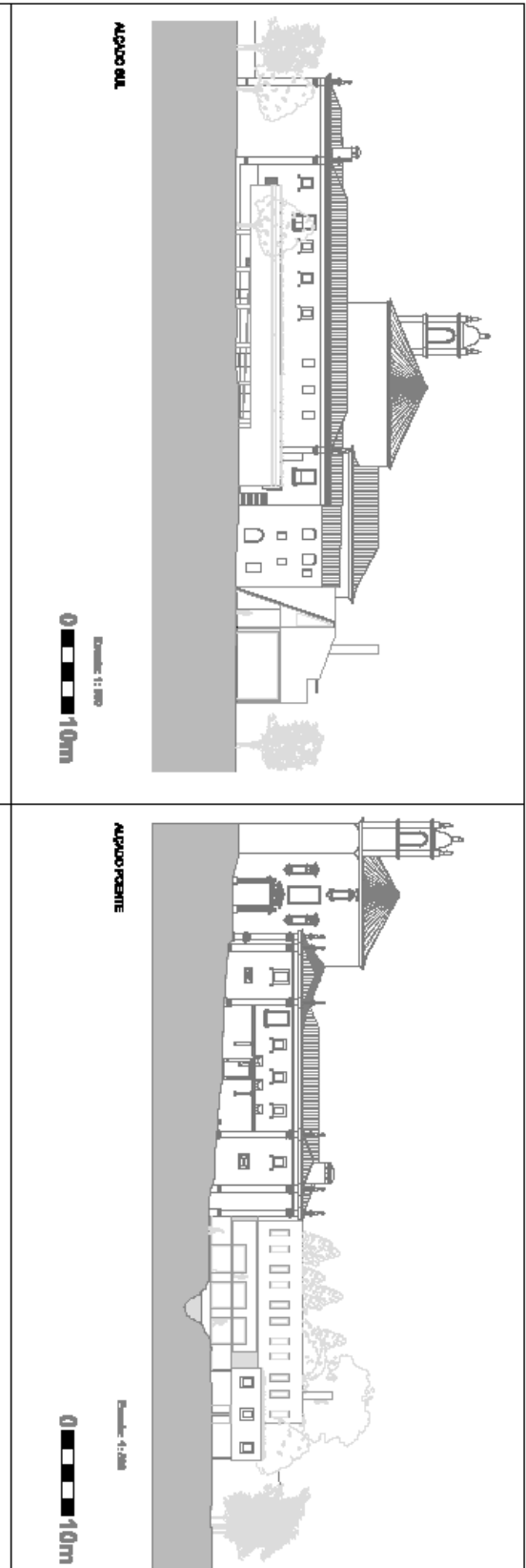
- LEGENDA:**
- 1- TERRAÇO
  - 2- ESCADA
  - 3- ESTACIONAMENTO
  - 4- QUANTILHO
  - 5- PORTINHA
  - 6- COBERTURA EXTERNO
  - 7- COBERTURA VERDE - VERTICAL
  - 8- VARRIAIS

PROPOSTA DE REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL do MONTEIRO de SANTA  
 ANA de INACIENA D'ÁO

---

PROPOSTA DE REABILITAÇÃO | NOVAS USOS - PLANTAS  
 PLANTAS PRIMEIRO ANDAR

**FOLHA 12**  
 JUNHO DE 2019



**LINDAÇOS:**

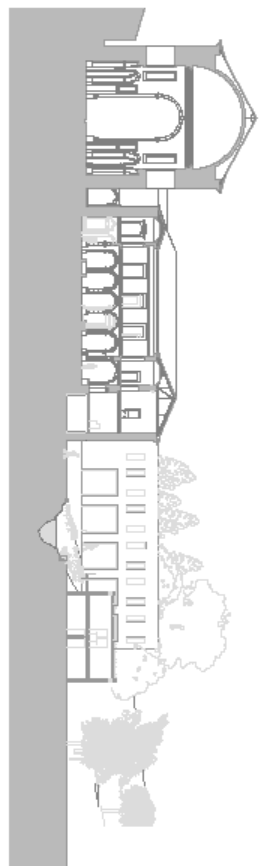
**NOTAS:**

-Folhas adjacentes têm como base de elevações medidas pelo Arquitecto António Jorge Pereira.

PROPOSTA DE REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL DO MOSTEIRO DE SANTA  
MARIA DE MACEIRA DÃO

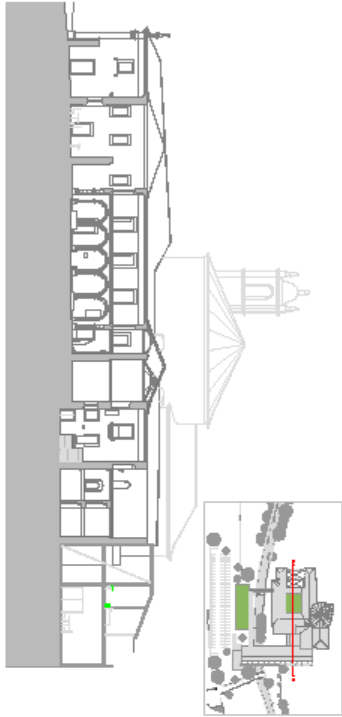
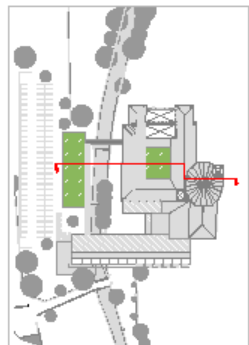
PROPOSTA DE REABILITAÇÃO | NOVOS USOS - ALÇADOS  
ALÇADO SUL E ALÇADO NORTE

**FOLHA 13**  
JUNHO DE 2012



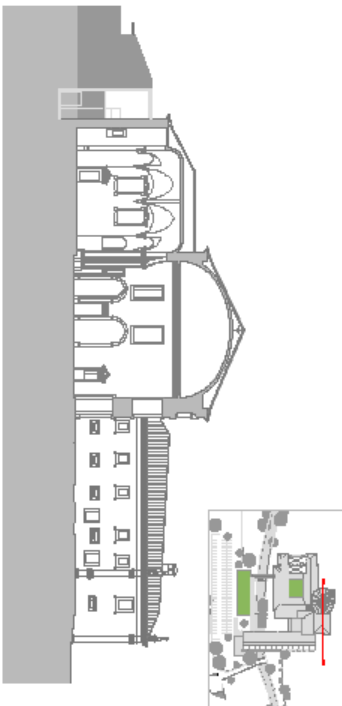
CORTE A-A'

Escala: 1:100



CORTE B-B'

Escala: 1:100



CORTE E-E'

Escala: 1:100

**LEGENDA:**

**NOTAS:**

- Todas as cotas foram extraídas baseadas no levantamento realizado pelo Arquiteto Marcelo Jorge Pavesi.

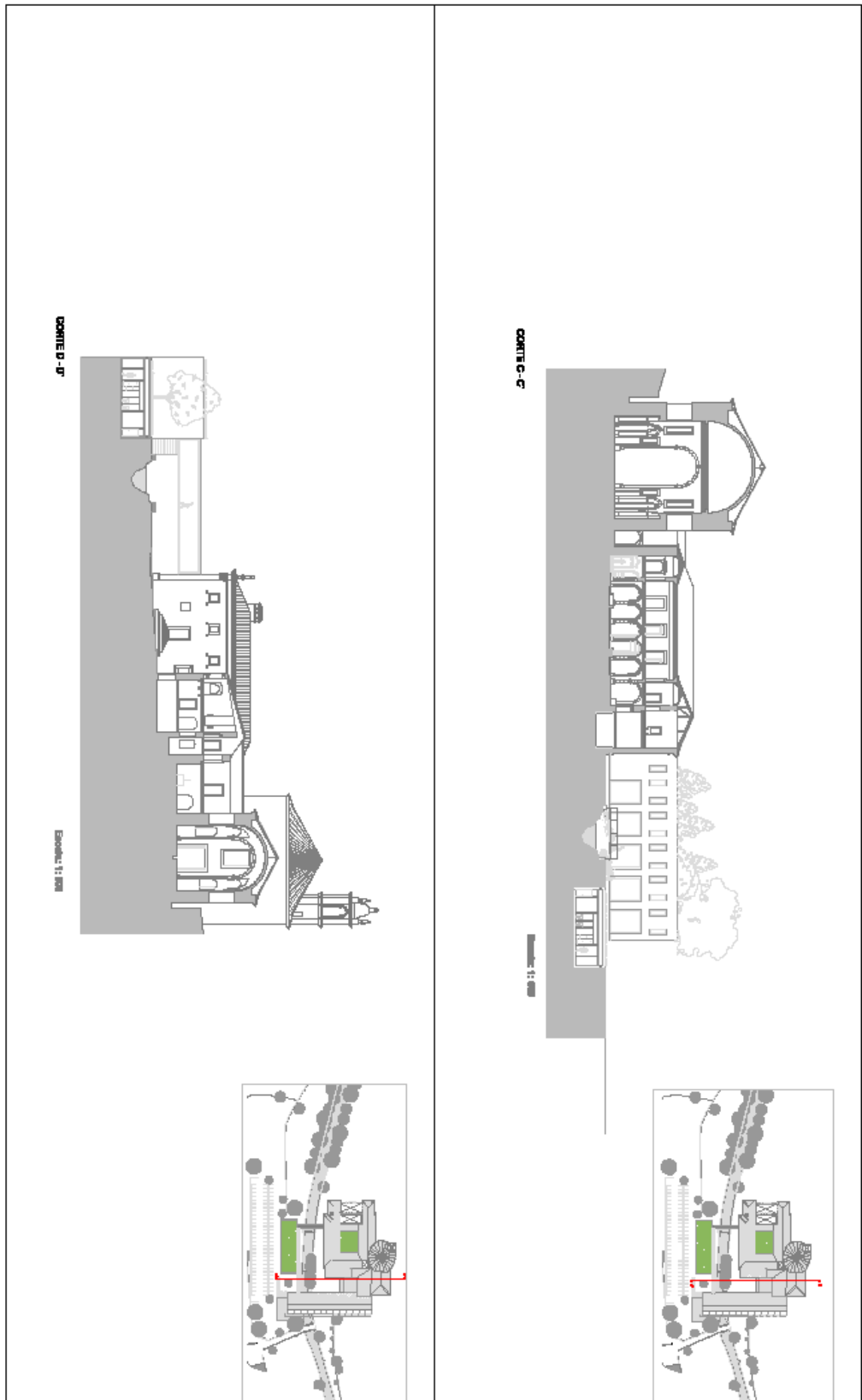
PROPOSTA DE REABILITAÇÃO BASTIMANTIL DO MONASTÉRIO DA SANTA  
 MARIA DE MANGUEIRA (RJ)

PROPOSTA DE REABILITAÇÃO | NOVOB LUGOS - OBRAS

CORTE A-A' CORTE B-B' CORTE E-E'

**FOLHA 14**

JUNHO DE 2022



**LEGENDA:**

**NOTAS:**

- Todos os dados têm como base as dimensões medidas pela Arquitecta Mariana Jorge Pinheiro.

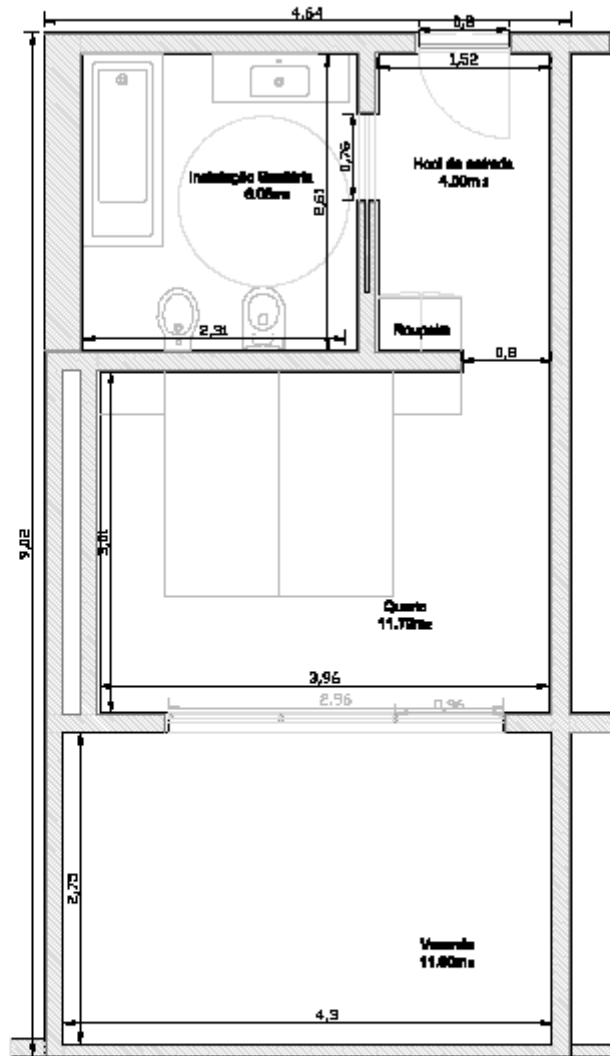
**PROPOSTA DE REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO**

**PROPOSTA DE REABILITAÇÃO | NOVOS USOS - CORTES**

**CORTES C-C e CORTES D-D**

**FOLHA 15**

**JANUÁRIO 2022**



ESCALA 1:50

**LEGENDA:**

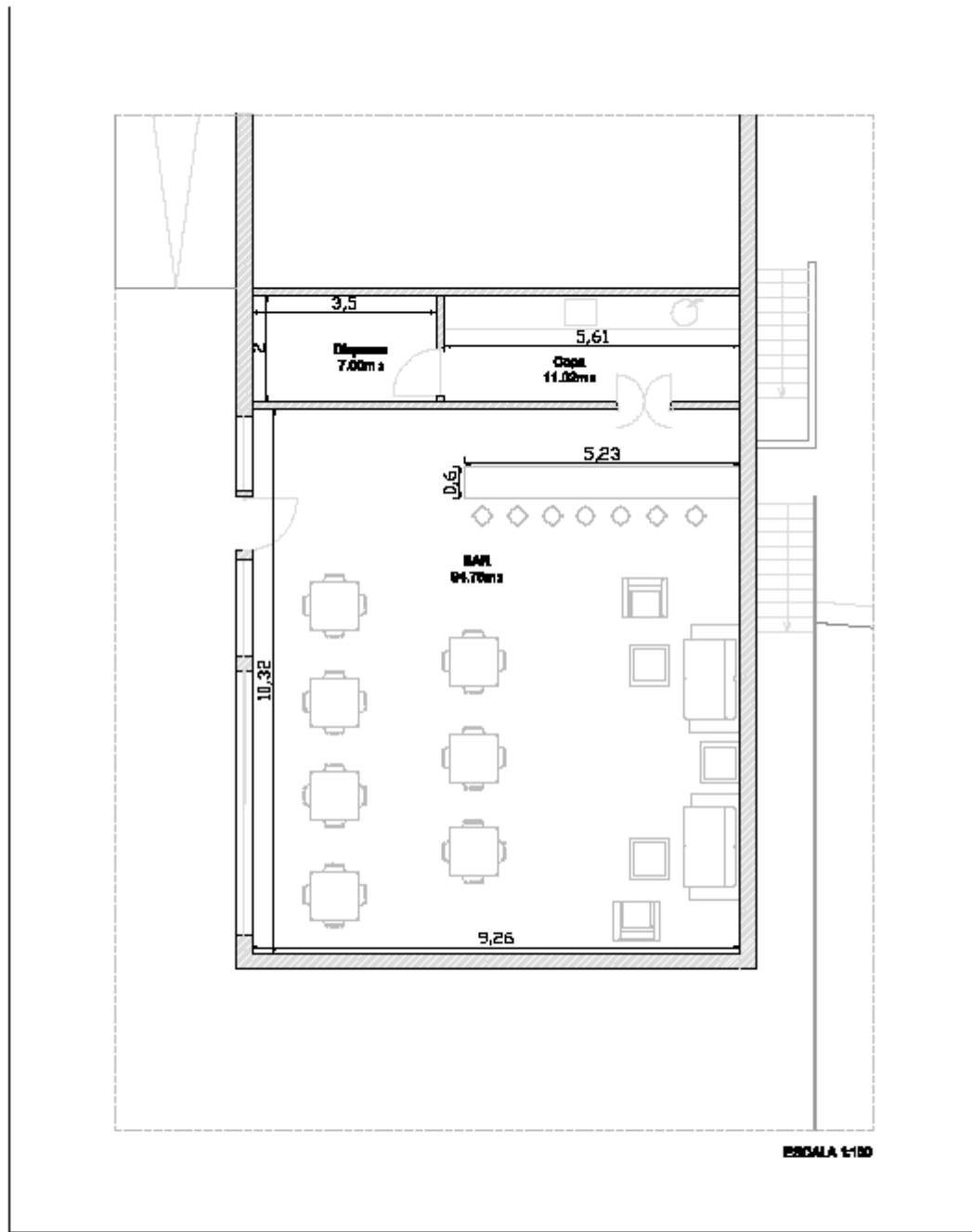
**PROPOSTA de REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL do MOSTEIRO de SANTA MARIA de MACIEIRA DÃO**

**PROPOSTA DE REABILITAÇÃO | PLANTA DE UM QUARTO**

PLANTA DE UM QUARTO DA HOSPEDARIA

**FOLHA 16**

JUNHO DE 2012



**LEGENDA:**

Tem capacidade para 40  
ligares sentados

**PROPOSTA DE REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL do MOSTEIRO de SANTA  
MARIA de MACEIRA DÃO**

**PROPOSTA DE REABILITAÇÃO | PLANTA DO BAR**

PLANTA DO BAR

**FOLHA 17**

ABRIL DE 2012



Vista aérea do Conjunto Edificado



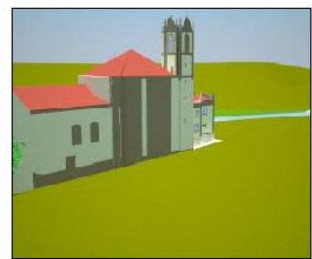
Vista Sul



Vista Ponto 1



Vista Ponto 2



Vista Norte



Vista Noroeste



Vista Ponto 3

PROPOSTA de REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL do MONESTERO de SANTA  
MARIA de BACERNA DÃO

Maquete Virtual

FOLHA 18  
JUNHO DE 2012



Vista do acesso pelo estacionamento e ponte sobre o ribeiro de Trás



Implantação dos Edifícios



Vista para a Porta Pastoral que liga o Mosteiro ao Laboratório



Vista para a Fachada da Escola de Hospedaria



Vista do Acesso Pastoral para o Pátio de Circunção da residência



Pátio central em frente de recepção e zona de distribuição de energia



Vista do estabelecimento para a Igreja, Escola de Hospedaria e Laboratório

PROPOSTA de REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL do MONESTERO de SANTA  
MARIA de BACERNA DÃO

Maquete Virtual

FOLHA 19  
JUNHO DE 2012



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA.VV.; Actas do Colóquio Internacional - Arte e Arquitetura nas Abadias Cistercienses nos Séculos XVI, XVII, XVIII / Mosteiro de Alcobaça, Novembro 1994; Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico; Lisboa; 2000.

AA.VV.; Actas do Colóquio Internacional - Cister: Espaços, Territórios, Paisagens / Mosteiro de Alcobaça, Junho 1998; vol. I; Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico; Lisboa; 2000.

AA.VV.; Caminhos do Património; Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; 1999.

AA.VV.: Património - Balanço e Perspetivas (2000-2006); IPPAR/MC; 2000.

Almeida, Rogério Vieira de - "Pousada de Santa Maria do Bouro. Recuperação e Remodelação de Santa Maria do Bouro." Portugal Arquitetura do Século XX. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997.

ALVES, Alexandre, *O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão*, Ed. Câmara Municipal de Mangualde, 1992.

BRONSEVAL, Claude de; *Peregrinatio Hispanica: Voyage de Dom Edme de Salieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531 - 1533)*, vol. II, 1ª Edição, Presses Universitaires de France, Paris, 1970

BRAUNFELS, Wolfgang; *Monasteries of Western Europe - The Architecture of the Orders*; Thames and Hudson; London 1993.

COLLOVÁ, Roberto; Santa Maria do Bouro. Reconstruir uma Pousada com as Pedras de um

Mosteiro. Eduardo Souto Moura, Porto, 2001; Lisboa: White e Bleu, Janeiro 2001.

CHOAY, Françoise, MACHADO, Luciano Vieira; UNESP, 2006.

COCHERIL, Dom Maur, Cister em Portugal; Edições Panorama; Lisboa; 1965.

COCHERIL, Dom Maur; Introduction in BRONSEVAL, Frère Claude de; “Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Édeme de saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)” (ed. Dom Maur Cocheril); PUF; Paris; 1970.

COCHERIL, Maur - *Notes sur l'Architecture et le Décor dans Les Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1972, p. 1 .Cfr.BIGET, Jean Louis - *Naissance de Citeaux*. "L'Histoire", n°217,1998.

COCHERIL, Dom Maur; *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*; col. Cultura Medieval e Moderna -X; Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português; Paris; 1978.

Claude de Bronseval, *Peregrinatio Hispanica: Voyage de Dom Edme de Salieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531 - 1533)*, vol. II, 1ª Edição, Presses Universitaires de France, Paris, 1970.

DIAS, Geraldo Coelho; *A Alma de Cister em Portugal* in “Religião e Simbólica”; Granito Editores; Porto; 2001.

DIAS, Geraldo Coelho, “Irradiação de espiritualidade e cultura”, in *Cister no Vale do Douro*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.

DIAS, Geraldo Coelho; *Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória, História, espaços e quotidiano dos monges*, in “O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos”; edições Afrontamentos; Porto; 1997.

DUBY, Georges; *São Bernardo e a Arte Cisterciense*; col. Sinais; Edições ASA; Fevereiro 1997.

FERREIRA, Mariana Pinto da Rocha Jorge; *Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Maceira Dão - contributos para a sua conservação e a sua valorização*; Dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico; Universidade de Évora; Évora, 2010.

FLORES, Joaquim de Moura, “Património” *Do monumento ao território, Urbanidade e Património*, IGAPHE, Lisboa, 1998.

GUSMÃO, Artur Nobre de, *A expansão da arquitetura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal : ensaio de arqueologia da Idade Média*, Lisboa, 1956.

GOMES, Saúl António, *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*, Lisboa, IPPAR, 1998.

LACERDA, Manuel; Programa Itinerários do património cisterciense. Relatório Preliminar - AA.VV.; Actas do Colóquio Internacional; Cister: Espaços, Territórios, Paisagens / Mosteiro de Alcobaça, Junho 1998; vol. II; Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitetónico; Lisboa; 2000.

LEROUX, Gérard; São Bernardo, 1090-1990: catálogo bibliográfico e iconográfico; Lisboa Biblioteca Nacional, 1991.

MARTINS, Ana Maria Tavares F.: Espaço Monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias* - vol. 1; Dpto de Ciências e Técnicas do Património e Dpto de História; Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 2006.

MARTINS, Ana Maria Tavares F.; “Os Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras - Um percurso entre a Arquitetura e a História”; Eden Gráfico, S.A. Viseu, 2012

MARTINS, Ana Maria Tavares F.: Uma Perspetiva da Ordem de Cister: o Legado Português; Tipografia Beira Alta; Viseu, 2007.

MARQUES, Maria Alegria - *Estudos Sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, Ed. Colibri. 1998.

MATOS, Leonor Correia de; *A Ordem de Cister e o Reino de Portugal*, Lisboa, fundação Lusíada, 1999.

MURRAY, Bruno; *Enigmas do Ocidente, As Ordens Monásticas e Religiosas*; Publicações Europa-América, Lda; 1986.

NASCIMENTO. Aires A. ; *Cister, Documentos Primitivos, tradução, introdução e comentários*; Lisboa, Ed. Colibri, 1999.

PAWSON, John ; *Minimum* ; Phaidon Press Limited; 1996

PEREIRA, Paulo; Sob o signo de Sísifo. Políticas do Património Edificado em Portugal, 1980-2010 in “100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010”; Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P.; Lisboa 2010

Portas, Nuno, Mendes, Manuel - *arquitetura portuguesa contemporânea, anos sessenta/anos oitenta*, Fundação de Serralves, Porto, 1991

REAL, Manuel Luís, “A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média”, in *Arte de Cister em Portugal e na Galiza*, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998

SANTOS, Ana Paula Nabais, Victor M. C. Leite - Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão. Porto: Faculdade de Arquitetura, 1994. Trabalho de Seminário

SILVA, Valentim da; Concelho de Mangualde (Antigo concelho de Azurara da Beira); Edição Câmara Municipal de Mangualde, 2008.

VAUCHEZ, André - *L'Age d'or des Grandes Abbayes*, "L'Histoire", n° 217, 1998.